CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

137



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha Carla Janira Souza do Nascimento Fabiana Karine Pacheco dos Santos Joseanie Aquino Mendonça Nícia Moreira da Silva Santos Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Luis Fernando Sarno

PRODUÇÃO GRÁFICA

Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

IDEA Design

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-

Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)





Sumário

Econom	ia em	Destaq	ue
---------------	-------	--------	----

Economia baiana: desempenho conjuntural Alynson Rocha Carla do Nascimento Elissandra Britto Fabiana Pacheco João Paulo C. Santos Joseanie Mendonça 4

Artigos

Salvador, do porto ao aeroporto: algumas idéias sobre urbanização, economia e questão urbana Joseanie Mendonca 28 Comércio baiano mantém A dívida pública como um entrave ao desenvolvimento econômico Rodnei Fagundes Dias Comida de rua: desvendando o mundo do trabalho e a contribuição social e econômica da atividade em Salvador-Ba. Ryzia de Cassia Vieira Cardoso Silvia Santos Pimentel Camila dos Santos Santana

Investimentos na Bahia

Eixos Metropolitano e Extremo Sul concentram cerca de 80 % dos Notícias _____55 Legislação 59 Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 62 Finanças Públicas 78

Carta do Editor

A acomodação da atividade econômica, associada ao crescimento da Dívida Pública, encontra ressonância no comportamento da economia como um todo. As políticas de natureza contracionista adotadas pelo governo brasileiro são resultado da luta para conter a inflação e também da necesração da Dívida Pública.

econômico, à medida em que o governo não consiga obter níveis satisfatórios de superávits primários. A revista Conjuntura e Planejamento (C&P) de nº 135 abordou esta questão ao apresentar a necessidade de geração de superávits elevados. como um mecanismo utilizado pelo governo para controlar a evolução da dívida pública e reduzir a relação dívida/PIB.

Reforçando essa discussão, a C&P de nº 137 discorre sobre fatores que condicionam o crescimenvida Pública como um entrave ao crescimento do país, apresenta a análise da contribuição social e econômica de uma atividade específica do mundo do trabalho em Salvador - Bahia, bem como crescimento desta cidade.

Nessa edição da C&P temos o artigo de Rodnei Fagundes Dias e Gabriel Oliveira Barbosa A dívida pública como um entrave ao desenvolvimento foi condicionada, principalmente, pelo comporta-mento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) do Banco Central e do Tesouro Nacional.

Em outro artigo intitulado Comida de rua: desvene econômica da atividade em Salvador-Ba, Cardoso, Pimentel, Santana, Moreira e Cerqueira analisam a importância de um comércio que tende a ser fortalecido pelo processo de urbanização. Segundo os autores, esse tipo de comércio tem se consolidado como uma estratégia de sobrevi-

Do ponto de vista do crescimento econômico, é pelo governo, ou micro, na questão da contribuição social e econômica de uma determinada bases sólidas. Dessa forma, espera-se que com o da dívida/PIB e que os agentes econômicos se

Economia Economia em Destaque

Economia baiana: desempenho conjuntural

Alynson Rocha*
Carla do Nascimento*
Elissandra Britto*
Fabiana Pacheco*
João Paulo C. Santos*
Joseanie Mendonça*

O presente artigo pretende apresentar resultados conjunturais da economia baiana para o ano de 2005, tendo como referência o panorama nacional.

Economia brasileira

A solidez dos fundamentos da economia brasileira vem sendo testada amiúde nos últimos meses, período em que o país enfrenta uma grave crise política com repercussões ainda não muito definidas. Neste contexto, a despeito da citada crise, segundo projeções do IPEA (2005), espera-se um crescimento do PIB de 3,5% para o ano de 2005. Setorialmente, o nível de atividade econômica apresenta as seguintes projeções: agropecuária (3,2%), indústria de transformação (4,7%), indústria (5,0%), serviços (2,1%) e comércio (3,7%).

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção do setor industrial vem apresentando desaceleração no acumulado dos últimos doze meses, oscilando de 6,7% em junho/05 para 5,8% em julho/05.

No que se refere às categorias de uso, o grande destaque da produção industrial tem sido o comportamento dos bens duráveis, mas a produção de bens de capital e bens intermediários também tem crescido, ficando a pior performance por conta dos bens de consumo semi e não-duráveis. O melhor desempenho dos duráveis está associado ao crescimento do crédito, particularmente o consignado, e às exportações.

Acompanhando os indicadores de produção, o nível de utilização da capacidade instalada do parque industrial, calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), operou com 84,7% no terceiro trimestre de 2005. Ressaltam-se os dados da Sondagem Industrial da CNI, os quais indicam que as empresas registraram aumento dos estoques de produtos finais e estabilidade dos estoques de matérias-primas.

No que se refere ao nível de emprego industrial, permaneceu estável em julho, o que pode estar refletindo a desaceleração do setor. De acordo com dados do IBGE, no acumulado dos últimos doze meses o indicador revelou redução de 2,8%; houve redução também no número de horas pagas (1,2%) e a jornada média de trabalho também apresentou resultado negativo de 0,2% (IBGE, 2005b).

st Economistas, técnicos da SEI e membros do Núcleo de Conjuntura da SEI.



Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (2005), o emprego industrial e o número de horas pagas refletem, com alguma defasagem, o movimento básico observado na produção e nas vendas, mas não acusam ainda o movimento de aumento da produção do segundo trimestre porque a contratação depende de um ritmo mais sustentado de crescimento. Por fim, o desempenho dos bens de capital pode ser um sinal de reativação dos investimentos, sendo preciso, entretanto, um prazo maior de tempo para que se confirme a tendência.

O setor externo deverá manter o título de mais dinâmico da economia em 2005. A balança comercial do Brasil alcançou um superávit de US\$ 3,7 bilhões em agosto/05, resultado de exportações no valor de US\$ 11,3 bilhões e importações de US\$ 7,7 bilhões. Nos últimos doze meses, as exportações totalizaram US\$ 111,2 bilhões (25% superior ao resultado do ano anterior). As importações totalizaram US\$ 71,1 bilhões nos últimos doze meses. A corrente de comércio registrou US\$ 19,02 bilhões em agosto, acumulando US\$ 182,30 bilhões nos últimos doze meses.

A agropecuária seguiu apresentando desempenho favorável em 2005. De acordo com as Contas Nacionais do IBGE, a produção agropecuária apresentou crescimento de 2,9% no primeiro semestre de 2005, comparando-se com o mesmo período de 2004. Um fato que tem marcado a conjuntura agropecuária nos últimos doze meses é a forte queda dos preços de alguns dos principais produtos, como ocorreu com o arroz, soja, trigo, algodão e carnes bovinas.

Segundo o CONAB e o IBGE, as estimativas de safra para agosto de 2005 apontam para um decréscimo de 5,2% no tocante a cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil, situando-se em 113,131 milhões de toneladas contra 119,370 milhões no mesmo período de 2004. Verificou-se uma redução de 18,4 milhões de toneladas com relação à estimativa anterior (julho de 2005), o que se deve principalmente à estiagem nas principais regiões produtoras.

O comércio varejista apresentou um crescimento de 4,6% no volume de vendas acumulado no ano, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (2005d).

A atividade de móveis e eletrodomésticos foi o ramo que registrou maior incremento no que se refere ao volume de vendas, acumulando nos últimos doze meses incremento de 20,8%. O pior resultado foi do segmento de Combustíveis e lubrificantes, que apresentou retração de 3,3% no período, muito provavelmente devido ao aumento dos preços desses produtos, impulsionados pelos preços do petróleo. O desempenho do segmento de móveis e eletrodomésticos continua a apresentar resultado positivo significativo, devido às facilidades encontradas no mercado para crédito ao consumidor, via desconto em folha e aumento de prazo de pagamento, e aumento da massa salarial. A atividade de Hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo também registrou aumento de 5,6% nos últimos doze meses, cujo resultado reflete a estabilidade no nível da ocupação e aumento do rendimento médio real no mês de julho (IBGE, 2005d).

Os varejistas esperam um fim de ano positivo, apostando na queda dos juros básicos e na manutenção das condições favoráveis de financiamento ao longo dos próximos meses.

O mercado de trabalho apresenta há três meses taxas de desocupação de 9,4%, mantendo-se estável em agosto de 2005. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, verificou-se ainda estabilidade na taxa de atividade (56,5%) na comparação com julho/05, como também no nível de ocupação. Não se verificou aumento no número de Pessoas em Idade Ativa (38,9 milhões de pessoas) neste mês de agosto, mesma estabilidade ocorrida na População Economicamente Ativa (22 milhões de pessoas), no contingente de ocupados (19,9 milhões de pessoas) e no contingente de desocupados (2,1 milhões de pessoas), no mesmo período.

Completando o cenário favorável, na última reunião (14/09), o Copom realizou o primeiro corte na taxa Selic (juros básicos da economia) em 17 meses, reduzindo-a para 19,50%. "A expectativa do mercado é que a queda seja apenas a primeira de uma série. Segundo empresas de consultoria e bancos consultados pelo BC, estima-se que a taxa Selic seja reduzida para 18% ao ano até dezembro. Menos otimista, o núcleo do governo espera queda para 18,5%" (COMÉRCIO..., 2005). Com a redução dos juros, espera-se também que a inflação seja freada, o que pode levar ao alcance da meta de 4,5% fixada pelo governo - para o IPCA, analistas estimam um aumento de 5,2%; a meta do governo foi 5,1% -, e com isso mais espaço para diminuição dos juros e, conseqüentemente, uma expansão maior na economia em 2006.



Economia baiana

Após as considerações sobre o recente desempenho da economia brasileira, esta seção pretende descrever os resultados dos principais setores da economia baiana: agricultura, indústria, comércio exterior e comércio varejista.

Antes, porém, aproveitando os resultados trimestrais do Produto Interno Bruto da Bahia calculado pela SEI, far-se-á uma análise resumida do desempenho da economia baiana nos dois primeiros trimestres de 2005, apresentando as expectativas para o fechamento do ano.

Com base nos dados da Tabela 1, observa-se que o PIB da Bahia apresentou variação de 0,4% na comparação do segundo trimestre contra o primeiro trimestre de 2005, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. Agropecuária, Indústria e Serviços apresentaram crescimento de 15,0%, -0,9% e -1,0%, respectivamente. Cabe salientar que as séries são sazonalmente ajustadas de maneira direta, ou seja, as séries da Agropecuária, Indústria, Serviços e PIB são ajustadas individualmente.

O PIB a preços de mercado apresentou elevação de 1,3% no segundo trimestre de 2005, em relação a igual período de 2004.

Entre os setores que contribuíram para a geração do Valor Adicionado, apenas a Agropecuária (-6,3%) apresentou taxa negativa na comparação com o segundo trimestre de 2004. A Indústria foi o destaque, com um crescimento de 4,7%, seguida pelos Serviços, com 1,75%.

O PIB a preços de mercado acumulado nos quatro trimestres, terminados no segundo trimestre de 2005,

apresentou crescimento de 6,3% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Dentre os setores da economia baiana, a maior alta foi a da Indústria, com 11,1%. Em seguida, vieram os Serviços, com crescimento de 4,1% e a Agropecuária, que registrou taxa negativa de 5,9%.

Os resultados do PIB trimestral da Bahia permitem inferir bons resultados para a economia baiana em fins de 2005, uma vez que se observa uma taxa acumulada no primeiro semestre de 3,6% e no acumulado de quatro trimestres de 6,3%, quando comparados com o mesmo período anterior.

Nas seções seguintes estão colocados de forma mais específica os principais fatores que influenciaram o desempenho dos setores para a formação desses indicadores positivos.

Agricultura baiana mantém expectativa de crescimento em 2005

Para a agricultura baiana, as estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (LSPA/IBGE), em agosto de 2005, confirmam crescimento das principais lavouras. Os resultados gerais apontam expansão de 5,3% da produção física de grãos, em toneladas. Conforme observado ao longo das estimativas do IBGE, a agricultura baiana não repetirá, em 2005, os índices de crescimento verificados em anos anteriores. Não se trata, todavia, de ineficiência dos agricultores, mas apenas ajustes nos parâmetros comparativos das safras dos anos 2003, 2004 e 2005. Os resultados para o mês de agosto podem ser visualizados na Tabela 2.

Tabela 1
Tabela resumo. Principais resultados do PIB a preços de mercado,
Bahia: do 2º trimestre de 2004 ao 2º trimestre de 2005

				<u> </u>	
Taxas (%)	2º trim./04	3º trim./04	4º trim./04	1º trim./05	2º trim./05
Acumulado ao longo do ano/ mesmo período ano anterior	10,1	9,0	9,7	6,2	3,6
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	3,6	6,0	9,7	9,6	6,3
Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior	13,2	7,0	11,8	6,2	1,3
Trimestre/ trimestre imediatamente anterior (ajuste sazonal)	5,5	- 6,7	6,5	1,4	0,4

Fonte: SEI/GECO



Das lavouras, destacam-se as de feijão e de milho, particularmente em suas segundas safras. O feijão 2ª safra, por exemplo, colhido durante o primeiro semestre, apresenta crescimento de aproximadamente 77% comparando-se a 2004. Quando se observa o rendimento dessa lavoura, percebe-se o incremento de 52,6%, significando basicamente chuvas regulares e em quantidades suficientes nas regiões produtoras. Esse resultado compensa o baixo crescimento do feijão 1ª safra (1,1%), ou das águas, plantado ainda nos últimos meses de 2004. Note-se que, para a 1ª safra, observam-se reduções significativas nas áreas plantada e colhida (20,8% e 24,2%, respectivamente). A expansão de 33,5% no rendimento compensa as quedas nas áreas. Somando-se as safras, tem-se que a produção de feijão em 2005 aproximase das 490 mil toneladas, superando as 330 mil toneladas do ano anterior (IBGE, 2005).

Comportamento semelhante para o milho 2ª safra, ou safra de inverno. Este apresenta expansão de 117,30% da produção física – aproximadamente 420 mil toneladas –, alicerçado em um rendimento superior a 87%, ou 974 kg por hectare. Embora esteja bem abaixo da principal safra do milho do estado – a 1ª safra, que alcança 1,1 milhão de toneladas – , todos os números relativos são favoráveis ao milho de inverno: produção, áreas plantada e colhida e rendimento. Reafirma-se a prática, bastante comum nas áreas de agricultura empresarial, de se plantar milho

em parcelas das terras após a colheita da soja de verão. Essa rotação de culturas, sob boas condições climáticas, reflete-se positivamente nos resultados para a lavoura de milho.

A cotonicultura baiana continua com estimativas positivas. Aproximando-se das 900 mil toneladas produzidas, a lavoura apresenta índices de 25% de expansão das áreas plantada e colhida. Esses números são responsáveis pelo aumento da produção física, embora se verifique um pequeno decréscimo no rendimento da lavoura (1,4%). Os preços da arroba do algodão (pluma) estabilizaram-se em torno de R\$ 35,00 na região de Barreiras, segundo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado (BAHIA..., 2005). Nos mercados internacionais, verifica-se a tendência de queda e estabilidade dos preços (CENTRO..., 2005).

Para a lavoura de cana-de-açúcar, após estimativas que apontavam queda da produção, a tendência reverte-se no levantamento de agosto, onde a produção já figura com expansão de 11,8%, próxima das 5,7 milhões de toneladas. O estímulo através da tendência crescente dos preços do açúcar, verificado desde o mês de abril de 2004, justifica os números. Nos mercados de Alagoas e Pernambuco, por exemplo, a saca de 50 kg alcança R\$ 40,00 em agosto, superando os melhores preços praticados em 2003 (CENTRO..., 2005; IBGEa, 2005).

Tabela 2 Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas, Bahia: 2004/2005 %												
Produtos Produção física (t) Área plantada (ha) Área colhida (ha) Rendimento (kg/ha)										kg/ha)³		
/safras	20041	2005²	Var. (%)	20041	2005²	Var. (%)	20041	2005²	Var. (%)	20041	2005²	Var. (%)
Mandioca	4.156.403	4.447.073	6,99	345.220	356.907	3,39	334.132	346.561	3,72	12.439	12.832	3,16
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.620.978	11,79	86.967	95.620	9,95	86.742	95.620	10,23	57.965	58.785	1,41
Cacau	134.780	140.112	3,96	544.068	554.994	2,01	533.529	554.994	4,02	253	252	- 0,06
Café	129.598	135.243	4,36	148.253	146.011	1,51	147.874	146.011	-1,26	876	926	5,69
Grãos	5.119.586	5.389.183	5,27	2.680.932	2.724.899	1,64	2.614.240	2.652.356	1,46	1.958	2.032	3,75
Algodão	704.163	871.278	23,73	203.939	255.903	25,48	203.939	255.903	25,48	3.453	3.405	- 1,39
Feijão 1ª safra	129.778	131.260	1,14	429.856	340.619	20,76	333.482	252.691	24,23	389	519	33,48
Feijão 2ª safra	200.956	355.810	77,06	405.014	430.216	6,22	370.849	430.216	16,01	542	827	52,63
Milho 1ª safra	1.417.674	1.110.244	-21,69	470.542	385.115	18,16	452.808	358.115	-20,91	3.131	3.100	- 0,98
Milho 2ª safra	192.886	419.140	117,30	289.106	387.795	34,14	370.849	430.216	16,01	520	974	87,31
Soja	2.364.480	2.401.200	1,55	821.000	870.000	5,97	821.000	870.000	5,97	2.880	2.760	- 4,17
Sorgo	109.649	100.251	-8,57	61.475	55.251	10,12	61.313	55.215	-9,95	1.788	1.816	1,53

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA



¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2004 (dados sujeitos a retificação).

² Estimativas do GCEA/IBGE agosto/2005 (dados sujeitos a retificação).

³ Rendimento= produção física/área colhida.

Para a mandioca, o crescimento de 7% da produção ainda reflete a conjuntura dos mercados, essencialmente a falta da raiz em 2003/2004, que contribuiu para a elevação dos preços, estimulando a produção para 2005. Os efeitos do aumento da produção já são sentidos. Nos levantamentos do Centro de Pesquisa e Estudos Avançados em Economia Aplicada (2005), em todos os mercados pesquisados, o preço da tonelada da raiz, que no mês de janeiro está em torno de R\$ 190,00, em agosto reduz-se ao patamar médio de R\$ 90,00. Confirma-se, assim, o jogo entre oferta e demanda que sinaliza os preços de mercado.

A lavoura de café passa por período de acomodação dos preços, após os máximos verificados em maio/junho de 2005. A elevação da produção baiana (4,36%) deve-se à melhoria do rendimento da lavoura (5,7%). Para a soja, reduzem-se as estimativas de produção para 2,4 milhões de toneladas (ainda com expansão de 1,55%, em relação a 2004), com queda do rendimento de 4,2%. O alerta do rendimento deve-se às constantes preocupações dos sojicultores quanto à ferrugem asiática, que afeta esse indicador. As informações apresentadas permitem afirmar que o desempenho da agricultura baiana (crescimento relativo das principais lavouras) passa por um período de estabilidade após os resultados expressivos observados em safras anteriores.

Atividade industrial mantém desempenho positivo

Para o estado da Bahia, a atividade industrial vem apresentando desempenho positivo, embora com taxas mais discretas do que as registradas no ano passado. Os resultados para a produção física da indústria, no acumulado do ano até julho de 2005, alcançaram um incremento de 3,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, impulsionada pelo desempenho favorável de sete dos nove setores da indústria baiana.

Entre os setores que mais influenciaram o resultado positivo destacam-se: alimentos e bebidas, com crescimento de 9,5%, em função do crescimento na produção de óleo de soja refinado e farinha de trigo; o segmento de produtos químicos, com um incremento de 2,7%, devido a uma maior produção de policloreto de vinila (PVC), o-xileno, m-xileno e p-xileno; e o setor de veículos automotores (44,2%), como mostra a Tabela 3. No que se refere aos resultados negativos, pode-se citar o segmento da metalurgia básica, o qual registrou uma queda na sua produção de 5,8%, o que se deve ao recuo da produção de ouro em barras e dos vergalhões de aço (IBGEc, 2005).

Para o segmento produtos químicos, pode-se atribuir seu bom desempenho aos aumentos na capacidade instalada implementados em 2004, como foi o caso da

Tabela 3 Indústria e principais gêneros - Bahia: Jul/2005 %							
Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado do ano ²	Acumulado 12 meses³				
Indústria Geral	8,3	3,2	6,4				
Extrativa Mineral	-4,7	-2,4	-1,0				
Indústria de Transformação	9,1	3,5	6,9				
Alimentos e Bebidas	3,7	9,5	10,8				
Celulose, papel e produtos de papel	13,7	6,8	-0,7				
Refino de petróleo e álcool	22,4	1,0	17,0				
Produtos químicos	-0,9	2,7	2,0				
Borracha e plástico	4,2	6,2	9,7				
Minerais não metálicos	7,8	6,8	9,9				
Metalurgia básica	22,5	-5,8	4,1				
Veículos automotores	33.9	44.2	45.8				

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria

Elaboração: GEAC - SEI



¹ Em relação ao mesmo mês do ano anterior.

 $^{^{\}rm 2}$ Em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Em relação aos doze meses anteriores.

unidade de PVC.

Além disso, estão previstos outros investimentos na central petroquímica para ampliação de unidades do Pólo de Camaçari, em 2005, refletindo as expectativas de aumento da demanda dos produtores de resinas termoplásticas e de outros produtores petroquímicos. Para isso, será implementado mais um desgargalamento em uma unidade produtora de Polietileno, acarretando um aumento de capacidade instalada para 30.000 ton/ano, a iniciar-se em 2006.

Entre os outros setores que registraram taxa positiva tem-se: celulose e papel (6,8%), refino de petróleo e álcool (1,0%), borracha e plástico (6,3%) e minerais nãometálicos (6,8%).

Para o gênero de celulose e papel, que vem se recuperando após sucessivas taxas negativas, as empresas deste ramo têm apresentado resultados econômicosfinanceiros satisfatórios, em função do crescimento dos preços internacionais e das exportações, o que reflete a demanda aquecida do mercado internacional e problemas com a produção em outros países (FEDERAÇÃO..., 2005a).

Segundo informações trimestrais da Suzano (2005), o bom desempenho dos equipamentos na curva de aprendizado da planta de celulose em Mucuri e a inexistência de paradas para manutenção, que ocorreram no último trimestre de 2004, foram favoráveis para o resultado positivo do setor.

Em maio, teve início a fase de testes operacionais na área de produção da fábrica de celulose Veracel, em Eunápolis, que está com previsão de inauguração para o mês de setembro. A estimativa é de uma produção de 360 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto ainda em 2005; a capacidade total anual será de 900 mil toneladas. Esta pretende ser uma das fábricas mais modernas, tanto no uso de tecnologias e processos avançados como na adoção dos mais rígidos padrões internacionais de controle ambiental (FEDERAÇÃO..., 2005a).

Além disso, o estado da Bahia tem previsto investimentos importantes para o segmento de papel e celulose: a ampliação da Bahia Sul Celulose, projeto de US\$ 1,2 bilhão, que contará com um aumento de mais de 1 milhão t/ano na capacidade instalada, a qual atualmente é de 640 mil t/ano, com previsão de conclusão para o 3º trimestre de 2007; a expansão da Bahia Pulp, projeto

de US\$ 500 milhões, no qual calcula-se a triplicação da atual capacidade de celulose solúvel, que passará de 115 mil para 365mil t/ano, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2007.

Na indústria de refino de petróleo, houve acréscimos nas fabricações de óleo combustíveis. A Petrobras anunciou investimentos da ordem de US\$ 750 milhões até 2010. Estes investimentos têm como objetivo melhorar a qualidade do diesel e da gasolina e realizar a construção de uma nova unidade de coque para aumentar a capacidade de processamento de petróleo pesado. Para a área de exploração e produção, será destinado um volume de investimentos de US\$ 950 milhões (FEDERAÇÃO..., 2005a).

Em relação ao refino de petróleo e produção de álcool, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), houve um crescimento de 4,3% no acumulado do ano até julho, comparado ao mesmo período de 2004 na produção de derivados de petróleo da Refinaria Landulpho Alves, atingindo, em 2005, o patamar de 8,4 milhões m³. Para a produção de gasolina registrou-se um aumento de 12,2%, atingindo um total de 1,4 mil m³, e, para a produção de GLP, registrou-se uma produção de 778 mil m³, com um aumento de 15,2%, sendo estes dois produtos responsáveis pelo bom desempenho do segmento durante o período. Já a produção de óleo combustível apresentou uma queda de 3,1% para o mesmo período (AGÊNCIA..., 2005).

O segmento de metalurgia básica foi o único a registrar taxa acumulada negativa no período, em função da parada programada para manutenção, em abril, nas plantas de fundição e ácido sulfúrico. A formação de estoques e anodos (material que precede a fabricação de cátodo/vergalhão), efetuada no primeiro trimestre de 2005, impediu que houvesse uma parada nas vendas (CARAÍBA..., 2005).

No que se refere à comercialização no mercado interno, esta foi de cerca de 8,4% inferior aos volumes registrados no segundo trimestre de 2004, devido, principalmente, à redução nas vendas de cátodos, o que está relacionado ao término de contrato de fornecimento (CARAÍBA..., 2005).

Destaca-se, também, a previsão de investimento em torno de US\$ 50 milhões a ser realizado pela empresa Belgo Bekaert para a implantação de um nova unidade de arames com fins industriais e com localização prevista para o município de Feira de Santana. Esta unidade será



responsável pela produção de arames de aço do tipo "bead-wire" (que entram na composição de pneus) e deverá entrar em operação a partir do primeiro trimestre de 2006 (FEDERAÇÃO..., 2005a).

Para o emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, observou-se um crescimento no nível de pessoal ocupado assalariado em torno de 3,4% no estado, para o acumulado do ano até julho, comparando-se com igual período de 2004. No cenário nacional, o aumento para o pessoal ocupado foi de 2,2%. Para a indústria de transformação, o aumento foi de 4,2%, sendo que os segmentos que registraram incremento no emprego industrial baiano foram: máquinas e equipamentos (63,2%), calçados e couro (6,6%), produtos de metal (19,3%), e alimentos e bebidas (1,9%), metalurgia básica (9,9%) e fabricação de meios de transporte (12,2%).

As expectativas de curto prazo para a indústria baiana são de crescimento, uma vez que os indicadores industriais mostram que o setor produtivo encontra-se em patamar bastante elevado, com acomodação no ritmo de crescimento. Tende a contribuir para a continuidade do bom desempenho da indústria baiana nos próximos meses a expansão das exportações. Acrescentam-se as expectativas de ampliação da capacidade instalada, conduzindo a uma nova dinâmica do setor em 2005.

Exportações mantêm ritmo de crescimento

Após ter registrado em julho o maior volume de vendas da história (US\$ 688,9 milhões), o comércio exterior baiano voltou a registrar novo recorde em agosto, com vendas no valor de US\$ 689,6 milhões, variação de 83,5% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. As importações também apresentaram crescimento, com

valor importado de US\$ 356,0 milhões, crescimento de 50,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior (Tabela 4).

No acumulado do ano, as exportações acumulam valor total de 3,713 bilhões, crescimento de 50,0% em comparação com o mesmo período de 2004. Já as importações registram crescimento de 24,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Esses resultados sinalizam a configuração de um saldo comercial histórico para o estado, uma vez que até o mês de agosto o saldo já corresponde a US\$ 1,542 bilhão, crescimento de mais de 100% em relação ao mesmo período do ano anterior, e saldo projetado nos 12 meses de US\$ 1,846 bilhão. Com esses resultados, a corrente de comércio baiana registra crescimento de 38,8% na comparação anual. Atualmente a corrente de comércio baiana corresponde a 4,8% da corrente de comércio brasileira.

De acordo com os dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o resultado da balança comercial até o mês de agosto pode ser explicado mais pelo crescimento do valor exportado (50,0%) do que pelo quantum exportado (43,0%).

Em 2005, nas exportações por segmento de produtos, conforme indicado na Tabela 5, destacaram-se: o crescimento nas exportações de derivados de petróleo, com 141,6%; químicos e petroquímicos, com US\$ 831 milhões, registrando um crescimento de 41,6% em relação ao mesmo período do ano anterior; e automotivo (US\$ 561 milhões), que registrou um crescimento de 45,9% no período. Estes três setores juntos correspondem a 57,7% da pauta de exportações baiana.

Analisando-se as exportações por fator agregado, o destaque ficou por conta do crescimento de produtos básicos (110,3%). Já entre os produtos industrializa-

Tabela 4 Balança comercial, Bahia: Jan-Ago2004/Jan-Ago2005 (valores em US\$ 1000 FOB)							
Discriminação	2004	2006	Variação %				
Exportações	2.492	3.713	50,0				
Importações	1.746	2.170	24,3				
Saldos	0.746	1.543	106,8				
Corrente de Comércio	4.238	5.883	38,8				

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Obs.: importações efetivas, dados preliminares



Tabela 5 Exportações dos principais segmentos, Bahia: Jan-Ago2004/Jan-Ago2005

Communica	Valores (US	\$ 1000 FOB)	VAR. %	PART. %	
Segmentos	2004	2005	VAR. 70	PARI. 70	
Químicos e petroquímicos	587.416	831.883	41,62	22,40	
Derivados de petróleo	341.445	824.954	141,61	22,22	
Automotivo	384.493	561.180	45,95	15,11	
Metalúrgicos	243.281	350.981	44,27	9,45	
Papel e celulose	188.684	238.337	26,32	6,42	
Grãos, óleos e ceras vegetais	209.619	229.528	9,50	6,18	
Cacau e derivados	125.770	148.965	18,44	4,01	
Minerais	68.141	100.162	46,99	2,70	
Café e especiarias	34.309	58.821	71,44	1,58	
Couros e peles	46.571	45.194	-2,96	1,22	
Móveis e semelhantes	27.412	43.028	56,97	1,16	
Calçados e suas partes	33.503	40.904	22,09	1,10	
Sisal e derivados	41.837	39.795	4,88	1,07	
Frutas e suas preparações	26.774	34.486	28,80	0,93	
Algodão e seus subprodutos	25.531	27.927	9,38	0,75	
Máqs., apars e mat elétricos	21.394	22.608	5,67	0,61	
Pesca e aqüicultura	18.288	13.660	-25,31	0,37	
Fumo e derivados	8.684	8.904	2,53	0,24	
Demais segmentos	59.180	91.875	55,25	2,47	
Total	2.492.332	3.713.192	48,98	100,00	

Fonte: MDIC/Secex

Elaboração: Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia

dos, o maior crescimento se deu entre os produtos manufaturados (40,3%).

Com relação aos principais destinos das exportações baianas, podemos ver, conforme os dados da Tabela 5, que os Estados Unidos continuam sendo o principal destino dos produtos da Bahia – no acumulado do ano, as exportações totais somam US\$ 119 milhões, com participação de 15,9% sobre as exportações totais. Ressalta-se que a participação dos Estados Unidos registrou queda de 11,8% em relação ao mesmo período

do ano anterior. Como segundo principal destino surge a Argentina, com 13,1% do valor total.

Por fim, cabe destacar o crescimento das exportações para a França, que em 2004 correspondia a apenas 2,5% dos principais destinos, passando neste ano para 4,0%, e, sobretudo, para as Bahamas, que no ano passado sequer configurava como um dos principais destinos das exportações baianas e que este ano figura como 4º principal destino devido às exportações de derivados de petróleo.

Tabela 6
Principais destinos das exportações, Bahia: Jan-Ago2004/Jan-Ago2005

País	2005	Participação	2004	Participação			
Estados Unidos	588.477	15,9	667.452	26,8			
Argentina	486.579	13,1	371.692	14,9			
México	385.106	10,4	266.060	10,7			
Bahamas	298.403	8,0	7.984	-			
França	148.145	4,0	61.701	2,5			
China	137.533	3,7	76.398	3,1			

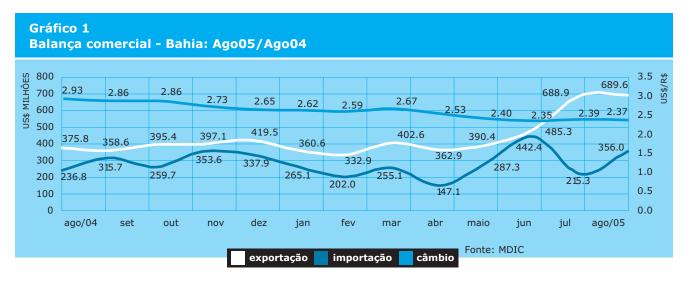
Fonte: MDIC



Um fato importante a ser destacado é que nos últimos dois meses a balança comercial baiana caracterizouse pelo distanciamento, relativamente expressivo, entre o valor das importações e das exportações (Gráfico 1). Apesar das importações manterem a tendência de crescimento, o crescimento das exportações é substancialmente maior, mesmo considerando-se a valorização do Real frente o Dólar, fator que teoricamente contribuiria para a ocorrência de um processo reverso. Este comportamento pode ser explicado de um lado pela forte demanda externa puxada pelos Estados Unidos e China, bem como pelo aumento no preço das commodities exportadas pelo estado

flação em queda, dólar desvalorizado e expansão do crédito ao consumidor verificado nos últimos meses. Como reflexo dessa conjuntura, o Indicador do Volume de Vendas baiano nos primeiros sete meses de 2005, tomando-se como base igual período do ano anterior, apresentou uma taxa positiva de 7,4%.

Quanto aos ramos de atividades que compõem o indicador para o acumulado do ano, verifica-se que quase todos os segmentos apresentaram variações positivas nas vendas, com exceção dos segmentos de Combustíveis e lubrificantes e Livros, jornais, revistas e papelaria, com taxas negativas de 14,0% e 3,4%, respectivamente.



(CENTRO INTERNACIONAL..., 2005), e, por outro, pela fraca demanda interna que tende a reprimir um maior volume de importações, mesmo com a moeda mais valorizada, fato verificado pela queda na importação de bens de consumo duráveis.

Comércio varejista baiano mantém crescimento

A economia brasileira inicia o terceiro trimestre com a perspectiva de uma possível trajetória de queda na taxa de juros, fato que anima o mercado varejista. Na Bahia, a pesquisa mostrou que as vendas do varejo mantiveram sinal positivo nesse mês, com uma expansão de 7,9% ante julho de 2004, completando 20 meses consecutivos de aumento, embora a taxa de 0,3% no mês, considerando o ajuste sazonal, indique um ritmo de crescimento mais lento (Tabela 7).

O crescimento continuado das vendas é atribuído à in-

No que diz respeito ao primeiro segmento, as elevadas variações negativas apuradas até o mês de julho/05 foram decisivas para retração exibida no período.

O mesmo pode ser observado para relação mensal, onde se obtém a variação no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Dos resultados negativos apresentados para o volume de vendas nessa relação, o de maior impacto na formação da taxa de comércio varejista também coube a Combustíveis e lubrificantes, sendo este o sexto resultado negativo consecutivo da atividade. Esse comportamento é justificado pela elevação dos preços dos combustíveis acima da média, fato que contribui para a racionalização do consumo destes produtos.

A atividade de Hipermercado, supermercado, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que tem o maior peso na

Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, exerceu significativa influência no crescimento do varejo. O controle da inflação e o aumento do salário mínimo, que ocorreu em maio, contribuíram para uma recuperação, em julho, de 2,5% no rendimento real médio dos trabalhado-



Tabela 7 Indicadores de desempenho do comércio varejista, segundo grupos de atividade, Bahia: Jan-jul2004/Jan-jul2005

Classes o sânoves	No r	nês¹	Manage 12	3	10 1
Classes e gêneros	junho	julho	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	3,4	0.3	7.9	7.4	8.3
Combustíveis e Lubrificantes	3,6	0.7	-12.6	-14.0	-8.0
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	3,9	1.1	8.4	9.9	9.6
Hipermercados e Supermercados	2,2	0.9	4.9	7.5	8.6
Tecidos, Vestuário e Calçados	4,2	0.4	23.4	17.5	11.5
Móveis e Eletrodomésticos	6,3	1.9	45.0	42.6	44.0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	nd	7.8	8.8	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	nd	-3.6	-3.4	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	nd	27.3	49.4	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	nd	10.8	8.8	nd
Veículos, Motos e Peças	3,6	-6.1	1.0	9.4	14.4
Material de construção	nd	nd	-13.6	-5.1	nd

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

res e, quando associados à interrupção da trajetória de elevação dos juros, provocaram aumento do consumo de gêneros de primeira necessidade. Como resultado, observou-se expansão de 8,4% em relação a julho de 2004. Os desempenhos positivos dos últimos meses foram determinantes para o ramo acumular, no período janeiro-julho, acréscimo de 9,9%.

Analisando o desempenho do comércio varejista, verifica-se que os setores de Móveis e eletrodomésticos e de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação lideram a expansão de vendas, com taxas de 45,0% e 27,3%, referentes a igual mês do ano de 2004, respectivamente. A manutenção de condições favoráveis do crédito direto ao consumidor e também dos empréstimos pessoais consignados em folha permitiu que esses segmentos acumulassem no ano taxas de 42,6% e 49,4%. Um outro aspecto a ser considerado para o impulso observado no último grupo é a valorização do real frente ao dólar, que vem tornando os produtos de informática relativamente mais baratos.

O resultado apresentado pela atividade de Tecidos, vestuário e calçados também foi significativo para o crescimento do varejo este mês. Influenciado pelo início das liquidações de final de estação, o ramo obteve uma expansão nas vendas de 23,4% em relação a igual mês do ano anterior. Para o acumulado no ano, a variação foi positiva em 17,5%.

A atividade de Outros artigos de uso pessoal e doméstico também apresentou resultado positivo para o comércio varejista em julho (10,8%). Por englobar ramos como lojas de departamento, ótica, artigos esportivos, brinquedos, etc. o segmento também foi influenciado por uma evolução do crédito ao consumidor. No acumulado do ano, a variação positiva alcançou 8,8%.

Para o segmento de Veículos, motos e peças o crescimento foi menos expressivo (1,0%), mas esse ramo não compõe o indicador que mede o comportamento do comércio. As significativas taxas de crescimento, observadas nos meses de janeiro e abril deste ano, contribuíram para que o grupo apresentasse para o acumulado do ano uma variação positiva de 9,4% em relação ao mesmo período de 2004.

Quando analisado o comportamento do comércio varejista baiano, levando em consideração os ajustes sa-

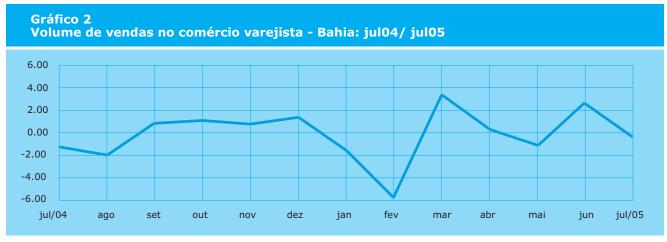


 $^{^{1}}$ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores



Fonte: IBGE (Dados sazonalizados) Elaboração: GEAC - SEI

zonais, observa-se que o desempenho dos segmentos, descrito acima, sofre modificações no sentido de um crescimento mais lento do comércio. Com o ajuste, a taxa apresentada pelo comércio em julho (0,3%), embora positiva, mostra-se num ritmo reduzido em relação ao mês anterior, quando foi registrada a taxa de 3,4%.

No caso do grupo de Móveis e eletrodomésticos, considerando-se os dados ajustados, constata-se uma queda nos negócios de 6,3% para 1,9% entre junho e julho deste ano, podendo ser interpretado como um sinal de cansaço desse segmento, decorrente do baixo índice de reposição de duráveis aliado à limitação de endividamento dos consumidores. Ainda na mesma base de comparação, as vendas dos supermercados, de alimentos e bebidas encolheram, passando de 3,3% em junho para 1,1% em julho.

Há uma tendência de aquecimento nas vendas nos próximos meses, devido à implantação de uma conjuntura favorável com a queda dos juros, inflação baixa e recuperação da renda. A idéia é que a inflação em queda, o dólar baixo e o pagamento de benefícios no fim do ano vão ajudar na recuperação da renda, impulsionando a venda dos bens de consumo não duráveis, como produtos alimentícios.

Considerações finais

O artigo apresentou os principais indicadores da economia brasileira e baiana em 2005. A partir da análise pode-se observar que o crescimento tanto da economia brasileira como da baiana mantém-se ainda que em ritmo mais lento. O setor varejista continua apresentando taxa de crescimento positiva, apesar da ameaça constante de alguns fatores que podem se tornar obstáculos para o desempenho da economia em 2005: altas taxas de juros, a crise política que afetou o país nos últimos dias e o câmbio desfavorável, que pode vir a prejudicar o nível das exportações. No entanto, o volume de crédito para pessoa física prossegue se ampliando e as indústrias que atingem o limite da capacidade instalada planejam investimentos diante da expectativa de expansão da demanda.

Para a agropecuária baiana, as estimativas para a safra 2005 são positivas, porém com resultados mais modestos do que os alcançados em safras anteriores.

O resultado do Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA) ratifica os resultados dos demais indicadores, pois apresenta taxa de 5,8% no acumulado do ano de 2005.

Todos esses fatores, somados aos resultados trimestrais do PIB baiano, confirmam aumento no nível da atividade econômica em 2005.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2005.

ALMEIDA, Cássia; GOMES, Wagner. Comércio: vendas esfriaram em julho. *O Globo*, 16 set. 2005. Disponível em: http://www.andima.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

BACEN. *Relatório de inflação*. jul 2005. Disponível em: http://www.bacen.gov.br. Acesso em: 23 set. 2005.



BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Cotações agrícolas*. Salvador: SEAGRE. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br> . Aceso em: 21 set. 2005.

BBC Brasil. *FMI reduz previsão de crescimento do Brasil*. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese Acesso em: 21 set. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Brasília: MDIC. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: http://www.mdic.gov.br. Acesso em: 21 set. 2005.

CARAIBA METAIS. Comentário do desempenho da companhia no trimestre. Disponível em: <www.caraibasmetais.com.br>. Acesso em: 22 set. 2005.

CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Indicadores de preços*. São Paulo: CEPEA; USP. Disponível em: http://www.ce-pea.esalq.usp.br. Acesso em: 21 set. 2005.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. Resultados do comércio exterior. Salvador: PROMO. Disponível em: http://www.promobahia.com.br. Acesso em: 22 set. 2005.

COMÉRCIO desacelera em julho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 2005. Disponível em: http://www.andima.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da safra 2004/2005* – sexto levantamento, ago. 2005. Disponível em : www.conab.gov.br. Acesso em : 23 set. 2005.

CRÉDITO volta a ajudar varejo em agosto e setembro. *Valor*, São Paulo, 16 set. 2005. Caderno Brasil, p. A-3.

DURÃO, Vera Saavedra. Vendas crescem no comércio em julho, mas bens duráveis têm queda. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 16 set. 2005. Disponível em: http://www.andima.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

FARID, Jacqueline. Crescimento mais lento nas vendas do comércio. *Jornal do Commercio*, 16 set. 2005. Disponível em: http://www.andima.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. Varejo manteve alta em julho, mas reduziu ritmo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 2005.

Disponível em: http://www.andima.com.br. Acesso em: 16 set, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA. Acompanhamento conjuntural. ago. 2005. Disponível em: http://www.fieb.org.br. Acesso em: 22 set. 2005a.

_____. Relatório de acompanhamento do comércio exterior da Bahia. Disponível em: http://www.fieb.org. Acesso em: 26 set. 2005b.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. World Economic Outlook – 2005. Disponível em: http://www.imf. org>. Acesso em: 21 set. 2005.

GUIMARÃES, Ligia. Vestuário puxa resultado e vendas no varejo crescem 0,47% em julho. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 16 set. 2005. Disponível em: http://www.andima.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

IBGE. Levantamento sistemático da produção, ago. 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2005a.

IBGE. Pesquisa industrial mensal emprego e salário. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 22 set. 2005b.

_____. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 22 set. 2005c.

_____. Pesquisa mensal de comércio, jul. 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2005d.

_____. IBGE. *Pesquisa mensal do emprego*, ago. 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2005e.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Endividamento e resultado das empresas industriais no primeiro semestre de 2005*. Disponível em: <www.iedi.org.br/admin/pdf20050908_empind.pdf>. Acesso em: 23 set. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Boletim de Conjuntura*, n. 70, set. 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br. Acesso em: 22 set. 2005.

MAIS forte que a crise. *Veja*, São Paulo, 14 set. 2005. SOARES, Pedro. Comércio perde fôlego em julho. *Folha de S. Paulo*, 16 set. 2005. Disponível em:



www.andima.com.br>. Acesso em: 16 set. 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Comércio mantém crescimento nas vendas. *Pesquisa mensal de comércio*. Salvador: SEI, jul. 2005. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2005.

SUZANO. Suzano papel e celulose anuncia os resultado consolidados do 2º trimestre de 2005. Disponível em: <www.suzano.com.br>. Acesso em: 26 set. 2005.



www.sei.ba.gov.br

Informação a um só clic

Através do site da SEI você fica por dentro das mais relevantes informações socioeconômicas e geoambientais dos Estado.

Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.

Navegue e conheça a Bahia de perto.

Um canal de comunicação aberto para você.



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de julho de 2005, os indicadores da economia mantiveram o desempenho positivo do primeiro semestre de 2005. O crescimento industrial e comercial, durante o ano, demonstra o dinamismo positivo da economia baiana, bem como as vendas externas, as quais continuam em ritmo forte, mesmo com a valorização do real.

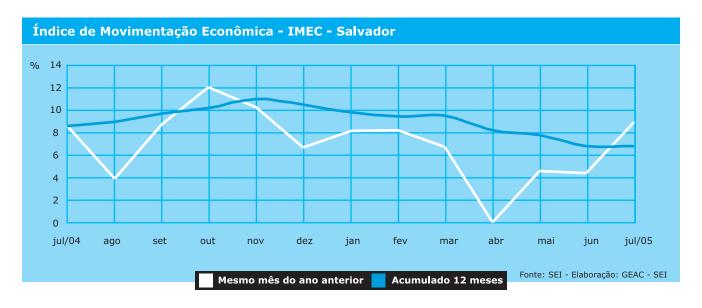
A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em julho de 2005, variação positiva de 8,4% em relação a julho de 2004. No acumulado do ano, a indústria apresenta crescimento de 3,5% na comparação com o mesmo período de 2004. As indústrias de produtos minerais não-metálicos (6,7%), de alimentos e bebidas (10,5%) e de veículos automotores (63,3%) são os setores que apresentam as maiores taxas no acumulado do ano. Os setores de refino de petróleo e álcool (-2,1%) e metalurgia básica (-6,4%) mantêm desempenho negativo no mesmo período.

O comércio exterior apresentou, de janeiro a agosto de 2005, crescimento de 50,0% nas exportações e 24,3% nas importações, mantendo assim o bom desempenho da balança comercial, que se verifica desde o ano passado. Conforme os dados do MDIC, nos oito primeiros meses de 2005, as exportações baianas somaram US\$ 3.713 bilhões e as importações US\$ 2.170 bilhões, gerando um superávit de US\$ 1.542 bilhões.

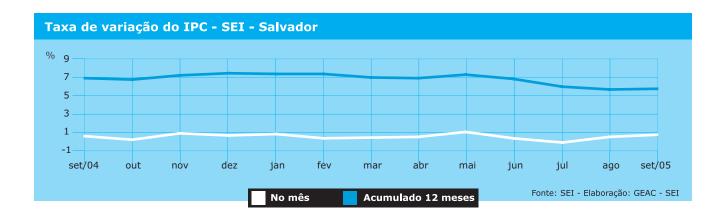
O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, mantém elevado volume de vendas. De janeiro a julho, o comércio registrou variação positiva de 7,4%. Os segmentos que apresentam as maiores taxas de crescimento no ano são: móveis e eletrodomésticos (42,6%), equipamentos e materiais para escritório (49,4%) e tecidos e vestuários (17,5%). O segmento veículos e móveis registra crescimento de 9,4% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), registrou, para Salvador, no mês de setembro, alta de 0,67%, acumulando, no ano, alta de 4,02%. No ano, os grupos que mais pressionam o índice são: habitação e encargos (16,4%), transporte e comunicação (4,5%) e despesas pessoais (4,0%). Já artigos de residência é o grupo que menos pressiona a elevação do índice (0,8%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEA-DE), fechou agosto com taxa de desemprego em 24,6% e média anual de 25,2%. No mês, 1.299 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica. Com relação ao rendimento, acumula queda de 0,4% na comparação jan-jul2005/jan-jul2004.

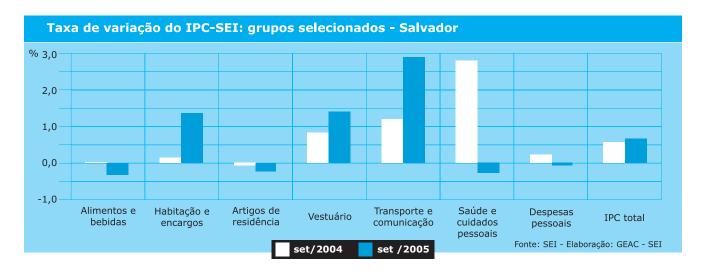


No mês de julho, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC apresentou variação positiva de 8,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na comparação jul05/jun05, houve crescimento de 3,3%. Já no acumulado dos doze meses, o índice registra taxa de 6,8%, ficando praticamente estável em relação ao mês de junho, quando a taxa estava em 6,76%, revertendo assim a tendência de queda verificada nos últimos meses.

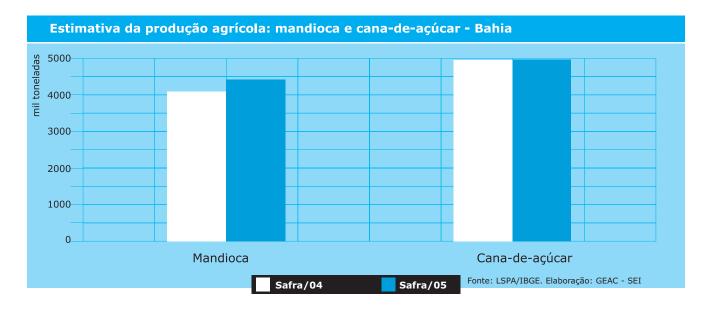


No mês de setembro, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,67%. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 5,75%, revertendo assim a tendência de queda verificada nos últimos meses. Transporte e comunicação (10,1%) e Habitação e encargos (18,5%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (1,3%) continua sendo o item que menos pressiona na formação do índice.



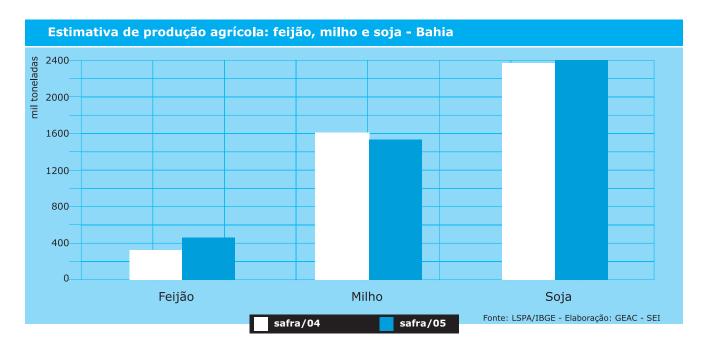


Os grupos transporte e comunicação (2,9%) e vestuário (1,4%) apresentaram, em setembro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens combustíveis (6,5%) e roupas de mulher (3,3%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de alimentos e bebidas (-0,3%), saúde e cuidados pessoais (-0,3) e artigos de residência (-0,2%) registraram as maiores contribuições negativas.

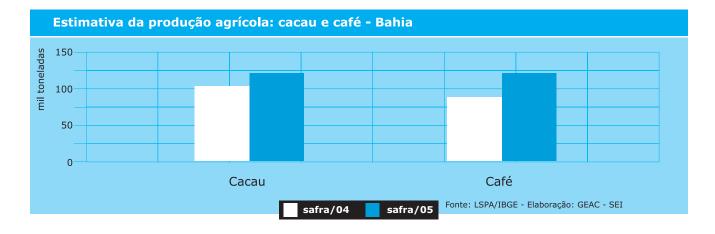


As estimativas para a safra baiana, realizadas em setembro de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apontam elevação de 7,7% para a safra de mandioca. A pequena elevação do rendimento da lavoura em relação à estimativa anterior (de 3,2% para 3,5%) responde pelo resultado. Para a cana-de-açúcar, mantêm-se as estimativas de elevação em 11,8% da produção, confirmando a reversão da tendência para a lavoura verificada em estimativas passadas.



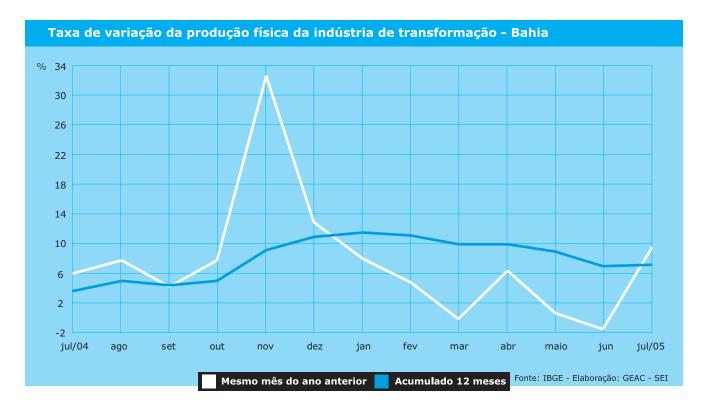


As estimativas do LSPA confirmam expansão para safra 2005 de feijão, porém em patamar pouco abaixo da estimativa anterior (43%). Considera-se que esse resultado apenas reflete ajustes nos números da lavoura, mantendo a tendência de aumento expressivo da produção. Para o milho, mantêm-se as estimativas de redução da safra em aproximadamente 5%. Para a soja, segue a estimativa de aumento da produção em 1,6%, sem alteração das observações para as áreas plantada e colhida.

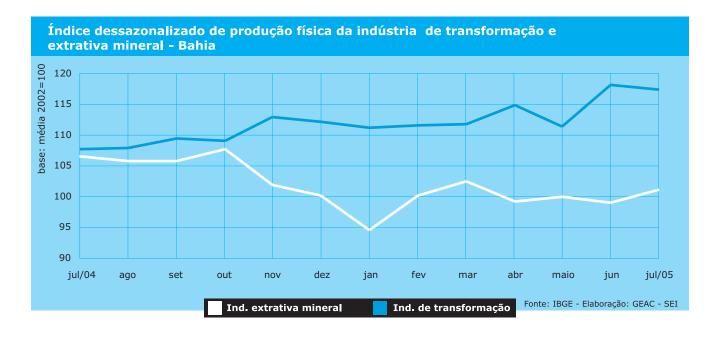


Mantém-se a observação de aumento de 4,0% da produção de cacau. Esse número combina aumentos da área plantada (2%) com a elevação do rendimento da lavoura em 1,6%. Para o café, há estimativas de elevação da produção em aproximadamente 8,5%. A expansão do rendimento da lavoura (9,2%) continua justificando o resultado. Entretanto, os ajustes das estimativas permitem observar a redução das perdas das áreas plantada (0,9%) e colhida (0,6%) em relação à estimativa anterior.



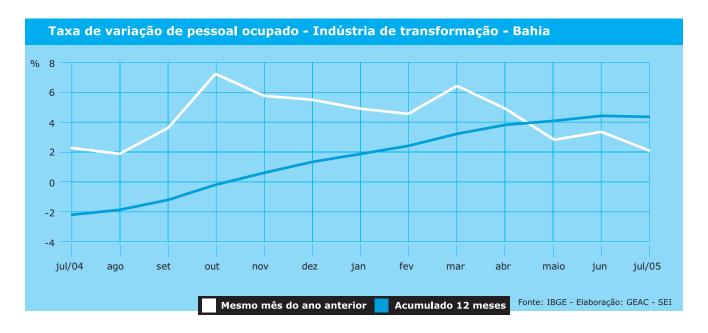


A produção industrial baiana voltou a registrar crescimento expressivo, conforme os dados da PIM-IBGE. No mês de julho, a indústria de transformação cresceu 9,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Veículos automotores (33,9%) e metalurgia básica (22,5%) foram os setores que apresentaram os maiores crescimentos. Nos doze meses, a taxa está acumulada em 6,9%, com destaque para os setores de veículos automotores (45,8%) e refino de petróleo e álcool (17,0%).

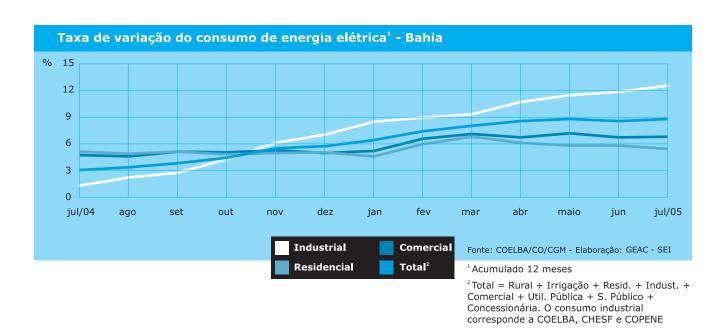


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa de 0,6%, na comparação entre julho de 2005 e junho do mesmo ano. Os setores que mais influenciaram o desempenho negativo foram produtos químicos (-0,4%) e alimentos e bebidas (-2,6%). A indústria extrativa mineral voltou a registrar crescimento (2,0%), após queda no mês de junho.



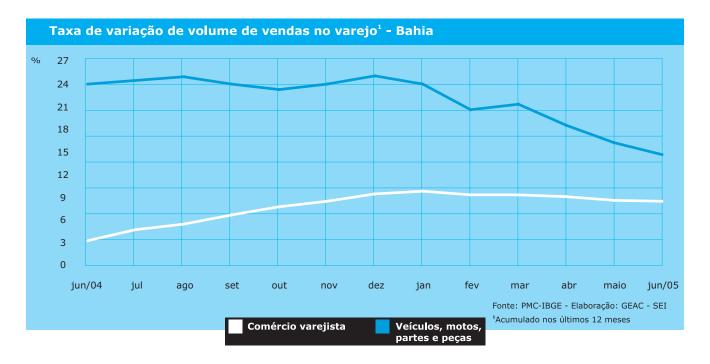


O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em julho de 2005, acréscimo de 2,1% em relação a julho de 2004. No acumulado dos últimos doze meses, o emprego manteve-se estável em relação a junho/2005, com alta de 4,5%. No indicador mensal (julho de 2005), os segmentos que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram, mais uma vez: máquinas e equipamentos exclusive elétrico-eletrônicos e de comunicação (65,9%) e madeira (30,2%).

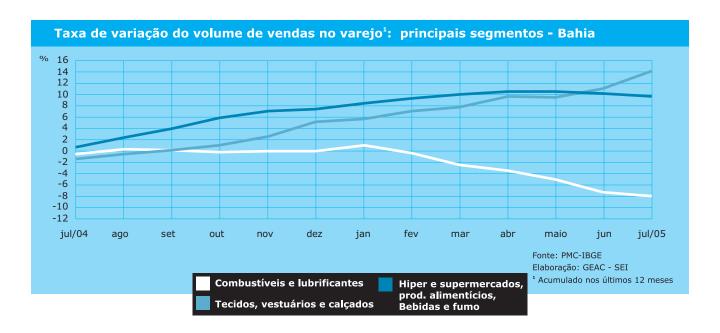


O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, manteve, em julho de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 8,8% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 12,5%. O consumo comercial manteve-se praticamente estável em relação ao mês de junho (6,8%) e o consumo residencial teve uma pequena elevação em relação ao mês anterior (0,3 p.p.).



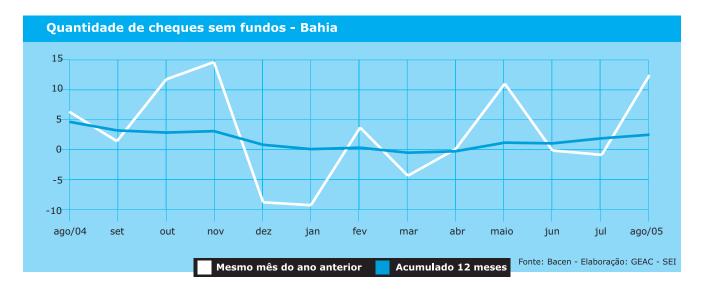


Em julho/05, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Comércio varejista na Bahia apurou, para o acumulado dos últimos 12 meses, uma expansão de 8,3%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento menos expressivo ante igual mês de 2004 (1,0%), mas esse ramo não compõe o indicador que mede o comportamento do comércio. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 14,4%.



Segundo a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até julho/05, um crescimento de 44,0% no volume de negócios. A manutenção de condições favoráveis do crédito direto ao consumidor e também dos empréstimos pessoais consignados em folha, além da ampliação dos prazos de parcelamento, continuam influenciando, fortemente, o desempenho do setor. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados, com 11,5% e 9,6%, respectivamente.



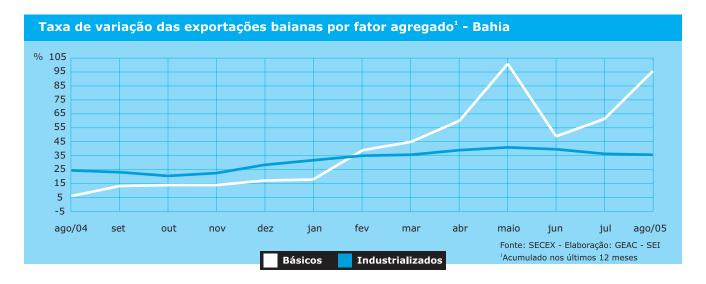


Em agosto de 2005, foram emitidos 408.000 cheques sem fundos no estado da Bahia. Esse volume, apesar de ser maior que o de julho de 2005 (+10,5%), é superior ao do mesmo mês de 2004 (1,0%). Apesar do crescimento registrado em agosto, a taxa acumulada nos 12 meses está em 2,3%, mantendo-se assim tendência de crescimento nas emissões de cheques sem fundos.

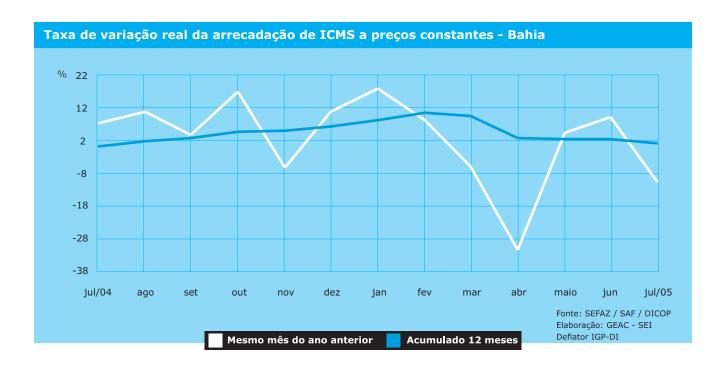


A balança comercial baiana registrou, em agosto de 2005, um saldo superavitário de US\$ 333,6 milhões, representando crescimento de 140,0% na comparação com o mês de agosto de 2004. As vendas externas alcançaram US\$ 689,6 milhões, o que representa um crescimento de 83,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 355,9 milhões, com crescimento de 50,3% em relação a agosto de 2004.



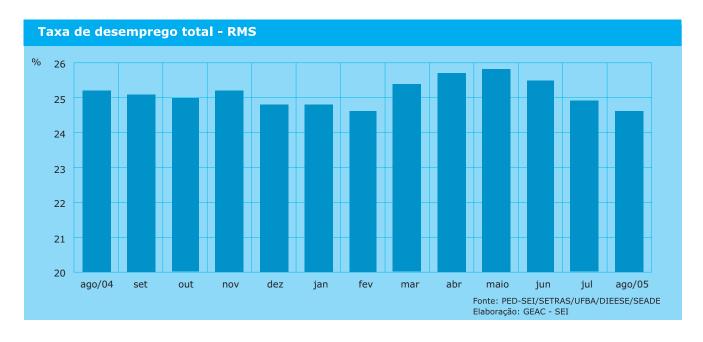


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 93,6% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando no período uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento de 34,5% nas vendas. Os produtos de destaque continuam sendo: automóveis, derivados de petróleo, derivados de cobre e químicos e petroquímicos.

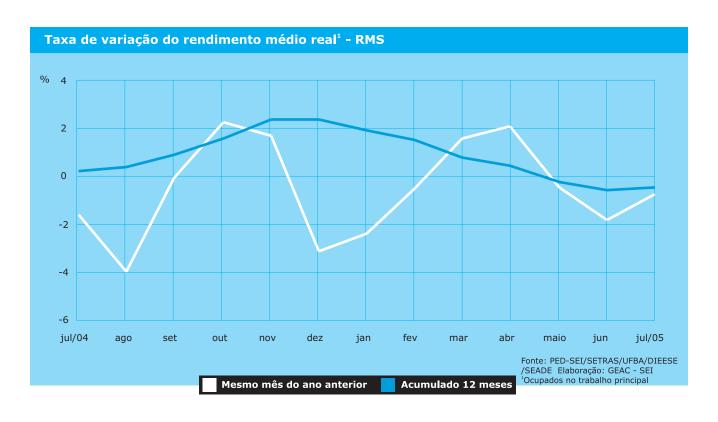


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de julho de 2005, variação negativa de 11,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 514.707 milhões. Nos doze meses, a arrecadação da Bahia registra crescimento de 0,8%, desviando-se do período estável em que se encontrava nos últimos 3 meses. No ano, a arrecadação acumula queda de 3,3% na comparação com o mesmo período de 2004.





No mês de agosto/05, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED revelaram uma redução da taxa de desemprego comparando-se ao mês anterior. A taxa de agosto, de 24,6% da PEA é resultado da compensação do contingente de novas pessoas que entraram no mercado de trabalho (4 mil) pelo número de novos postos de trabalho gerados (8 mil). No período, a PEA situou-se em 1.723 mil pessoas



O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou decréscimo de 0,81% em julho de 2005, comparando-se a julho do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa negativa de 0,56%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu em jul/05 a R\$707. Em julho, a massa de rendimentos reais dos ocupados cresceu 2,8%, entretanto, nos últimos doze meses, vem permanecendo estável.



Artigos

Salvador, do porto ao aeroporto: algumas idéias sobre urbanização, economia e questão urbana¹

Joseanie Mendonça*

A análise da geografia econômica da cidade de Salvador demonstra uma mudança espacial significativa do seu centro dinâmico. Este, que no século XVI localiza-se no entorno do Porto (Cidade Baixa), desloca-se para a região da atual Avenida Paralela², consolidando-se com o crescimento da importância do transporte aéreo e, conseqüentemente, do aeroporto local. Sob o aspecto administrativo, esse movimento dá-se inicialmente com a transferência da sede do Governo do Estado para o Centro Administrativo para, mais tarde, alinhar-se à chegada de grandes investimentos industriais na Região Metropolitana.

Durante quase quatrocentos anos, o Porto de Salvador funcionou como porto natural, indispondo de infra-estrutura moderna. A característica de porto organizado aparece no século XX. Em que pese a sua importância histórica – uma vez que, em seu entorno, foram instaladas instituições financeiras, de comércio atacadista, etc., que estimularam a economia da cidade –, a dinâmica econômica de Salvador segue movimento semelhante ao de diversas cidades, que vêm sofrendo alterações desde meados do século passado, trazendo uma redefinição da importância do Porto, das ferrovias e da rede rodoviária enquanto vetores de transportes e sistemas de distribuição ou circulação da produção.

Hall (1997) sintetiza tais mudanças na venda de serviços financeiros e empresariais (engenharia, design, marketing, consultoria jurídica, entre outros), na con-

centração de atividades de comando e controle (sedes de grandes organizações privadas, estatais e do terceiro setor) e na exportação de cultura e turismo.

Além desse novo paradigma, cumpre citar a revolução do transporte marítimo, constituída por uma nova tipologia de navios, de tecnologia de movimentação de cargas e de estrutura básica do Porto. A difusão do contêiner no transporte marítimo e intermodal, a partir dos anos 1980, permitiu economias de escala e consideráveis ganhos em eficiência. A conteinerização deu origem a grandes empresas armadoras de atuação global porque permitiu maior agilidade operacional com redução de custos, inclusive aqueles relacionados a seguros sobre as mercadorias; estimulou o desenvolvimento de redes de logística globais, sobretudo com a revolução das tecnologias da informação; provocou um aumento do tamanho de navios para carga geral; e proporcionou maior mecanização das operações portuárias. Nesse contexto, Santana (2003) afirma que:

¹ Artigo apresentado no curso de pós-graduação em Planejamento e Gestão Governamental como avaliação final da disciplina "A rede urbana como instrumento de desenvolvimento".

^{*} Pós-graduanda em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS, economista pela UCSal e pesquisadora da SEI. joseanie@sei.ba.gov.br

² Avenida Luiz Viana Filho.

Considerando-se que os navios de carga de última geração possuem mais de 250 metros de comprimento e capacidade para mais de 100 mil toneladas, observa-se uma fragilização na relação Porto-cidade. Ou seja, o aumento no tamanho e capacidade dos navios generalizou a necessidade de águas mais profundas, assim como a conteinerização de cargas passou a demandar berços maiores para docagem com centenas de metros de extensão, tornando muitos Portos total ou parcialmente obsoletos, deixando, em todo caso, grandes espaços subutilizados (SANTANA, 2003, p. 226).

Em que pese os efeitos diretos e indiretos da atividade portuária na economia urbana, verifica-se a necessidade do Porto possuir infra-estrutura e qualidade de serviços para torná-lo competitivo. E mais ainda, "(...) o investimento em ampliação e modernização de instalações portuárias, mesmo quando significam redução dos custos operacionais, não garante maior movimentação (...)" (ALMEIDA, 2004, p.130).

Assim, o Porto de Salvador assistiu a diminuição da sua importância para o comércio local, regional e nacional nas décadas mais recentes, seja pelo não acompanhamento e/ou alcance tardio do processo de modernização dos sistemas de transportes, seja (sobretudo) pelo declínio do modelo de produção fordista e a transição para a flexibilização pós-fordista. Some-se a isso as prioridades político-econômicas conferidas a outros centros produtores, ou melhor, outros portos, dentro dos planos de desenvolvimento do país.

Em síntese, o Porto da era fordista caracterizava-se por ser uma prótese das linhas de montagem fabris. O valor e os empregos concentravam-se nas economias de escala proporcionadas pelos grandes pólos industriais. Uma correlação imediata ligava os volumes de produção aos níveis de emprego e renda gerados (SILVA; COCCO, 1999, p. 16).

Silva (1999) complementa esse pensamento afirmando que:

Finalmente, apesar do 'Porto industrial' ter mantido uma localização próxima ao âmbito de desenvolvimento industrial e, portanto, dos centros metropolitanos relativamente desenvolvidos, a relação de integração territorial com a cidade sempre foi uma questão problemática e altamente conflitual. O fato do Porto ser visto por um lado apenas como um dispositivo tecnológico de circulação de mercadorias

e, por outro, como um 'intruso' no desempenho da economia urbana, gerou um progressivo distanciamento das respectivas preocupações e ordens de atuação, e um fechamento dos canais políticos e institucionais que poderiam ter estreitado os vínculos da gestão pública da cidade e do Porto (SILVA; COCCO, 1999, p. 16).

Nos anos 1980, com o declínio do modelo fordista de produção e a retirada do Estado da posição de principal ator no cenário econômico, cujas explicações fogem ao escopo deste trabalho, verificou-se a disseminação da produção flexível, que requeria uma maior agilidade na circulação de mercadorias. Nesse contexto,

a capacidade dos meios de circulação de assegurarem um máximo de extensão e diversidade (no abastecimento dos mercados, por conta da globalização) e um mínimo de tempo no fornecimento de insumos e produtos ao consumidor (i.e. just in time) tornou-se vital (SILVA; COCCO, 1999, p.17).

Por essas razões, fez-se o questionamento da relação porto-cidade. Tal questionamento atinge fortemente a cidade de Salvador, que possui um porto eminentemente urbano. Com as demandas da nova produção flexível, globalizada e ágil aumenta-se o conflito na relação entre o porto e cidade, sobretudo devido à demanda crescente de intervenções urbanas para facilitar o fluxo das cargas que se dirigem à zona portuária.

Tais intervenções acabam por gerar desaprovações do movimento do porto junto à opinião pública. O seu tráfego pesado e sua presença impositiva, entre a cidade e o mar, geram igualmente o debate sobre a revitalização da área e sua transformação em espaço de lazer e turismo cultural. Ou seja, surgiram modelos alternativos de modernização do porto: de um lado os que defendem o modelo *hub port* (macroportos concentradores de carga); e de outro os que defendem uma nova integração entre o tecido metropolitano e infra-estrutura portuária (SILVA; COCCO, 1999).

Segundo Silva (1999), no primeiro modelo, o de hub ports,

o porto é visto como um elo logístico desterritorializador e serve principalmente aos interesses comerciais de grandes firmas localizadas na sua hinterlândia ou de grandes armadores que o subordinam dentro de um sistema logístico global (SILVA; COCCO, 1999, p.18).



Isto é, as principais decisões operacionais são tomadas por global players e os operadores portuários apenas tratam de questões pertinentes à vinculação do Porto com outros modais de transportes e à circulação rápida das mercadorias.

A crescente (e cada vez mais expressiva) participação de aeroportos no dinamismo econômico mundial resulta das mutações iniciadas no transporte aéreo norte-americano

No segundo modelo, o porto é visto como instrumento de desenvolvimento local, ou seja, a cidade passa a ser o elo principal, a articulação entre o porto e a economia regional e entre este e o mercado global. Isso porque se entende que apenas a cidade detém as melhores condições para fixar localmente o valor gerado pelos fluxos e, portanto, para gerar emprego e renda para o território local.

Para Dankfort (1994), a harmonia do crescimento do porto e da cidade constitui variáveis preponderantes para que o primeiro se torne fator de desenvolvimento para o segundo. Assim, na eficiência do porto e na amenização dos conflitos porto-cidade está um dos elementos chave para o desenvolvimento das cidades. Para Pedrão (2002), a cidade contemporânea é produto de um processo de transformação que tem sido conduzido mediante uma progressão de impulsos de urbanização - correspondente à própria descontinuidade da formação de capital - que se materializa, primeiro, em modificações dos seus sistemas de infra-estruturas; depois, em alterações dos custos, para localização de atividades produtivas; e, finalmente, em mudanças nas condições para localização de habitantes.

Dessa forma, observar a relocalização dos serviços em Salvador – que se constituem em outras atividades além de bancos e casas de comércio como nos tempos áureos do Porto –, do bairro do Comércio e Cidade Baixa para a região do Iguatemi e Avenida Paralela, permite perceber um outro impulso de ur-

banização e transformação da cidade e mesmo um redesenho de sua economia.

Essa transformação ganhou força com a transferência da sede do Governo do Estado para o Centro Administrativo – deslocando o centro decisório político – e, mais tarde, com a chegada de grandes investimentos na Região Metropolitana. O Aeroporto de Salvador, portanto, assume um novo papel à medida que o Porto enfrenta as adversidades do declínio do padrão industrial fordista, impulsionado também pela importância do turismo e serviços para a cidade.

A crescente (e cada vez mais expressiva) participação de aeroportos no dinamismo econômico mundial resulta das mutações iniciadas no transporte aéreo norte-americano, especialmente no final da década de setenta do século passado. Como conseqüências desse movimento observam-se: a desregulamentação estatal da atividade, permitindo incrementos na concorrência, diversificação de preços e qualidade e aumentando o volume de tráfego; e o desenvolvimento do sistema *hub-and-spoke*³.

No Brasil, o transporte aéreo teve sua liberalização nos anos 1990. O menor controle do Departamento de Aviação Civil (DAC) sobre o setor resultou em mudanças na prática de preços, eliminou a distinção entre grandes companhias e empresas regionais, gerou abertura de rotas internacionais para grandes companhias e empresas regionais, etc. (BANCO..., 2001).

Embora limitada, a política de flexibilização iniciada nesse período se combinou aos efeitos positivos do Plano Real sobre o mercado para induzir um significativo crescimento do setor. Num quadro de maior concorrência entre as companhias aéreas já existentes, que beneficiou o usuário com tarifas mais baixas, houve a multiplicação da entrada de novas firmas e um grande incremento do número de ligações (ALMEIDA, 2004, p.111).

Evidentemente, os ganhos de eficiência e competitividade do transporte aéreo brasileiro acompanharam inovações tecnológicas e de gestão ocorridas no setor em escala mundial, envolvendo desde sis-

³ O modelo *hub-and-spoke* – "centro e raio" ou "rede em estrela" é baseado em um sistema de tráfego em que as destinações periféricas são conectadas a um aeroporto central, que concentra e redistribui o fluxo de carga e passageiros (BANCO..., 2001).



Figura 1 O novo centro de serviços em Salvador



Fonte: SEI

temas informatizados e *on-line* de reservas de passagens até alianças estratégicas para compartilhamento de vôos.

Dessa forma, o Brasil também adotou o sistema hub-and-spoke, sendo o aeroporto de Guarulhos (SP) o centro de conexões, ou seja, plataforma de interligação nacional e sul-americana. Faz-se importante destacar neste momento que, apesar da liberalização, o mercado de transporte aéreo brasileiro ainda possui grande potencial a ser explorado:

A falta de escala no transporte aéreo nacional é também visível no setor de carga. Guarulhos, principal aeroporto brasileiro era, em 2002, apenas o 78º aeroporto em tamanho no mundo em termos de passageiros e o 44º no que diz respeito ao transporte de mercadorias (ALMEIDA, 2004, p. 114).

Em relação a Salvador, deve-se registrar o significativo aumento no volume de carga aérea transacionada a partir de 1998, ano da reforma do aeroporto, que saltou de 14.096 toneladas no início dos anos de



1990 para 26.704 toneladas em 2002, segundo dados da INFRAERO. Apesar da reforma de 1998 ter privilegiado o transporte de passageiros - considerando-se o novo acesso viário, a duplicação da estação do terminal, instalação de onze pontes de embarque, etc. -, o aeroporto apresenta uma grande articulação com a economia urbana da cidade, acompanhando a mudança geográfica do centro de serviços. É, por esse motivo, elemento indutor de urbanização e desenvolvimento da cidade, uma vez que está estrategicamente localizado. O salto quantitativo do transporte de carga aérea, entretanto, deve ser compreendido à luz de uma forte demanda não atendida pelo antigo terminal de cargas e, sobretudo, pelo salto qualitativo obtido com a reforma. Como exemplos podemos citar a ampliação do terminal de carga, abrangendo serviços bancários e alfandegários, e a instalação dos Correios e das companhias aéreas cargueiras.

Nessa análise da nova reconfiguração urbana de Salvador não se pode ainda ocultar as externalidades negativas resultantes desse processo. Se, por um lado, o porto perdeu dinamismo, a expansão da cidade rumo à região Iguatemi/Paralela traduz-se em uma urbanização negativa à medida que o grande capital imobiliário destrói consideráveis áreas passíveis de proteção ambiental, a exemplo da Mata Atlântica e outros ecossistemas que margeiam a Avenida Paralela - como os que compõem o Parque de Pituaçu. Já se observa que a movimentação do centro gravitacional de serviços de Salvador guarda estreita relação com a crescente importância dos municípios da Região Metropolitana, seja pela instalação de indústrias, seja pela construção de complexos hoteleiros e/ou condomínios habitacionais de luxo.

Pedrão (2002) reforça essa análise, afirmando que a urbanização é conduzida pelos interesses do capital imobiliário e pelas pressões da população urbana. Neste caso, a urbanização do porto ao aeroporto da cidade de Salvador dá-se também pela conjugação dessas duas forças. O que se explicita pela verticalização da Avenida Paralela, assim como pelos bolsões de pobreza adjacentes. É notável a presença de muros separando bairros populares dos principais acessos que levam ao aeroporto, assim como a construção de condomínios residenciais de luxo em detrimento de áreas de preservação ambiental.

Retomando a ótica da crescente valorização da região próxima ao aeroporto, comparando-se ao entorno do Porto, onde se deu a primeira urbanização da cidade,

cabe resgatar as observações de Pedrão (2002) sobre industrialização da urbanização. Para este autor, "(...) a migração de atividades no recinto das cidades resulta em perda de funções de determinados bairros ou quarteirões, em detrimento de outros, e em subseqüentes movimentos de valorização e desvalorização (...)" (PEDRÃO, 2002, p. 250).

A urbanização é conduzida pelos interesses do capital imobiliário e pelas pressões da população urbana

Nesse contexto, num futuro próximo a relação aeroporto-cidade também poderá apresentar problemas, tendo em vista que uma outra expansão do Aeroporto de Salvador encontraria impeditivos face a sua localização urbana. É fato que não se pode prever ainda qual seria a solução para o que poderá se constituir num novo problema para a economia da capital baiana, uma vez que aeroportos incorporam muito rapidamente uma variedade de funções e se renovam tecnologicamente na mesma velocidade. Além disso, sendo o porto o meio de transporte característico da indústria fordista e o aeroporto, por analogia, assume esse papel na produção flexível, resta saber qual será o novo modelo de produção a se buscar, uma vez que se percebe que este é determinante também das novas formas de urbanização das cidades.

Referências

ALMEIDA, Paulo H. Aeroportos e Desenvolvimento local – o caso de Salvador. Serviços Estratégicos na Régião Metropolitana de Salvador. Salvador: SEI, 2004. 147 p. (Série estudos e pesquisas, 70).

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECO-NÔMICO E SOCIAL. Aspectos de competitividade do setor aéreo (Modal Aéreo II). Informe Infra-estrutura, n. 42, mar. 2001.

DANKFORT, J. Renovação urbana em áreas portuárias: estudo de caso. *Cadernos do Patrimônio Cultural*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, v. 3, n. 4-5, p. 96-114, 1994.



HALL, Peter. *Megacities, world cities and global cities.* The Hague: Megacities Foundation, 1997. Disponível em: www.megacities.nl/lecture hall.htm>.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução Estela dos Santos Abreu. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Carlos T. *Modernização dos portos*. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1996.

PEDRÃO, Fernando. A economia urbana. Ilhéus: Editus, 2002.

_____. Fermentos de uma economia urbana contraditória. Mmimeografado.(2005).

ROSADO, Rita de Cássia Santana de C. *Cronologia – Portos da Bahia*. Salvador: Companhia das Docas do Estado da Bahia, Centro de Documentação, 1987. 178p.

SANTANA, Lídia. Revitalização de áreas portuárias: referências para Salvador. *Bahia, Análise & Dados*: Logística, Infra-estrutura de Transporte e Desenvolvimento RegionaL, Salvador: SEI, I, v. 13, n. 2, p. 225-238, set. 2003.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Org.). Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP &A, 1999.





Comércio baiano mantém crescimento no semestre

Maria de Lourdes Caires*

Apesar das sucessivas altas nas taxas de juros e da sinalização de desaquecimento da economia no primeiro trimestre do ano, comparando-se com igual período de 2004, o Comércio Varejista do Estado da Bahia encerrou o primeiro semestre de 2005 acumulando incremento de 7,27% no Volume de Vendas. Esse resultado se torna mais expressivo quando se considera a base comparativa de igual semestre de 2004, ano em que os diversos setores de atividade econômica apresentaram resultados positivos e o comércio registrou o crescimento mais expressivo. Por outro lado, tal desempenho contraria os prognósticos de empresários do setor e de analistas de mercado, os quais esperavam que o varejo apresentasse incremento inferior ao do ano passado. Embora menos relevante que o observado no Estado, em nível nacional o Comércio Varejista expandiu-se em 4,64% nos primeiros seis meses do ano.

O comércio varejista responde por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e nos últimos anos vem se consolidando como uma atividade de grande importância no contexto da economia nacional

Este artigo faz uma análise do comportamento do comércio baiano, por ramo de atividade, no período de janeiro a junho de 2005. Os dados analisados têm como referência a Pesquisa Mensal de Comércio-PMC, realizada em âmbito nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e divulgada, em parceria, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. De acordo com os

resultados da pesquisa, junho foi o décimo nono mês consecutivo em que o comércio varejista apresentou expansão.

Importa destacar que até 2004 a pesquisa se restringia apenas a cinco segmentos varejistas, porém, a partir de janeiro, a PMC passou a divulgar dados para dez ramos de atividade, tomando-se como base comparativa a média do ano de 2004. Desse total, oito ramos compõem o indicador do Volume de Vendas, os quais têm as receitas provenientes predominantemente da atividade varejista. Dois deles: Veículos, motocicletas, partes e peças e Material de Construção não integram a taxa global que mede o comportamento do comércio, em razão de os mesmos abrangerem varejo e atacado, mas dada a importância desses na estrutura do setor, a pesquisa os investiga.

De acordo com o IBGE, o comércio varejista responde por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e nos últimos anos vem se consolidando como uma atividade de grande importância no contexto da economia nacional. Tal fato decorre das transformações desencadeadas pelo varejo, das inovações tecnológicas implementadas pelo setor, do processo de fusões e incorporações de empresas e da mudança de hábito de consumo da população, que têm contribuído para torná-lo mais dinâmico e competitivo.

A taxa acumulada nos primeiros seis meses do ano situou-se acima da apurada no mesmo período de 2004 (6,95%). Levando-se em consideração os sucessivos aumentos dos juros e as turbulências no cenário político, o desempenho obtido no semestre revela que esses fatores não exerceram fortes influências no comportamento do varejo. Em razão disso, as previsões de que o crescimento do comércio baiano, neste

^{*} Maria de Lourdes Caires é técnica da Sei



ano, situaria abaixo do de 2004, provavelmente não venham a se confirmar. Fundamentam tais suposições: o fato de o setor vir apresentando desempenho favorável, ante uma base comparativa elevada; o país conviver há quatro meses com uma séria crise política, que tudo leva a crer não se refletirá no desempenho da economia; e as expectativas de reduções da taxa básica de juros.

No semestre, a pesquisa indicou que dos oito ramos de atividade que compõem o Volume de Vendas, seis apresentaram expansão. Como vinha ocorrendo há vários meses, os destaques ficaram por conta dos expressivos desempenhos dos ramos de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (53,82%) e Móveis e eletrodomésticos (42,15%), vindo em seguida Tecidos, vestuário e calçados (16,60%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (10,19%), enquanto que no subgrupo de Hipermercados e supermercados a variação foi de 7,97%, Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (9,00%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,66%).

Por outro lado, com retração de 14,29%, o ramo de Combustíveis e lubrificantes foi o mais atingido pelo desaquecimento das vendas, seguido do de Livros, jornais, revistas e papelaria que acumulou, no período, variação de -3,38%. No segmento de Veículos, motocicletas, partes e peças o incremento alcançou 11,09%, enquanto que o de Material de Construção registrou recuo de 3,52%.

A desvalorização cambial foi preponderante para influenciar as vendas de Equipamentos e materiais para escritório informática e comunicação. O dólar em baixa motivou a queda dos preços desses produtos, utilizados pela indústria no processo de montagem de componentes importados. Acrescente-se a isso as constantes campanhas promocionais empreendidas pelas lojas que integram o grupo. O aquecimento da demanda do ramo vem impulsionando os negócios das indústrias instaladas no Pólo de Informática de Ilhéus, as quais montam grande parte desses equipamentos.

A despeito das sucessivas elevações da taxa Selic, interrompidas somente em junho, como ocorrera em 2004, neste ano, a concessão de crédito continua sustentando o crescimento das vendas de bens duráveis, os quais em cerca de 70% das transações comerciais, essencialmente de Móveis e eletrodomésticos, estão

atreladas ao sistema de crediário. Por longo período esses bens lideraram o crescimento das vendas não só no comércio baiano, mas também em termos nacionais. Embora na estrutura varejista o segmento de bens duráveis não seja o mais representativo, apresentando peso que varia em torno de 10,0%, seguramente é o mais dinâmico do varejo e o que movimenta quantias elevadas, haja vista comercializar bens de preços unitários altos. Em razão disso, para impulsionar as vendas, os lojistas vêm ampliando os prazos de parcelamento das compras, possibilitando à camada de consumidores, sobretudo a de mais baixa renda, comprometer parte de seus rendimentos mensais no pagamento da prestação de um bem cujo valor caiba em seus orçamentos domésticos.

A desvalorização cambial foi preponderante para influenciar as vendas de Equipamentos e materiais para escritório informática e comunicação

Também, entre os diversos segmentos varejistas, o de bens duráveis é o mais dependente dos juros. Porém, em que pesem os altos encargos financeiros, os melhores resultados do varejo em 2004 e nos primeiros seis meses deste ano foram observados nesse segmento. Tal comportamento reside no fato de o crédito consignado ser o principal fator a incrementar as transações comerciais desses bens e ao mesmo tempo contribuir para amenizar os impactos das elevações da taxa Selic, já que se vem constatando considerável aumento dessa modalidade de empréstimo. Dados do Banco Central indicam que, entre dezembro de 2004 e julho deste ano, essas transações elevaram-se em 56,1%.

Esse incremento pode ser atribuído aos juros mais baixos cobrados nessas operações, se comparados com os cobrados em outros tipos de empréstimos. Os descontos em folha de pagamento são mais seguros para as instituições financeiras, uma vez que reduzem os riscos de atraso nos recebimentos - exceto em alguns casos, como desemprego, o que torna os níveis de inadimplência menores. Na avaliação dos bancos,



esse fato explica a redução dos juros aplicados nessas transações.

A ligeira recuperação da renda média dos trabalhadores, influenciada principalmente pelo reajuste do salário mínimo, a inflação sob controle ou até mesmo deflação em alguns meses do ano, possibilitaram a elevação no rendimento real médio dos trabalhadores, refletindo no maior consumo de gêneros de primeira necessidade. A queda dos preços é de fundamental importância para elevar o poder de compra das famílias. Além disso, a concorrência entre as grandes redes varejistas vem obrigando o comércio a investir em intensas campanhas de marketing, as quais têm sido preponderantes não só para dinamizar os negócios do setor, como também para manter o controle dos preços.

Outro fator que contribuiu para beneficiar o varejo foi a geração, no Estado da Bahia, de cinqüenta mil quinhentas e duas vagas no mercado de trabalho, de janeiro a julho. Esse total supera em quase dez mil as criadas no mesmo período de 2004. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), resultado esse superior à soma de todos os outros estados nordestinos. Em nível nacional, a Bahia vem se destacando, atingindo, em julho, a sétima posição em criação de vagas com carteiras assinadas. Nesse período, Salvador, Lauro de Freitas, Juazeiro e Camaçari foram os municípios que mais absorveram mão-de-obra.

As expectativas são de que, a partir do segundo semestre, o comércio baiano deverá manter o incremento nas vendas, já que esse é um período, tradicionalmente, mais favorável à expansão dos negócios. Esses prognósticos poderão se concretizar, levando-se em consideração que, no segundo trimestre, os diversos setores da atividade econômica começaram a indicar crescimento mais expressivo que o do primeiro trimestre. O Produto Interno Bruto do Estado (PIB) apresentou no semestre crescimento de 3,6%, superando o registrado para o país, que de acordo com o IBGE atingiu 3,4% em relação a igual período de 2004.

O arrefecimento da economia no primeiro trimestre levou o Banco Central a projetar em 3,12% o crescimento econômico do país para 2005, enquanto que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontava expansão de 2,8%. No entanto, os sinais de aquecimento da economia acima do previsto no semestre levaram

essas instituições a rever suas previsões. Com isso, as novas projeções apontam crescimento do PIB em torno de 3,5%.

Em junho, o Comitê de Política Econômica (Copom) decidiu interromper a trajetória de aumentos dos juros. Desde 1999, ano em que as autoridades monetárias começaram a fixar mensalmente a taxa anual básica de juros da economia (Selic), não se registrava uma série tão longa de aumentos como a que ocorreu entre setembro de 2004 e maio deste ano. No período, a Selic foi elevada de 16,00% para 19,75%. A interrupção dos aumentos ou queda dos juros vinha sendo aguardada pelos diversos setores há alguns meses, pois os efeitos dessa política foram reforçados pelos sinais de desaceleração da atividade econômica nos primeiros meses.

A queda dos preços é de fundamental importância para elevar o poder de compra das famílias

A interrupção dos aumentos dos juros creditou-se ao comportamento da inflação e ocorreu em meio às turbulências políticas que o país vem enfrentando. Na avaliação de analistas econômicos, está havendo por parte do Banco Central um excesso de cautela na condução da política monetária, o que dificulta o crescimento econômico do país, já que juros altos são fatores preponderantes para inibir o consumo, tornando o crédito mais caro, dificultando os investimentos na produção e impedindo a geração de empregos.

Ao adotar a política de aperto monetário, as autoridades governamentais tinham como principal receio o fato de que a recuperação econômica do país poderia provocar expansão do consumo, já que a maior demanda por bens e serviços, inevitavelmente, levaria as empresas a reajustar seus preços e, portanto, ao aumento da inflação, dificultando o cumprimento da meta estabelecida para este ano. Porém, o consumo das famílias vem obrigando a indústria crescer num ritmo mais lento. Em 2005, o objetivo é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, indicador adotado para se estabelecer as metas inflacionarias, não ultra-



passe 5,1%. Entretanto, há uma margem de tolerância permitindo-o atingir 7,0%. Em junho, o IPCA registrou deflação de 0,02% e acumulou no semestre acréscimo de 3,16%, demonstrando que o cumprimento da meta se torna evidente.

O segmento de Automóveis, motocicletas, partes e peças apresentou significativo acréscimo no Volume de Vendas. Merece destacar que a montadora situada na Região Metropolitana de Salvador registrou, nos últimos meses, níveis consideráveis de unidades produzidas, o que foi de fundamental importância para impulsionar o crescimento da indústria baiana. As significativas taxas de crescimento obtidas em janeiro e abril, 29,96% e 25,22%, respectivamente, permitiram às revendedoras acumular no semestre variação positiva de 11,09%. Dados da indústria comprovam que o segmento de bens duráveis vem se constituindo no destaque do crescimento industrial, incluindo a produção de automóveis e eletrodomésticos, beneficiados tanto pelo desempenho do mercado externo como pela concessão de crédito. Contribuíram para elevar as vendas de automóveis: a concorrência entre as concessionárias, intensificando as campanhas promocionais através de reduções dos juros cobrados pelas instituições financeiras ligadas à indústria automotiva; e a concessão de descontos nos preços dos automóveis.

Anualmente, a pesquisa constata que as datas comemorativas são fortes indutoras das vendas de Tecidos, vestuário e calçados. Fatores restritivos ao consumo, como o aumento dos juros, não oneram os preços desses artigos, uma vez que as vendas não dependem de financiamento. Neste ano, confirmando as expectativas de aquecimento do setor, junho foi o sexto mês consecutivo a registrar desempenho favorável. As taxas obtidas vêm apresentando, a cada mês, crescimento mais expressivo, beneficiado pelas condições mais favoráveis da renda real do trabalhador e do emprego. Ao longo dos primeiros meses do ano, os lojistas do ramo realizaram várias liquidações, destacando-se a Liquida Salvador, envolvendo os diversos segmentos e principalmente as lojas que comercializam esses artigos. Diante do resultado positivo, podese afirmar que as promoções vêm se constituindo num importante mecanismo de aquecimento das vendas.

Os seguidos resultados positivos observados no segmento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo foram determinantes para o mesmo acumular, no semestre, desempenho

As datas comemorativas são fortes indutoras das vendas de Tecidos, vestuário e calçados

superior ao de igual período de 2004. A predominância do grupo é a comercialização de gêneros de primeira necessidade, para os quais as vendas são impulsionadas quando há aumento do poder aquisitivo de parcela expressiva dos consumidores. Inversamente ao que ocorre com o segmente de bens duráveis, cujas vendas são fortemente atreladas ao crediário, esse depende particularmente da renda dos consumidores e se constitui no mais representativo do varejo, respondendo por cerca de 44,0% da taxa que mede o comportamento do setor. O reajuste do salário mínimo possibilitou a uma parcela expressiva da população, sobretudo a de menor poder aquisitivo, destinar o aumento à aquisição de produtos da cesta básica, para os quais os preços permanecem estabilizados ou apresentando quedas, o que permite recompor o poder de compra dessa população.

No subgrupo de Hipermercados e supermercados, o ritmo dos negócios também situou-se acima do obtido no primeiro semestre de 2004. Além de outros fatores, a diversidade de produtos encontrados nesses estabelecimentos e as constantes promoções empreendidas pelas grandes redes contribuíram para impulsionar as vendas nos primeiros meses do ano. Também o parcelamento das compras através de cartão de crédito, principalmente os das próprias empresas, de produtos de maior valor, como eletrodomésticos, tem sido uma estratégia utilizada para aquecer as vendas.

Desde o ano passado e o início deste, entre os ramos que compõem o Volume de Vendas, o de Combustíveis e lubrificantes vem sendo o mais atingido pela retração no consumo. Em todos os períodos analisados a pesquisa constatou quedas generalizadas. As acentuadas variações negativas o segmento a acumular, no semestre, considerável recuo. Dada a representatividade do ramo na estrutura varejista, respondendo por aproximadamente 30% na formação da taxa geral do varejo, o desaquecimento das vendas vem impedindo melhor dinamismo do comércio baiano. A elevação dos preços dos combustíveis tem sido responsável pela racionalização do consumo.





A dívida pública como um entrave ao desenvolvimento econômico

Rodnei Fagundes Dias*
Gabriel Oliveira Barbosa**

O endividamento interno brasileiro atingiu o inédito nível de 56% do PIB ao final do ano de 2002, representando a arrecadação de quase dois anos em todos os níveis da administração pública. Algumas questões pertinentes têm indagado economistas e membros da sociedade como um todo: por que o endividamento brasileiro chegou a tal ponto? Historicamente, ele sempre apresentou essa trajetória ascendente? Essas e outras questões nos levaram a pesquisar a evolução da dívida interna brasileira, bem como seu impacto sobre o desenvolvimento da nação. Nisso consiste esse trabalho, que tem como marco inicial o início da década de 80, período no qual a relação dívida pública interna/PIB começou a apresentar trajetórias significativamente ascendentes, ao contrário do que vinha ocorrendo até então.

A dívida brasileira na década de 80, até meados dos anos 90

A preocupação contínua com o tamanho da base monetária, lado a lado com os altos níveis de taxa de juro interna para induzir a captação privada de empréstimos no exterior, resultou numa desastrosa política de financiamento das necessidades do setor público (NFSP) através de vendas cada vez mais volumosas de títulos do governo ao setor privado.

A política governamental vigente, de geração de saldos na balança de bens de serviços por meio da desvalorização da moeda nacional, colocou em grandes dificuldades quem havia assumido dívidas em moeda estrangeira. Isso induziu o governo a criar um mecanismo de "socialização" da dívida onde, por um lado, as empresas estatais capitalizaram suas dívidas ou receberam aportes do governo, enquanto as empresas particulares obtiveram ajuda governamental de forma a amenizar a correção cam-

bial, tendo com isto o governo assumido, também, parte de sua dívida.

Ao mesmo tempo, a concessão de subsídios à exportação agravava o déficit governamental que era financiado pela emissão de títulos da divida pública federal interna. Isto resultou num crescimento da dívida interna líquida até atingir um patamar de 30% do PIB, já por volta do ano de 1982. Todas essas medidas levaram, ao longo da década de 80, a crescimentos significativos nos níveis de déficits do setor público e a aumentos expressivos na dívida como um todo, como ilustra a relação dívida líquida do setor público/PIB descrita na tabela abaixo:

	Tabela 1 Dívida líquida do setor público: Brasil, 1981-1994 % PIB						
Ano	%	Ano	%				
1981	23,7	1988	45,5				
1982	29,7	1989	38,9				
1983	49,5	1990	40,5				
1984	53,3	1991	37,1				
1985	50,2	1992	36,8				
1986	44,9	1993	32,2				
1987	47,3	1994	24,5				

Fonte: Brasil - Programa Econômico e Boletim do Banco Central

É possível notar, contudo, que, a partir de 1987, a relação dívida/PIB começa a arrefecer, atingindo, em 1994, patamar muito semelhante ao observado no início da década de 80. Tal redução pode ser atribuída a alguns fatores. Giambiagi (1996) elenca duas

 $[\]ast\ast$ Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e bolsista do NEC.



^{*} Mestrando em Economia pelo Curso de Mestrado em Economia da UFBA e holsista do NFC.

possíveis causas fundamentais para a tal redução: um elevado nível de *senhoriagem*¹ observado na economia brasileira neste período e a *monetização* gradual da dívida pública, capazes de explicar um montante significativo da queda desta.

O crescimento da base monetária na década de 80, até meados da década de 90, foi um importante mecanismo de financiamento do setor público. Esse período é caracterizado pela venda de títulos por parte do Tesouro Nacional ao Banco Central. Este, por sua vez, emitia novas quantidades de moeda para poder adquirir tais títulos. Os economistas normalmente classificam esse processo como *monetização da dívida*.

A corrosão do valor real do estoque de dívida passada dependia não apenas de quanto o país gastou em relação à sua renda ("efeito-fluxo"), mas também de como sua dívida se valorizou ou não em relação à média dos preços da economia ("efeito-estoque"). Se o indexador da dívida for menor no período vigente do que naquele observado no período anterior, mesmo sem efetuar qualquer amortização, o estoque da dívida pode vir a arrefecer.

A dívida interna líquida corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo. No Brasil, o conceito utilizado de setor público, tanto para a mensuração da dívida pública quanto do déficit público, é o setor público não-financeiro e o Banco Central. Ela é composta principalmente pela dívida mobiliária federal, parcela que corresponde aos títulos públicos federais emitidos pelo Banco Central² e pelo Tesouro Nacional, e pela renegociação dos passivos oriundos dos Estados, dos Municípios e das Empresas Estatais (como dívidas trabalhistas, por exemplo).

No período 1983-1987, por exemplo, a dívida pública permaneceu relativamente estável, apesar dos sucessivos déficits públicos praticados na segunda metade da década de 80, da ordem de 5% do PIB ao ano, em média. No período 1990-94, por sua vez, no qual a senhoriagem foi amplamente superior às Necessidades de Financiamento do Setor Público³, a monetização gradual da dívida pública explica certamente uma parte substancial da queda do montante da dívida líquida pública em relação ao PIB, além, é claro, da obtenção de um superávit primário médio de

A corrosão do valor real do estoque de dívida passada dependia não apenas de quanto o país gastou em relação à sua renda ("efeito-fluxo"), mas também de como sua dívida se valorizou ou não em relação à média dos preços da economia ("efeito-estoque")

cerca de 2,8% do PIB. Do mesmo modo, a prática de juros reais negativos até 1988 implicou numa corrosão do estoque da dívida como um todo. Com isso, a relação dívida/PIB observada em 1994 era praticamente a mesma observada no início da década anterior, em torno de 24% do PIB, apesar do desempenho muito irregular da economia neste período e de uma taxa de crescimento do PIB muito inferior à sua "trajetória histórica".

Apesar de não ser o propósito deste trabalho, é importante destacar que alguns economistas acreditam no maligno efeito retro-alimentador que a senhoriagem causou sobre os níveis de inflação ao longo destes anos. Eles atribuem às fracassadas tentativas de combater a inflação neste período (Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II) a tal prática que visava, entre outros objetivos, financiar a dívida pública.

Após um estágio de crescimento que se deu até 1988, a relação dívida/PIB vinha decrescendo paulatinamente, tendo alcançado cerca de 24% do PIB em 1994. No entanto, neste mesmo ano, com o advento do Plano

³ A Necessidade de Financiamento do Setor Público é calculada, tal como o resultado nominal, com base na soma da variação do estoque de saldo da dívida líquida interna do setor público, do fluxo de financiamento externo e da variação da base monetária.



Senhoriagem é comumente caracterizada na literatura como sendo a capacidade de o Estado emitir moeda denominada na unidade por ele escolhida, sem qualquer garantia explícita de conversibilidade. A idéia de senhoriagem considerada neste artigo, portanto, irá se basear na diferença entre a base monetária em 31/12 do período corrente menos a base monetária em 31/12 do período anterior.

² Cabe ressaltar que, atualmente, o Banco Central está impedido legalmente de emitir novos títulos públicos, ficando tal incumbência de exclusividade do Tesouro Nacional.

Real, a dívida passa a crescer num ritmo acelerado, passando a representar 45,84% do PIB em julho de 2002 e se estabilizando desde então, uma vez que tal relação, em maio de 2005, esteve em torno de 45,18% do PIB.

A dívida pública na segunda metade da década de 90

Durante esse tempo, caracterizado por uma redução considerável das taxas de inflação mensais, em comparação com o período relativo à primeira metade da década de 1990, foi possível vislumbrar dois tipos inteiramente distintos de condução da política fiscal: no primeiro, verificou-se uma melhora natural dos resultados nominais do setor público como decorrência das menores taxas de inflação, mas tal melhoria acabou sendo acompanhada de uma piora considerável dos resultados primários; no segundo, como resposta à crise da economia russa, verificou-se uma mudança de estratégia na condução da política fiscal, que passaria a ser caracterizada pela obtenção de superávits primários superiores a 3% do PIB.

Entretanto, ao longo de toda a segunda metade da década de 90, e apesar da reviravolta na condução da política fiscal no segundo período após a implantação do Plano Real, que atingiria um marco com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o país se viu obrigado a conviver com elevadas taxas de juros e com altas taxas de depreciação e volatilidade cambial (1999 e 2002), com reflexos claramente negativos sobre o endividamento público.

O fato mais relevante no exame dos estoques de dívida pública brasileira durante o período de 1995 até o presente momento é seu forte crescimento. A Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP) saiu de 28,4% do PIB em janeiro de 1995 para 57,2% em dezembro de 2002 (variação de aproximadamente 201,4% em termos reais). Essa evolução foi condicionada, principalmente, pelo comportamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) do Banco Central e do Tesouro Nacional em mercado, que subiu de 11,8% do PIB em janeiro de 1995 para 44,3% em abril de 2005 (aumento real de 375,42%). Tal coincidência de fenômenos nos leva a seguinte questão: existe alguma conexão entre a dinâmica da dívida pública e o crescimento do PIB real?

Com o advento do Plano Real, a dívida passa a crescer num ritmo acelerado, passando a representar 45,84% do PIB em julho de 2002 e se estabilizando desde então

De acordo com o *mainstream*, não haveria nenhuma relação direta entre esses dois fenômenos: a taxa de crescimento do PIB real é determinada por fatores do lado da oferta – progresso tecnológico e crescimento populacional –, sendo largamente independente do estoque (ou da variação) da dívida pública; ao passo que a dinâmica da dívida pública depende fundamentalmente do superávit primário e do comportamento da taxa de juros.

De uma perspectiva keynesiana, contudo, existem razões para se acreditar que o baixo crescimento do PIB real e o aumento pronunciado da dívida pública como proporção deste, observados na economia brasileira nos últimos anos, apresentam uma causa comum: a adoção de políticas monetária e fiscal de natureza contracionista pelo governo brasileiro desde 1998. A combinação de uma alta taxa real de juros com baixo crescimento do PIB real faz com que a estabilização da dívida pública como proporção do PIB só se torne possível caso o governo opere com elevados níveis de superávits primários (OREIRO, 2003).

Tabela 2 Dívida líquida do setor público: Brasil, 1995 - 2004 % PIB					
Ano	%	Ano	%		
1995	30,6	2000	48,8		
1996	33,3	2001	52,6		
1997	34,4	2002	55,9		
1998	41,7	2003	57,2		
1999	48,7	2004	51,6		

Fonte: Brasil – Programa Econômico e Boletim do Banco Central

A tabela acima demonstra o comportamento da dívida líquida do setor público em proporção do PIB, nos últimos 10 anos. Alguns momentos importantes da conjuntura macroeconômica da segunda metade dos anos 90 ilustram bem o porquê tal relação mostrou-se



tão crescente, pelo menos até o ano de 2003. Entre eles, conforme salientou Carvalho e outros (2003), os principais foram:

- a) De janeiro a julho de 1995 (mudança no regime cambial brasileiro para o regime de bandas cambiais e incerteza quanto à gestão do novo regime): nesse período, em meio aos efeitos da crise do México, a taxa selic manteve-se alta e crescente, enquanto a variação cambial apresentou média mensal de 1,5%.
- b) De agosto de 1995 a setembro de 1997 (contínuo decréscimo da taxa selic e funcionamento adequado do regime de câmbio administrado, possibilitado pela farta liquidez dos mercados financeiros internacionais): apesar da melhoria do perfil da dívida (aumento de prazos médios e da participação dos papéis pré-fixados), esse período foi marcado pelo agravamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e pela deterioração do resultado primário do setor público. Nesse período, pioraram conjuntamente os resultados do governo federal e dos estados e municípios.
- c) De outubro de 1997 a dezembro de 1998 (crise asiática de julho/97 e crise da Rússia a partir de agosto/98): período marcado pela elevação das taxas de juros internas e pela tentativa frustrada de ajuste fiscal. Governos estaduais, municipais e empresas estatais registraram crescentes déficits no período e mesmo o governo central (governo federal e Banco Central) só realizou superávits primários sistematicamente a partir de agosto de 1998; na gestão da dívida pública, as ações do governo foram limitadas por um comportamento mais defensivo do mercado, levando o Tesouro a ofertar apenas títulos públicos pós-fixados e/ou de curto prazo, resultando em sensível deterioração do perfil da dívida.
- d) De janeiro de 1999 a dezembro de 2002 (impacto de crises internacionais sobre o Brasil crise da Argentina, atentados terroristas aos EUA –, mudança do regime de política econômica de câmbio "semifixo" para câmbio flutuante, além das tensões internas crise de energia elétrica e incerteza ocasionada pelas eleições presidenciais): em virtude da crise internacional, adotou-se o câmbio flutuante, o regime de metas de inflação e um Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), apoiado por um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir de 2001, embora alguns avanços tenham sido conseguidos no alongamento de prazos da dívida, a conjuntura internacional

e as incertezas domésticas impuseram dificuldades à política de substituição de papéis pós-fixados por pré-fixados.

A conjuntura internacional e as incertezas domésticas impuseram dificuldades à política de substituição de papéis pós-fixados por pré-fixados

É possível observar que certos objetivos da administração da dívida mobiliária têm enfrentado, a partir da crise asiática, uma forte e seguida oposição do mercado, cujo comportamento defensivo leva, em geral, à rejeição dos títulos pré-fixados de longo prazo e à preferência por papéis cambiais e/ou atrelados à taxa selic. Apesar da estabilidade de preços alcançada com o Plano Real, parece que a credibilidade auferida pelo setor público perante o mercado ainda não é suficiente para que os agentes considerem o título público préfixado de longo prazo como uma alternativa segura de aplicação. Isso se explica porque a credibilidade do nosso país, na opinião de alguns economistas, foi diversas vezes ameaçada, desde o final dos anos 1970, por várias medidas que resultaram em sub-indexação da dívida (alterações nos cálculos dos índices, congelamentos, pré-fixações da correção monetária, etc) em períodos de inflação elevada. Como resultado, a dívida mobiliária foi recorrentemente desvalorizada, o que acarretou perdas patrimoniais aos agentes privados. Na verdade, essa limitada credibilidade auferida pelo setor público diante do mercado, que se reflete no perfil de demanda por títulos públicos, é um indicador muito eloqüente de que a estabilidade ainda não se consolidou no Brasil, conquanto a inflação tenha sido mantida relativamente baixa nestes últimos anos.

Um cálculo aproximado feito por Carvalho e outros (2003), baseado na evolução da participação relativa das dívidas indexadas às taxas de câmbio e juros no total da DLSP, no período 1996-2002, mostra que, do total de juros nominais acumulados, cerca de 65,7% decorreram conjuntamente da variação cambial e da taxa selic. Desse total, cerca de 32% são atribuídos ao efeito do câmbio e 33,7% ao efeito dos juros. Con-



forme disposto pelo próprio Banco Central, atualmente, do total de títulos públicos federais, em abril/2005, 63,2% do total destes estão atrelados ou à taxa de câmbio (4%) ou à taxa selic (59,2%). Inclusive, tal comportamento será analisado mais adiante. Essas estimativas corroboram com a crença corrente segundo a qual a dívida líquida tem sido altamente sensível às variações cambiais e de juros. Utilizando como base um exercício de simulação, Pinheiro (2000) constatou a elevada sensibilidade da dívida à taxa de juros e à taxa de câmbio, o que certamente evidencia um alto risco de mercado para o setor público, dado que boa parte da dívida atual se assenta em torno destes índices de correção.

Os juros nominais deram expressiva contribuição para o crescimento da dívida pública desde a segunda metade da década de 90

Ademais, os juros nominais deram expressiva contribuição para o crescimento da dívida pública desde a segunda metade da década de 90. Isso foi resultado, em grande parte, das crises de expectativas, provenientes tanto de fontes externas (crises financeiras internacionais, terrorismo internacional, etc) quanto das internas (crise de energia elétrica, eleições, etc). O efeito geral dessas crises é típico: diante da incerteza e da volatilidade dos preços dos ativos, os agentes de mercado exigem prêmios cada vez mais elevados sobre os títulos públicos. Além disso, esses agentes revelam marcada preferência pela liquidez, o que acarreta encurtamento dos prazos da dívida e sua concentração em papéis indexados às taxas de câmbio e juros.

A edição do PEF, em setembro de 1998, previa o estabelecimento de metas que visavam a estabilização da relação dívida/PIB, inicialmente no nível de 46,5%. Para isso, além de uma agenda de trabalho que pretendia acelerar a implementação das reformas estruturais em discussão – cujo carro-chefe era a aprovação de uma lei que impusesse fortes restrições no trato da coisa pública (Lei de Responsabilidade Fiscal, confor-

me ocorreu) –, estabeleceu-se um Plano de Ação para o período de 1999 a 2001, que tinha como pano de fundo o estabelecimento de uma meta de superávit primário do setor público de 2,6% do PIB, em 1999, 2,8%, em 2000, e 3%, em 2001. Essas metas significavam, quanto aos resultados primários previstos, um esforço fiscal de 3% do PIB em 1999 e de quase 4% do PIB em 2001. Em relação a 1997, o esforço de 1999 representaria uma melhora de mais de 4,1% do PIB no resultado primário.

No entanto, com o advento do ataque especulativo ao Real realizado desde o final de 1998, em janeiro de 1999 o governo brasileiro percebeu que era necessário utilizar o sistema de taxas de câmbio flutuantes, com o intuito de conter a crescente desconfiança a respeito da capacidade de o governo fazer aprovar as medidas necessárias ao ajuste fiscal outrora proposto. Paralelamente, adotou-se uma política monetária ainda mais agressiva do que a que vinha sendo praticada desde setembro de 1998. Ao mesmo tempo, o governo partiu para a renegociação do acordo firmado com o FMI, o que acabaria levando à elevação das metas de resultado primário, que passariam para 3,1%, em 1999, 3,25%, em 2000, e 3,35%, em 2001. Como resultado, o setor público conseguiria transformar o déficit de 1997 em superávits de 3,2%, 3,5% e 3,7% do PIB, respectivamente em 1999, 2000 e 2001.

Em 2001, as crises da Argentina, o "apagão" (crise setor elétrico nacional - que provocaria racionamento de energia e contração do nível de atividade) e a crise de confiança mundial agravada pelos atentados terroristas de 11 de setembro aos EUA levaram a uma nova revisão do acordo com o FMI, tendo sido estabelecida uma meta de superávit primário de 3,5% do PIB para 2002. Posteriormente, essa meta foi elevada para 3,75% e, finalmente, para 3,88% do PIB, após a eclosão da segunda crise cambial da era do Real, motivada por fatores externos (crise de confiança no mercado de ações americano) e internos (transição político-eleitoral). Ao mesmo tempo, depois de um período de redução gradual das taxas de juros, o governo volta a adotar uma postura um pouco mais agressiva na política monetária no segundo semestre de 2001.

O governo iniciou, no ano de 2002, um "aperto fiscal" ainda mais duro. O anúncio da elevação da meta de superávit primário não impediu que ocorressem sucessivas e fortes depreciações cambiais. Esse fato, juntamente com a redução considerável dos recur-



sos externos para renovação de linhas de crédito em meio a uma forte crise de credibilidade nos Estados Unidos, acabaria por provocar o retorno do "fantasma" das taxas de inflação elevadas. Com isso, parte dos agentes econômicos defendeu a necessidade de aprofundamento do ajuste fiscal em curso como forma de reverter as expectativas e a trajetória da taxa de câmbio.

O esforço de ajustamento desde a implementação do PEF, em setembro de 1998, se concentrou na obtenção de receitas e não necessariamente na redução da máquina pública

Entretanto, vale mencionar que o esforço de ajustamento desde a implementação do PEF, em setembro de 1998, se concentrou na obtenção de receitas e não necessariamente na redução da máquina pública. Muitos economistas inclusive defendem que, se o governo tivesse promovido um corte no seu nível de gastos e não tivesse onerado tanto a produção, talvez a economia brasileira estivesse crescendo a níveis mais significativos do que aqueles atualmente observados.

Considerando-se que o perfil "ideal" de dívida – préfixada e de longo prazo – não será alcançado no curto prazo em face da resistência do mercado, é preferível que o governo expanda a colocação de títulos indexados a índices de preços, em detrimento dos títulos cambiais e/ou atrelados à taxa selic. Do ponto de vista da administração da dívida pública, a elevação da participação de títulos indexados a índices de preços constitui boa política por dois motivos:

1. Um aumento do índice de preços implica num crescimento do PIB nominal, elevando a arrecadação nominal do Tesouro. Desse modo, a dívida indexada a algum índice tem certa vantagem em relação à dívida cambial, que não conta com uma "proteção" adequada do lado do ativo do setor público.

2. Dado o atual regime de metas de inflação, os incentivos proporcionados pelos títulos indexados a índices de preços - sobretudo o IPCA - são melhores do que os dos papéis corrigidos pela taxa selic. Isso porque, no caso dos primeiros, se o governo cumpre as metas de inflação, mantendo-a em níveis baixos, é "recompensado" com um decréscimo do custo da dívida pública. Contudo, se a dívida é majoritariamente corrigida pela taxa selic e a autoridade monetária tem de elevar os juros precisamente para cumprir as metas de inflação, então o governo é "punido" com um aumento instantâneo de sua dívida. No Brasil, os principais defensores desta idéia são Afonso Bevilácqua e Márcio Garcia, professores da PUC/RJ, que corroboram com as idéias de autores internacionais como Price (1997), Missale, Giavazzi e Benigno (1997).

Conclusões

O comportamento do estoque da dívida pública de liquidez tem sido determinado, principalmente, pelos encargos financeiros incidentes sobre os seus títulos, especificamente os elevados níveis de taxa de juros praticados no período recente e as eventuais pressões de taxa de câmbio. Os ajustes patrimoniais também foram importantes fatores expansionistas, sobretudo os decorrentes de renegociação com estados, municípios e bancos públicos. Dados esses elementos, os resultados fiscais primários e as receitas de privatização acabaram tendo impactos contracionistas relativamente pouco expressivos.

A trajetória desses estoques evidencia que, em nome da estabilidade de preços, as políticas adotadas bloquearam o crescimento do produto e favoreceram aumentos da concentração de renda e de riqueza. As políticas monetária e fiscal contracionistas inibiram o crescimento da demanda agregada, ao mesmo tempo em que levaram à transferência de recursos de natureza concentradora. Tais políticas penalizam os contribuintes assalariados, os beneficiários de gastos sociais e os funcionários públicos. Os principais beneficiários, por sua vez, são os detentores da poupança financeira interna, inclusive investidores externos. Quanto aos ajustes patrimoniais, em geral são motivados por gastos em períodos anteriores, de governos locais e bancos públicos, muitas vezes financiados sem adequada cobertura dos riscos.

Com relação ao gerenciamento da dívida pública, a minimização dos custos financeiros é um aspecto que



não pode ser negligenciado. Nesse sentido, é preciso cautela com as taxas aceitas para alongar a dívida com títulos pré-fixados. Ao mesmo tempo, os riscos de rolagem recomendam distribuição dos vencimentos ao longo do tempo. É preferível, entretanto, que o alongamento seja efetuado com títulos não indexados a taxas de juros, a fim de que a política monetária não seja subvertida pelos seus impactos posteriores sobre a dívida pública. No que se refere às emissões de títulos vinculados à taxa de câmbio, por sua vez, é sabido, pela vasta análise de inúmeros economistas de diferentes correntes, a indesejável volatilidade resultante. Saliente-se, contudo, que existem mecanismos de controle de tal volatilidade que, se aplicados, podem tornar as emissões de títulos cambiais um procedimento recomendável no gerenciamento da dívida pública.

A estreita vinculação da dívida à taxa de juros deveria tender a inibir elevações e a favorecer reduções nas metas para a taxa selic estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), o que do ponto de vista do crescimento e distribuição de renda é uma restrição positiva. No entanto, o que se tem observado ao longo do final de 2004 até agora é que o COPOM tem realizado sucessivos aumentos na referida taxa, no intuito declarado de controlar as pressões inflacionárias. Todavia, acreditamos que, além deste objetivo explícito, o Banco Central tem utilizado tal mecanismo para "facilitar" a troca de títulos públicos vinculados ao câmbio por títulos vinculados à selic, apesar de ser conhecido o efeito danoso dos títulos pós-fixados, conforme apontado neste trabalho. Entretanto, dado a pouca receptividade dos mercados frente aos títulos pré-fixados ou mesmo atrelados a algum índice de preços, tal estratégia se faz necessária para minorar os efeitos da volatilidade dos títulos vinculados à taxa de câmbio sobre a dívida interna como um todo. Apesar de ser um mecanismo altamente custoso, uma vez que aumentos necessários da selic para a contenção da inflação elevam bastante o custo da dívida, o governo parece não vislumbrar uma outra alternativa de curto prazo.

Referências

BRESSER PEREIRA, L.C.; Y. NAKANO. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3, 146-177, jul./set. 2002.

CARNEIRO, D. D; MODIANO, E. M. Inflação e controle do déficit público: análise teórica e algumas simulações para a economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 38, n. 4, out./dez. 1983.

CARVALHO, José Carlos J. et al. *Finanças públicas brasilei-* ras: algumas questões e desafios no curto prazo e no médio prazo. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td 0977.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2005.

CARVALHO, M. A. S. *Privatização, dívida e déficit públicos no Brasil.* Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td2001/td_0847.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2005.

GIAMBIAGI, Fábio. Evolução e custo da dívida pública liquida do setor público. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 74-91, abr. 1996.

GIAMBIAGI, Fábio. Necessidades de financiamento do setor público: 1991/96 – bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p.185-220, abr. 1997.

MISSALE, A.; GIAVAZZI, F.; BENIGNO P. Managing the Public Debt in Fiscal Stabilizations: The Evidence. NBER, 1997. (Working Paper n° 6311).

OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de. Sustentabilidade da dívida pública: uma proposta de longo prazo. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/sustentabilidade da divida publica.pdf. Acesso em: 15 abr. 2005.

OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de. Uma estratégia keynesiana para a sustentabilidade de longo prazo da dívida pública. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 40, v. 21, set. 2003.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo Paiva, (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PINHEIRO, M. M. S. *Dívida Mobiliária Federal e Impactos Fiscais*: 1995/99. Brasília: IPEA, 2000 (texto para discussão nº 700). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0700.pdf Acesso em: 13 abr. 2005.

PRICE, R. *The Rationale and Design of Inflation-indexed Bonds*. IMF Working Paper n° 97/12, 1997.





Comida de rua: desvendando o mundo do trabalho e a contribuição social e econômica da atividade em Salvador-Ba

Ryzia de Cassia Vieira Cardoso* Silvia Santos Pimentel** Camila dos Santos Santana** Leise Nascimento Moreira** Simone Cruz Cerqueira**

Nos países em desenvolvimento, o crescimento industrial, comercial e urbano das últimas décadas tem favorecido a proliferação do mercado informal de trabalho, destacando-se o segmento da comida de rua (LATHAM, 1997).

Entende-se por comida de rua "alimentos e bebidas prontos para o consumo, preparados e/ou vendidos em vias públicas e outros locais similares, para consumo imediato ou posterior, mas que não requerem etapas de preparo ou processamento adicionais, incluindo frutas e vegetais vendidos fora de áreas autorizadas" (LATHAM, 1997).

Ao longo dos tempos, o comércio da comida de rua tem se consolidado como uma estratégia de sobrevivência, na medida em que minimiza os principais problemas estruturais dos centros urbanos, contribuindo para aumentar a oferta de trabalho – principalmente para mulheres –, garantir a renda de grupos socialmente excluídos, reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida e movimentar a economia local (COSTARRICA; MÓRON, 1996).

Segundo Ekanem (1998), a venda de alimentos nas ruas é um aspecto comum do estilo de vida nos países em que são característicos: altos índices de desemprego, baixos salários, oportunidades de trabalho limitadas e reduzidos programas sociais, sendo os principais atrativos para inserção neste mercado a baixa exigência de investimentos e a ausência de requisitos de treinamento prévio ou de escolaridade elevada (LATHAM, 1997).

Considerando o aspecto nutricional, a comida de rua compreende parte essencial do suprimento alimentar para a população, principalmente para grupos de baixa renda

Na América Latina e Caribe, dados de 1995 já registravam que mais de um milhão de pessoas estavam inseridas nesse segmento (COSTARRICA; MÓRON, 1996). No Brasil, apesar da ausência de dados específicos para esse setor da economia informal, Germano e outros (2000) relatam a contribuição da atividade para a geração de empregos e redução dos níveis de pobreza para milhares de cidadãos.

Segundo estudos, estimou-se que a atividade chegava a movimentar anualmente US\$100 milhões, com um lucro de US\$24 milhões, em Acra, Ghana (NATU-RAL..., 2002), e alcançava lucro de US\$100 milhões para 130.000 vendedores, em Calcutá, Índia (FOOD, 1997).

^{**} Estudantes de iniciação científica



^{*} Professora da Escola de Nutrição-UFBA

Considerando o aspecto nutricional, a comida de rua compreende parte essencial do suprimento alimentar para a população, principalmente para grupos de baixa renda. De acordo com a Food... (2001), cerca de 2,5 bilhões de pessoas em todo o mundo consomem diariamente comida de rua, contribuindo para a redução de deficiências nutricionais e da fome, e para preservar a cultura local e o atendimento a turistas (MOY; HAZZARD; KÄFERSTEIN, 1997).

Em diferentes países, o comércio de alimentos nas ruas se constitui um fenômeno de importância social, econômica e cultural, que tende a ser fortalecido pelo processo de urbanização. Entretanto, ainda que a venda da comida de rua seja uma prática cotidiana para milhões de pessoas na África, Ásia e América Latina, constitui um erro considerá-la uma realidade exclusiva do "sul do mundo". Nas metrópoles dos Estados Unidos, o conceito "take away" pode ser considerado uma forma de comida de rua, enquanto que em países da Europa, são numerosos os exemplos da produção e consumo de comida de rua (GUIGONE, 2004).

Em Salvador, a comida de rua constitui parte da história e da cultura, simbolizada internacionalmente pelas baianas com os seus tabuleiros

Sob o aspecto sanitário, contudo, muitos alimentos vendidos nas ruas apresentam-se inaceitáveis para consumo, em virtude da contaminação química e/ou biológica (ESTRADA-GARCIA et al., 2002; GARIN et al., 2002), oferecendo risco à saúde da população e representando gastos individuais e para a administração pública (ARÂMBULO III et al., 1994). Adicionalmente, o comércio obstrui ruas, congestiona o tráfego de carros e de pedestres e polui as cidades, o que configura um desafio para gestores municipais.

Em Salvador, a comida de rua constitui parte da história e da cultura, simbolizada internacionalmente pelas baianas com os seus tabuleiros. Na atualidade, contudo, este comércio encontra-se reforçado pela limita-

ção dos postos de trabalho no setor formal, e diversos produtos conquistaram espaço nas ruas da cidade, compondo um dos mais diversificados cardápios populares a céu aberto.

Considerando a consolidação do segmento no país, bem como a escassez de pesquisas na área, este trabalho configura-se como parte de um projeto maior, com vistas à caracterização social, econômica e sanitária do comércio de comida de rua em Salvador, e, especificamente, busca caracterizar os indivíduos inseridos neste comércio, descrever as condições de trabalho e avaliar o impacto sócio-econômico que a atividade representa para os vendedores.

Materiais e métodos

O trabalho delineia-se como um estudo transversal, realizado junto a vendedores de comida de rua de Salvador-BA.

Adotou-se um método de amostragem itinerante (GA-RIN et al., 2002), com o rastreamento da 450 pontos de venda, em três distritos sanitários da cidade, classificados como de alto, médio e baixo nível sócio-econômico. Não foram considerados, nesta amostragem, vendedores menores de 11 anos, para preservar a confiabilidade das informações, e baianas de acarajé, por serem, na época, objeto de um processo de regulamentação da atividade e de capacitação, promovido por órgãos públicos.

A coleta de dados se deu mediante a utilização de um formulário semi-estruturado, previamente testado em ensaio piloto. O formulário compreendeu questões organizadas em blocos, considerando: características sócio-econômicas do vendedor; características da barraca ou ponto de venda; tipo, aquisição e armazenamento dos alimentos; características higiênicosanitárias da atividade; e questões de percepção de higiene e opinião.

Os formulários foram preenchidos por entrevistadores devidamente treinados e supervisionados, após anuência do vendedor em participar do estudo. Os dados foram coletados entre setembro de 2002 e março de 2003, sendo tabulados e processados utilizando-se o "Statistical Package for the Social Sciences" – SPSS v.10. Os resultados foram analisados sob a forma de estatística descritiva e análise bivariada, utilizando-se o teste qui-quadrado para indicar associações esta-



tisticamente significativas, estabelecido um nível de probabilidade de 5%.

Resultados e discussão

Os resultados dizem respeito a 449 integrantes do estudo, uma vez que, por razões de critérios de inclusão, os dados de um deles não foram utilizados. Na Tabela 1, são apresentadas as características sócio-demográficas dos vendedores participantes.

Tabela 1
Características sócio-demográficas dos vendedores de comida de rua.
Salvador, 2002/2003

Característica	Distribuição (%)
Sexo	
Homens	68,3
Mulheres	31,7
Idade (anos)	
Média	37,2
Amplitude	14-80
Escolaridade	
Analfabetos	4,6
1º grau incompleto	55,9
1º grau completo	16,1
2º grau incompleto	11,7
2º grau completo	11,7
Capacitação para manipulação de alimentos	
Não	91,9
Sim	8,1
Renda (Salários mínimos)	
Média	2,2
Renda única	
Não	54.4
Sim	45,6
Chefe de família	
Não	40,4
Sim	59,6

Como se nota, a maioria de vendedores era do sexo masculino, contrapondo-se a tendências evidenciadas na literatura internacional. Na América Latina, a venda de comida de rua é exercida principalmente por mulheres, não apenas nas etapas de preparo de alimentos, mas também na comercialização. Em países como Peru, Guatemala e Jamaica a participação das mulheres chega a 50%, na Colômbia alcança 59%

e, no caso de Honduras, 90%; nos demais países da América do Sul, representa cerca de 64% (SIMOPOULOS E BHAT, 2000; ARÂMBULO III *et al.*, 1994).

De acordo com Tinker (1989), particularmente as mulheres encontram flexibilidade e compatibilidade na jornada de trabalho na atividade de comida de rua, face àquelas demandadas pela vida familiar. Adicionalmente, considerando que, em todo o mundo, uma de cada três famílias é chefiada por mulheres, a comida de rua se constitui uma opção para aquelas que necessitam trabalhar e ainda cuidar dos seus filhos. Por outro lado, como adverte Acho-Chi (2002), a inclusão de garotas no segmento informal deve ser avaliada dentro de uma maior complexidade, uma vez que muitas são privadas de educação básica, o que tem sido correlacionado com outros problemas sociais, incluindo gravidez indesejada, casamento precoce ou mesmo a prostituição.

Os resultados obtidos em Salvador, pelo seu contraste a uma evidência internacional, fazem refletir sobre a capacidade local de geração de empregos para a população, tendo em vista que, na ausência desta, o trabalho informal desponta como alternativa para os homens.

A média de idade encontrada entre os entrevistados foi de 37,2 anos e amplitude de 14 a 80 anos. Nesse sentido, estudos relatam o crescimento do comércio de comida de rua, indicando a inserção de indivíduos classificados na faixa etária dos economicamente ativos em virtude da redução da oferta de trabalho na economia formal (IYENDA, 2001; COSTARRICA; MÓRON, 1996).

Em relação à escolaridade, os resultados revelaram baixo nível de formação educacional dos participantes, visto que 55,9% dos entrevistados possuíam o primeiro grau incompleto e que 4,6% eram analfabetos. Estes dados se assemelham a levantamentos conduzidos na América Latina e na Ásia, que reportam poucos anos de educação formal para os vendedores (SIMOPOULOS; BHAT, 2000; AZANZA; GATCHALIAN; ORTEGA AZANZA, 2000). De acordo com Simopoulos e Bhat (2000), em países da América Latina, a maioria dos vendedores de rua apresenta menos de 8 anos de educação formal.

Considerando as variáveis sexo, idade e escolaridade, os resultados obtidos neste trabalho também se aproximam daqueles encontrados em estudo realiza-



do no Camboja (KRUY et al., 2001), onde os vendedores entrevistados tinham, à época, média de idade em torno de 28 anos, eram em sua maioria do sexo masculino (86,5%) e possuíam, em média, 5 anos de escolaridade, o que equivaleria, no Brasil, ao primeiro grau incompleto.

Ressalta-se, nesse contexto, que o baixo nível de educação formal pode contribuir desfavoravelmente para a qualidade e a higiene dos alimentos comercializados (SIMOPOULOS; BHAT, 2000). Paralelamente, esta preocupação é reforçada pelo relato da maioria dos entrevistados em Salvador (91,9%) de nunca ter participado de qualquer capacitação em higiene e manipulação de alimentos, o que concorda com estudo conduzido por Garin et al. (2002) em 4 continentes, com a participação de 1.268 vendedores.

O baixo nível de educação formal pode contribuir desfavoravelmente para a qualidade e a higiene dos alimentos comercializados

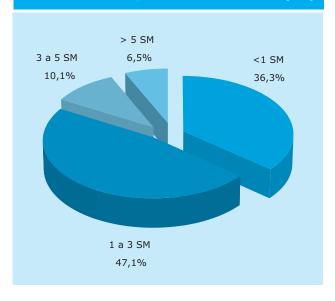
Em relação à autorização municipal (licença) para o funcionamento dos pontos de venda, constatou-se que apenas 16,5% dos vendedores a possuíam, refletindo uma situação que predomina no Brasil e em outros países da América Latina, na qual número reduzido de vendedores possuem autorização (GERMANO et al., 2000). Segundo levantamentos apresentados por SIMOPOULOS; BHAT (2000), em países como Equador e Colômbia os vendedores licenciados representam entre 20 e 30%, enquanto no Peru este valor alcança 42% e na Guatemala representa cerca de 33% dos vendedores.

A comparação dos dados sóciodemográficos, categorizados por distrito sanitário, permitiu evidenciar que o maior percentual de vendedores com autorização para funcionamento e de melhor renda desenvolviam suas atividades no distrito de classe sócio-econômica alta.

Com referência à média de renda encontrada – 2,2 salários mínimos/mês –, ainda que este valor represente um ingresso para a família e acesso a melhores

condições de vida, a análise sobre a distribuição de renda identificou um grande número de vendedores com salários mais baixos e um número pequeno de vendedores com salários muito altos (Figura 1), sendo registrada uma mediana de 1,5 salários.

Figura 1
Distribuição dos participantes segundo a renda mensal obtida com a atividade de comida de rua, em salários mínimos (SM)



Constatou-se que, para quase metade dos vendedores (45,6%), a renda obtida com a comida de rua era única. Observou-se também que 59,6% dos entrevistados se declararam chefes de famílias, estando estes casos mais distribuídos no distrito de classe econômica baixa. Nesse sentido, foram verificadas associações significativas entre chefes de família e maiores rendimentos (p<0,025) e chefes de família e renda única (p<0,01).

Em Kinshasa, Congo, estudo conduzido por Iyenda (2001), com 256 vendedores, observou que 54% eram chefes de família, o que se aproxima do valor encontrado em Salvador. Contudo, para 93,4% dos participantes a comida de rua consistia na única forma de sobrevivência, apontando uma dificuldade maior para a população daquela cidade.

Em Salvador, o número médio de membros na família informado foi de 4,6 indivíduos, sendo identificados nos pontos de venda avaliados o envolvimento de 1 a 4 ajudantes, incluindo familiares – que representaram 68% dos casos em que havia o trabalho de mais de uma pessoa/ponto. Esse resultado, ao mesmo tempo



em que ratifica a importância do segmento para a geração de emprego e renda e para a redução do quadro de insegurança alimentar, evidencia o potencial do segmento para abrigar "empresas de base familiar".

Quando questionados sobre o motivo para o trabalho com comida de rua, as principais razões apontadas pelos participantes foram o desemprego e a complementação de renda, sendo encontrada uma associação estatisticamente significativa (p< 0,02) entre a condição de desemprego e a de ser chefe de família, para o exercício da atividade.

Verificou-se ainda que 72,8% dos participantes estavam na atividade há pelo menos 1 ano e que 33,4% realizavam esta atividade há mais de cinco anos. Nas Filipinas, Azanza et al. (2000) constataram que 68,5% dos trabalhadores exerciam a atividade há mais de cinco anos e Mahon et al. (1999), em estudo realizado em duas cidades da Guatemala, identificaram que 81% e 97% vendedores trabalhavam há mais de um ano.

Observando os resultados encontrados em Salvador, é oportuno destacar que a atividade se consolida contrapondo-se às condições de oferta de trabalho, uma vez que a cidade registra uma das maiores taxa de desemprego do Brasil. Segundo dados da Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia – SEI, em 2004 (BAHIA, 2004), a taxa de desemprego total, que equivale à relação entre desempregados e a população economicamente ativa, alcançava 25,6%, em Salvador, e 26,7%, na região metropolitana.

Os vendedores de comida de rua deste estudo procediam de diferentes áreas de trabalho, destacadamente das atividades de prestação de serviços e do comércio em geral. Nesse sentido, cabe ressaltar uma compatibilidade entre as características de qualificação para os trabalhadores das áreas citadas e o aspecto de baixa exigência de formação e a necessidade de pequeno investimento para a realização do comércio informal de alimentos. Ao mesmo tempo, verificou-se a inserção de indivíduos sem experiência anterior de trabalho, destacando-se jovens - 10,3% dos entrevistados tinham idade inferior a 20 anos.

A atividade de comida de rua mostrou-se difícil para os indivíduos envolvidos, registrando-se uma média de jornada de trabalho de 9,8 horas/dia, com 75% exercendo-a por período superior a 8 horas diárias. Ao mesmo tempo, em sua maioria, os participantes tinham no mínimo cinco dias de trabalho por semana,

o que se aproxima de resultados observados por Kruy et al. (2001) no Cambodja, onde a jornada de trabalho semanal era em torno de 6 dias, e por Mahon et al. (1999), em estudo realizado em duas cidade da Guatemala, que encontraram 92% e 100% dos vendedores trabalhando 5 ou mais dias por semana.

Em estudo realizado na cidade de Kumba, Camarões, Acho-Chi (2002) constatou período de vendas de 7,7 horas, semana de trabalho de 5,7 dias e abordou, ainda, o caráter de funcionamento diuturno do segmento. Nesse contexto, ainda que o turno de trabalho não tenha sido uma variável observada em Salvador, é acontecimento reconhecido a venda de alimentos de rua no período noturno, contando estes comerciantes com a liberdade de venda sem o olhar das equipes de fiscalização pública.

A atividade de comida de rua mostrou-se difícil para os indivíduos envolvidos, registrandose uma média de jornada de trabalho de 9,8 horas/dia

Notou-se ainda a precarização das condições de trabalho como fato inerente à atividade, na medida em que os trabalhadores não dispunham de meios adequados para desenvolvê-la, estavam expostos às intempéries, à ação de agentes municipais de fiscalização e à violência urbana, não eram socialmente organizados enquanto categoria de trabalho e não contavam com apoio de programas sociais.

Esta adversidade pôde ser evidenciada pela posição dos participantes em face de três perguntas: na primeira, quando questionados se a atividade atendia às suas necessidades, 45% dos vendedores informaram que a atividade sempre atendia e 20% informaram "às vezes"; na segunda, quando questionados como se sentiam desenvolvendo a atividade, apenas 42,1% afirmaram se sentir bem; na última, quando inquiridos se gostariam de deixar o trabalho, 83% expressaram este desejo, sendo os motivos mais alegados a insegurança social, visto que muitos trabalhadores não



contribuíam para previdência social e não estariam amparados pelo Estado, no caso da ocorrência de problemas de saúde e da impossibilidade de exercer a atividade. Além desta justificativa, o baixo rendimento figurou como fator importante para manifestação do desejo de não permanecer na atividade.

O baixo nível de educação formal pode contribuir desfavoravelmente para a qualidade e a higiene dos alimentos comercializados

Nesse contexto, cabe realçar movimentos em defesa dos vendedores de rua, como o trabalho da Aliança Internacional dos Vendedores de Rua, fundada em 1995 para promover e proteger os direitos desta categoria. Como princípio de ação, a Aliança adota a Declaração Internacional de Bellagio, que estabelece um plano para criação de políticas nacionais e clama por ações em quatro níveis: comerciantes individuais, associações de comerciantes, governos municipais e associações internacionais, incluindo as Nações Unidas, a Organização Mundial do Trabalho e o Banco Mundial (ACHO-CHI, 2002).

Conclusões

De acordo com os resultados obtidos, foi possível concluir que:

- O comércio de comida de rua em Salvador caracterizou-se como uma atividade predominantemente masculina, realizada por indivíduos classificados na faixa dos economicamente ativos, com baixo nível de educação formal, quase nenhuma capacitação em higiene de alimentos e sem autorização municipal para funcionamento;
- Em média, este comércio gerava renda mensal superior ao salário mínimo vigente, sendo expressivo o número de vendedores que se declarou chefe de família; para quase metade dos casos a renda obtida era única. Identificou-se o envolvimento de uma ou mais pessoas na atividade, sendo significativa a inclusão de familiares;

- Os principais motivos para a inserção no segmento foram o desemprego e a complementação de renda.
 A atividade, por sua vez, mostrou-se uma alternativa estável de trabalho, visto que mais da metade dos participantes desenvolviam-na há mais de um ano;
- Os vendedores procediam de diferentes áreas de trabalho, principalmente da área de prestação de serviços e do comércio, verificando-se, ainda, o acesso de pessoas sem experiência anterior de trabalho;
- A média de jornada diária de trabalho registrada foi alta, assim como foi elevado o número de dias de trabalho/semana; considera-se, além destes fatos, uma ampla precariedade nas condições de execução da atividade, que resultou em uma baixa motivação dos vendedores para permanecerem nela.

Na medida em que o segmento constitui um componente socialmente importante para o desenvolvimento humano, tanto por gerar trabalho e renda quanto por atender requerimentos alimentares da população urbana, os resultados encontrados reforçam a necessidade de ações que visem assegurar melhorias para o setor e dignificar o trabalho.

Referências

ACHO-CHI, C. The mobile street food service practice in urban economy of Kumba, Cameroon. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 23, n. 2. p.131-148, 2002.

ARÁMBULO III, P; et al. Street food vending in Latin America. *Bulletin of PAHO*, v. 28, n. 4, p. 344-354, 1994.

AZANZA, P; GATCHALIAN, C. F.; ORTEGA, M. P. Food safety knowlodge and pratices of streetfood vendors in Philippines university campus. *International Journal of Food Sciences and Nutrition*, v. 51, p. 235 –246, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Tabela de taxas de desemprego*, 2004. Disponível em: http://www.sei.gov.ba.br.. Acesso em: 26 jul. 2004.

COSTARRICA, M. L.; MORÓN, C. Estratégias para el mejoramiento de la calidade de los alimentos callejeros en América Latina y en el Caribe . In: ALBERT, J. L. (Ed.). *Food, Nutrition and Agriculture 17/18*: Street Foods.



1996. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/ W3699T/w3699t08.htm>. Acesso em: 18 jun. 2002.

EKANEM, O. E. The street food trade in Africa: safety and socio-envorimental issues. *Food Control*, v. 19, n. 4, p. 211-5, 1998.

ESTRADA-GARCIA, T. et al. Faecal contamination and enterotoxigenic Escherichia coli in street-vended chili sauces in Mexico and its public health relevance. Epidemiology and Infection, v. 129, n. 1, p. 223-6, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. News & Highlights. *Street foods made safer*. 2001. Disponível em: http://www.fao.org/news/2001/010803-e.htm. Acesso em: 24 jul. 2003.

_____. News & Highlights. *Street food*: small entrepreneurs, big business. 1997. Disponível em: http://www.fao.org/news/1997/970408-e.htm. Acesso em: 24 jul. 2003.

GARIN, B; et al.. Multicenter study of street foods in 13 towns on four continents by the food and environmental network of Pasteur and associated institutes. *Journal Food Protection*, v. 65, n. 1, p.146-52, 2002.

GERMANO, M. I. P.; et al. Comida de rua: prós e contras. *Higiene Alimentar*, v. 14, n. 77, p. 27-33, 2000.

GUIGONE, A. La cucina di strada – Con una breve etnografia dello street food genovese. *Revista Virtual de Humanidades*, v. 3, n. 9, 2004. Disponível em http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 18 de nov. 2004.

IYENDA, G. Street food and income generation for poor households in Kinshasa. *Enviroment & Urbanization*, v. 13, n. 2, p. 233-241, 2001.

KRUY, S. L. *et al.* Qualité Microbiologique de L´Aliment "Glacê, Crème Glacée, Sorbet" Vendu Dans Les Rues De La Ville De Phnom Pen; Avril- 1996 – Avril 1997. *Bulletin de la Societé de Pathologie Exotique*, v. 94, n. 5, p. 411-414, 2001.

LATHAM, M. C. Street foods. In: FAO. Food and Nutrition Series, n. 29: Human Nutrition in the developing world. Rome: FAO, 1997. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/w0073e/w0073e00.htm. Acesso em: 14 jul. 2002.

MAHON, B. E. et al. Surveying vendors of street-vended food: a new methodology applied in two Guatemalan cities. *Epidemiology and Infection*, v 122, p. 406-16, 1999.

MOY, G.; HAZZARD, A KÄFERSTEIN, F. . Improving the safety of street-vended food. *Wld. Hlth. Statist. Quart*, n. 50, p.124 – 131, 1997.

NATURAL RESOURCES INSTITUTE. Street foods in Africa – Enhancing the food security of the peri-urban and urban poor through improvements to the quality, safety and economics of street-vended foods in Ghana. Disponível em: http://www.nri.org/streetfoods/project1.htm. Acesso em: 18 ago. 2003.

SIMOPOULOS, A. P; BHAT, R. V. Street foods. World Rev. Nutr. Diet., v. 86, 123-137, 2000.

TINKER, I. Legalizing street food in the third world: the right to eat on the street. Whole Earth Review, 1989. Disponível em: http://www.findarticles.com/p/articles/mim1510/isn62/ai7422473. Acesso em: 14 jul. 2002.



\$ 5 Investing

Investimentos na Bahia

Eixos Metropolitano e Extremo Sul concentram cerca de 80 % dos investimentos industriais previstos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 16,3 bilhões agregando 348 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, verifica-se que os eixos Metropolitano (55,6%) e Extremo Sul (23,9%) concentram o maior volume de investimentos, correspondendo a 80%, num volume de aproximadamente R\$ 13 bilhões em 200 projetos. Os demais agregam um volume de investimentos na ordem de R\$ 3,3 bilhões, representando 20% do total de investimentos e 43% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo que detém 11 % dos investimentos em 66 projetos.

No que tange à situação dos investimentos, 54,5% estão em implantação de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões em 279 projetos. Enquanto que 45,4% estão alocados em ampliação e 0,1% em reativação, somando recursos na ordem de R\$ 7,4 bilhões em 69 projetos.

Analisando os investimentos quanto o complexo de atividade econômica observa-se que 54% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (32%) e Químico-Petroquímico (22%), representando um volume de R\$ 8,8 bilhões em 93 projetos (27%) . Os demais complexos agregam cerca de R\$ 7,5 bilhões distribuídos em 255 projetos, particularmente no complexo de Transformação Petroquímica com participação de 19% dos investimentos e 16% dos projetos.

Tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem cerca de 68.722 postos de trabalho, com os eixos Metropolitano (44%) e Grande Recôncavo (26%) respondendo por aproximadamente 70% dos empregos, ou 48.005 postos de trabalho. Os demais são responsáveis por cerca de 30% dos empregos, destacando-se os eixos Mata Atlântica (7%) e Planalto Sudoeste (6%), que juntos agregam 8.970 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se a a Indústria de laticínios Palmeiras dos Índios, a MFX do Brasil Equipamentos de Petróleo, a Companhia Brasileira de Bentonita e a Gujão Alimentos.

Tabela 1 Investimentos industriais previstos para a Bahia Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005 - 2009

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	729.794	53
Atividade mineral e beneficiamento	396.027	14
Calçados/Têxtil/Confecções	1.420.718	51
Complexo madeireiro	5.190.348	15
Eletroeletrônico	396.165	32
Metal-mecânico	794.477	35
Químico-petroquímico	3.656.083	78
Reciclagem	4.900	3
Transformação petroquímica	3.161.803	57
Outros	554.940	10
Total	16.305.254	348

Fonte: SICM / Jornais Diversos Elaboração: GEAC - SEI Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/05.

Tabela 2 Investimentos industriais previstos para a Bahia Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2005 - 2009

Еіхо	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	15.241	5
Chapada Norte	95.074	10
Chapada Sul	14.595	4
Extremo Sul	3.895.520	9
Grande Recôncavo	1.770.825	66
Mata Atlântica	213.396	23
Metropolitano	9.069.503	191
Nordeste	128.607	7
Oeste do São Francisco	176.700	3
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	169.319	21
A Definir	464.371	8
Total	16.305.254	348

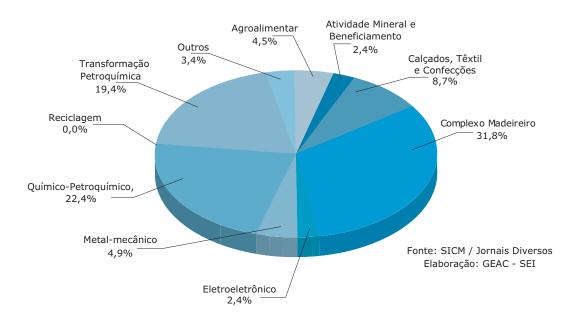
Fonte: SICM / Jornais Diversos Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/05.



Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade



Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Negócios

Investimento de US\$ 500 mil para produção de mamona

A Bahia poderá receber uma doação de US\$ 500 mil para o desenvolvimento da cadeia produtiva da mamona no semi-árido baiano, com recursos provenientes do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), instituição ligada às Nações Unidas. O programa da mamona é um financiamento especial dentro do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes da Bahia (Prodecar). O dinheiro será destinado à agricultura familiar no semi-árido baiano, visando a promoção da cultura da mamona, que está em evidência por sua utilização para a produção do biodiesel.

O técnico Raul Semonini, integrante da missão do Fida, destaca que este combústível tem um mercado consumidor promissor, pois tanto pode ser usado na indústria petrolífera - há uma lei obrigando o uso de 2% de biodiesel natural - quanto pelas próprias comunidades rurais, visto que o produto serve de combustível para tratores, geradores de energia e bombas.

A parceria do Governo da Bahia com o Fida teve início em 1995, com o programa Pró-Gavião, que investe em pequenos produtores de uma das regiões mais pobres do estado. A primeira etapa do Prõ-Gavião termina no próximo ano, mas uma segunda fase já está confirmada e, segundo o chefe da missão do Fida, os recursos investidos ao longo de seis anos, num montante inicialmente previsto de US\$ 35 milhões, foi elevado para US\$ 60 milhões, beneficiando 29 municípios das regiões nordeste e sudoeste da Bahia que têm baixo índice de desenvolvimento humano.

Bahia poderá receber US\$ 500 mil para produção de mamona. Tribuna da Bahia, 13/09/2005.

Ampliação de produção gera 200 empregos

A unidade da Gujão Alimentos, localizada no município de São Gonçalo dos Campos, passará a produzir 70 mil frangos por dia a partir do segundo semestre de 2006. Inaugurado em fevereiro, o abatedouro já produz 40 mil frangos por dia, voltados para o abastecimento do mercado baiano, com geração de 170 empregos diretos e a utilização da mão-de-obra de 170 famílias integradas no projeto.

Atualmente, a área de influência de Feira de Santana já conta com um importante pólo avícola, pois, além de Gujão, também estão instaladas na região as unidades da Avigro e Avipal. O grupo Gujão emprega hoje 600 pessoas, considerando todas as suas unidades, que incluem também uma incubadora de ovos e uma fábrica de ração. Com o início da segunda etapa, o número de postos de trabalho vai aumentar para 800.

"A grande oferta de grãos, devido ao crescimento da produção do Estado, é fator que impulsiona o desenvolvimento do setor, pois facilita o acesso à alimentação das aves", ressalta o secretário de Agricultura do Estado, Pedro Barbosa.

Abatedouro de Frangos amplia produção e gera 200 empregos. Gazeta Mercantil, 15/09/2005.

Distribuidora investe R\$9 milhões no estado

Presente na Bahia desde o ano passado, a distribuidora mineira ALE Combustíveis começa a expandir o seu campo de atuação no estado e no Nordeste. Ainda neste semestre, passará a armazenar combustíveis nos municípios baianos de São Francisco do Conde e Madre de Deus. Os investimentos para a abertura da empresa nessas cidades chegam a R\$9 milhões.

Conforme Cláudio Zattar, diretor superintendente da ALE Combustíveis, atrair investimentos para a região Nordeste tem sido um dos principais focos de interesse da empresa. "A Bahia destaca-se, pois vem consumindo uma quantidade maior de produtos e possui uma economia em ritmo de crescimento. Não podemos ficar de fora desse mercado", justifica. A presença da empresa em Pernambuco e na Paraíba irá possibilitar a comercialização de produtos em outros estados, como Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe.

A ALE chegou à Bahia no ano passado, instalando-se nas cidades de Jequié e Itabuna, no sul do estado. À época, o investimento para a implantação foi de R\$2,5 milhões. O primeiro posto de gasolina com a bandeira ALE aberto na Bahia está localizado no município de Calculé. A expectativa da empresa é duplicar a quantidade de produtos comercializados no estado e, em conseqüência, ampliar o seu faturamento. "Cinco milhões de litros são comercializados por mês em Itabuna e Jequié, gerando um faturamento de 7,5 milhões. Queremos, daqui a um ano, aumentar para dez milhões de litros e faturar R\$15 milhões".

Até o final deste ano, diz Zattar, é possível que se consiga obter no estado um faturamento da ordem de R\$60 milhões. "À medida que inaugurarmos novos postos, esse faturamento vai aumentar ano após ano", acredita ele, considerando que, no final de 2006, a empresa deva ter lucros de até R\$170 milhões.Com a projeção de inaugurar 30 postos de gasolina na Bahia daqui a quatro anos, a ALE deverá oferecer 400 novos postos de trabalho.

Distribuidora investe R\$9 milhões no estado. Correio da Bahia, 15/9/2005.

Vale investe em manganês

A Rio Doce Manganês (RDM) lançará as obras de uma nova unidade na sua operação localizada em Simões Filho, a 22 quilômetros de Salvador. O projeto receberá investimento de R\$ 45 milhões e é o destaque da empresa no plano traçado para os próximos três anos. Até 2008, os investimentos em aumento de capacidade, adequações da unidade e projetos ambientais somarão R\$ 140 milhões. O ferro-liga é uma liga de ferro, manganês, carbono e silício, utilizada na fabricação do aço.

A nova estrutura, que deverá passar a operar em agosto de 2006, será responsável pela sinterização, processo de aglomeração a quente do minério de manganês que chega das minas. O minério extraído da Mina do Azul, localizada em Carajás (PA), e também nas minas exploradas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na Bahia e em Minas Gerais, chega muito fino, o que impede que seja queimado diretamente nos fornos da fábrica.

A operação baiana é a maior de ferro-ligas da Vale, com produção para este ano estimada em 170 mil a 200 mil toneladas. Somadas todas as operações da companhia no segmento, a produção é de 600 mil toneladas. Após

acordo entre os sócios, a então Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. (Sibra) ficou integralmente sob controle da Vale, que começou a reestruturação.

Somados os R\$ 140 milhões do orçamento de investimentos até 2008, os aportes na empresa, desde 2001, chegarão a R\$ 357 milhões. Para 2006 estão previstas readequações ou mesmo substituição dos fornos da fábrica.

Vale investe R\$ mi na Ba em manganês. Valor Econômico, 13/09/2005.

Veracel em Eunápolis

A fábrica de celulose Veracel foi construída na cidade de Eunapólis com um investimento de U\$ 1,2 bilhão. A empresa já produz, desde os testes iniciais, em maio do ano vigente, 2,2 mil toneladas por dia para exportação, o que significa um acréscimo anual de U\$ 500 milhões na geração de divisas do País.

"Todo o projeto primou pelo ineditismo, não só em prazos de execução, como em novas técnicas de implantação. Treinamos 6 mil pessoas, em parceria com a Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), para trabalhar na implantação e mais de 200 jovens para trabalhar na fabricação de celulose e manutenção industrial", disse o diretor-presidente da empresa, Renato Guéron. A nova fábrica marca a consolidação do pólo de celulose do sul da Bahia, que inclui a Bahia Sul. Segundo o governador Paulo Souto, o empreendimento fixa novos parâmetros na economia baiana.

Agora, o território baiano está interconectado por uma espécie de triângulo que tem como pontas áreas distintas do Estado: a Região Metropolitana de Salvador, ainda responsável por 50 dos R\$ 62 bilhões anuais que formam o PIB baiano, o pólo agrícola do oeste e a celulose no Extremo Sul.

"Fora da Região Metropolitana de Salvador, o pólo da celulose é o maior parque industrial da Bahia", diz Paulo Souto, assinalando que a tendência natural é que o empreendimento atraia uma série de outras empresas. Por exemplo, só na fase de implantação, 100 empresas do Estado tornaram-se fornecedoras, trabalho realizado também em parceria com a Fieb. A Veracel pretende gerar 3 mil empregos diretos e 7 mil indiretos.

Lula inaugura a Veracel em Eunápolis. A Tarde, 28/09/2005.



Indicadores

Investimentos do BNB na Bahia cresceram 30%

O presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, apresentou ao governador Paulo Souto os dados das aplicações liberadas no primeiro semestre deste ano no estado. Os R\$700 milhões em aplicações no primeiro semestre já garantem um crescimento de 30% no volume de investimentos, com relação ao mesmo período do ano passado, que deve aumentar de R\$1,3 bilhão (registrado em 2004) para R\$1,7 bilhão no final deste ano.

A Bahia já representa 30% de todos os contratos feitos pelo banco no país. Durante o encontro, Smith também falou da estadualização da superintendência do BNB, que propiciou a descentralização da coordenação do BNB, garantindo a análise local de cada caso. Smith esteve acompanhado pelo superintendente estadual do BNB na Bahia, Paulo Sérgio Ferraro. O encontro também foi acompanhado pelos secretários de Planejamento, Armando Avena, de Agricultura, Pedro de Barbosa, da Fazenda, Alberico Mascarenhas, e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Khoury. Souto afirmou que a expectativa é de que o BNB amplie ainda mais seu apoio aos Programas da Secretaria de Agricultura, Cabra Forte e Terra Fértil, entre outros, como o Nossa Raiz.

O objetivo é manter o nível crescente do financiamento do setor industrial. "Temos uma atenção especial aos programas rurais integrados, porque eles melhoram os resultados do campo, mas também a vida do agricultor, diminuindo os riscos do banco. O estado entra com a infra-estrutura e o BNB com o crédito ao setor produtivo e isso tem nos dado bons resultados", detalhou o governador.

Investimentos do BNB na Bahia cresceram 30%. Tribuna da Bahia, 01/09/2005.

Soja segura produção de grãos

A produção brasileira de grãos 2004/2005 é de 113,5 milhões de toneladas, 4,7% menor do que a de 2003/2004, de 119,1 milhões de toneladas, segundo divulgação feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no sexto levantamento da safra agrícola 2004/2005. Comparada à estimativa inicial de 131,92

milhões de toneladas, feita pela estatal em dezembro do ano passado, a quebra da produção 2004/2005 chega a 14%, o equivalente a 18,4 milhões de toneladas.

As culturas de soja, trigo, arroz e algodão apresentaram crescimento mais significativo na área cultivada. Os problemas climáticos nas principais regiões produtoras não impediram o crescimento da safra de soja, embora bem abaixo do que o esperado inicialmente. A produção da oleaginosa aumentou em 1,3 milhão de toneladas (2,6%) em relação ao período 2003/2004, passando de 49,8 milhões para 51,1 milhões de toneladas. Isso se deve à expansão da área cultivada, que passou de 21,4 milhões de hectares para 23,3 milhões de hectares.

A Conab estima que o país colherá quase 60 milhões de toneladas de soja na temporada 2005/2006. Os embarques de soja em grãos devem trazer ao país divisas de US\$ 4,82 bilhões (20,5 milhões de toneladas); os de farelo de soja, US\$ 2,68 bilhões (13,4 milhões de toneladas); os de óleo de soja, US\$ 1,2 bilhão (2,5 milhões de toneladas); os de algodão, US\$ 461 milhões (390 mil toneladas); e as de milho, US\$ 116,6 milhões (1,1 milhão de toneladas).

Liderado pelos estados da Bahia e do Maranhão, o Nordeste continua a demonstrar uma vocação pela soja. A produção apresentou um crescimento de 11,7% em relação à safra anterior, passando de 3,54 milhões para 3,95 milhões de toneladas, em decorrência do acréscimo de 119 mil (9,%) hectares na área plantada e de 67 kg/ha (2,5%) na produtividade.

No oeste da Bahia (região de Barreiras), sul do Piauí (região de Uruçuí) e sul do Maranhão (região de Balsas), as chuvas foram boas e bem distribuídas. Nas demais regiões nordestinas, as chuvas chegaram com atraso, sendo escassas e mal distribuídas, como na região de Guanambi e Vale do luiú.

Soja segura produção de grãos - A TARDE - 26/09/2005

Ação governamental

Simbahia reduzirá ICMS de pequenas e microempresas

As pequenas e microempresas baianas optantes pelo Regime Simplificado de Apuração do Imposto



sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Simbahia vão pagar menos, a partir de 1º de setembro, com a ampliação das faixas de enquadramento do programa. Esta é a primeira correção desde a formulação do Simbahia, em 1998. O secretário estadual da Fazenda, Albérico Mascarenhas, calcula que a redução tributária, na ordem, é de aproximadamente 64% para os novos enquadrados como microempresa e de até 25% para as empresas de pequeno porte. Mesmo significando uma renúncia fiscal anual de receita de R\$21,9 milhões aos cofres estaduais, o governo do estado comemora a elevação de 17% da arrecadação do ICMS no primeiro semestre de 2005, frente ao mesmo período do ano passado.

A Lei nº 9.522, sancionada pelo governador Paulo Souto no dia 21 de junho, beneficia 91,4 mil empresas optantes pelo Simbahia no estado. Com as novas faixas de enquadramento do faturamento anual, o limite para a microempresa passa de R\$240 mil para R\$360 mil. Com relação à empresa de pequeno porte, a nova faixa adotada, de R\$360 mil a R\$2,4 milhões, apresenta o dobro do limite do teto anterior, fixado em R\$1,2 milhão. A ampliação das faixas de enquadramento vai favorecer a migração de cerca de 2,5 mil empresas do grupo das de pequeno porte para o das microempresas.

Em relação à isenção fiscal do valor fixo do ICMS, a medida passa a beneficiar microempresas com receita anual de até R\$144 mil - o teto anterior era de R\$100 mil. Com a mudança, a partir de setembro a Sefaz estima que seis mil empresas vão passar a usufruir da isenção fiscal em todo o estado, o que significa a totalização de um universo de aproximadamente 73 mil isentos.

"As micro e pequenas empresas participam com menos de 5% da arrecadação do ICMS", calcula o secretário estadual da Fazenda. Atualmente, cerca de 67 mil microempresas, do universo de 80 mil, não pagam o valor fixo do ICMS. A Sefaz projeta arrecadar, em 2005, R\$8 bilhões através do recolhimento desse imposto, contra os R\$7 bilhões do ano passado, o que significa um aumento na arrecadação de 14,28%.

Simbahia reduzirá ICMS de pequenas e microempresas. Correio da Bahia,08/09/2005.

Fapesb financia novos projetos

A Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb), existente há quatro anos, vai financiar projetos de pesquisa nas áreas de segurança pública, combate à pobreza e biodiesel, no valor de R\$ 750 mil, R\$ 1 milhão e R\$ 500 mil, respectivamente.

A Fabesp é uma agência de fomento à pesquisa e tem o objetivo de estimular e apoiar o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas do Estado. Ligado à Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (Secti), o órgão atua por meio de programas de pesquisa regulares e especiais, em todas as áreas do conhecimento. O apoio se dá por meio de bolsas e auxílio a projetos de pesquisa, dissertação e tese, reuniões e eventos científicos, pesquisas nas empresas, entre outras formas de incentivo ao desenvolvimento e divulgação da ciência e tecnologia.

Segundo o secretário da Secti, Rafael Lucchesi, nesses quatro anos a Fapesb já geriu cerca de R\$ 100 milhões, oriundos do tesouro estadual. "O governo tem criado condições e a fundação tem honrado o seu compromisso viabilizando ações de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável da Bahia. Isso pode ser visto através dos resultados dos projetos que apoiamos e do envolvimento crescente da comunidade", afirmou.

A Bahia, que contava com 17 cursos de doutorado em 2003, atualmente possui 25 programas neste nível e mais de 70 programas de pós-graduação, envolvendo mestrados acadêmicos e profissionais. Hoje, a principal instituição de pesquisa do estado é a Universidade Federal da Bahia, responsável por 48% dos grupos de pesquisa e por 60% dos pesquisadores doutores.

Fapesb financia novos projetos. A Tarde, 15/09/2005.

Governador entrega casas do Programa Viver Melhor

O governador Paulo Souto inaugurou a segunda etapa do Loteamento Vila Nova de Pituaçu, do programa Viver Melhor II. Depois de percorrer algumas ruas do bairro, ele autorizou também a licitação da obra do Complexo Esportivo de Pau da Lima, na Avenida Gal Costa.

Num investimento de R\$ 4,3 milhões, o Viver Melhor II construiu no local 100 novas casas – 64 entregues



em 2004 e 36 agora -, fez melhorias em outras 205 e implantou redes de drenagem, esgoto, iluminação e abastecimento. "Este não é um programa apenas de habitação. É um programa de habitação, saneamento, pavimentação e que também cuida da geração de renda", afirmou Souto. A região de Vila Nova é contemplada pelo microcrédito do CrediBahia, via Banco da Mulher.

As obras do Viver Melhor são executadas pela Conder, empresa da Secretaria de desenvolvimento Urbano (Sedur). O Viver Melhor, como um todo, já beneficiou só nesses últimos dois anos mais de 20 mil famílias em Salvador e no interior, conforme salientou Moussalem.

Obras mudam a cara de Vila Nova de Pituaçu. Diário Oficial, 21/09/2005.

Investimento de US\$ 500 mil para produção de mamona

A Bahia poderá receber uma doação de US\$ 500 mil para o desenvolvimento da cadeia produtiva da mamona no semi-árido baiano, com recursos provenientes do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), instituição ligada às Nações Unidas. O programa da mamona é um financiamento especial dentro do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes da Bahia (Prodecar). O dinheiro será destinado à agricultura familiar no semi-árido baiano, visando a promoção da cultura da mamona, que está em evidência por sua utilização para a produção do biodiesel.

O técnico Raul Semonini, integrante da missão do Fida, destaca que este combústível tem um mercado consumidor promissor, pois tanto pode ser usado na indústria petrolífera - há uma lei obrigando o uso de 2% de biodiesel natural - quanto pelas próprias comunidades rurais, visto que o produto serve de combustível para tratores, geradores de energia e bombas.

A parceria do Governo da Bahia com o Fida teve início em 1995, com o programa Pró-Gavião, que investe em pequenos produtores de uma das regiões mais pobres do estado. A primeira etapa do Prõ-Gavião termina no próximo ano, mas uma segunda fase já está confirmada e, segundo o chefe da missão do Fida, os recursos investidos ao longo de seis anos, num montante inicialmente previsto de US\$ 35 mi-

lhões, foi elevado para US\$ 60 milhões, beneficiando 29 municípios das regiões nordeste e sudoeste da Bahia, que têm baixo índice de desenvolvimento humano.

Bahia poderá receber US\$ 500 mil para produção de mamona. Tribuna da Bahia, 13/09/2005.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto $n^{\underline{o}}$ 5.536, de 13 de setembro de 2005

– Altera o Anexo XI do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 569, de 19 de setembro de 2005 - Dispõe sobre o processo de consulta acerca da interpretação da legislação tributária e de classificação de mercadorias no âmbito da Receita Federal.

Portarias

Portaria nº 4.328, de 5 de setembro de 2005 -

Dispõe sobre o planejamento das atividades fiscais e estabelece normas para a execução de procedimentos fiscais relativos aos tributos e contribuições administrados pela Recita Federal do Brasil.



Banco Central do Brasil

Decisão conjunta nº 15, de 16 de setembro de 2005

 Autoriza a intermediação de operações no mercado de câmbio por parte das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, por meio de sistemas de negociação de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Circulares

Carta circular nº 3.291, de 8 de setembro de 2005

Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais – RMCCI

Carta circular nº 3.207, de 9 de setembro de 2005

 Divulga os horários e os prazos previstos no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Carta circular nº 3.294, de 30 de setembro de 2005

 Altera o fator de ponderação de risco das operações realizadas entre cooperativas centrais e bancos cooperativos.

Resoluções

Resolução 3.319, de 29 de setembro de 2005 – Altera condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) referentes ao enquadramento de custeio de lavouras formadas com cultivar local, tradicional ou crioula, ou grãos de soja transgênica – safra 2005/2006.

Resolução 3.321, de 30 de setembro de 2005

Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, alterações estatutárias e o cancelamento de autorização de cooperativa de crédito e sobre a realização de auditoria externa em cooperativa singular de crédito.

ra os Decretos nº 4.316/95, nº 7.799/00 e nº 9265/04; e estabelece critérios para apropriação do crédito fiscal relativo ao estoque das mercadorias excluídas do regime de substituição tributária.

Decreto nº 9.552, de 22 de setembro de 2005 - Aprova o regulamento do Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos estaduais - PLANSERV e dá outras providências.

Leis

Lei nº 9.650, de 2 de setembro de 2005 – Reduz multas e acréscimos moratórios incidentes sobre os créditos tributários do ICMS, nas condições que estabelece, e dá outras providências.

Lei nº 9.650, de 2 de setembro de 2005 – Altera a lei de nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, disposto sobre a alíquota aplicável nas operações com álcool, e dá outras providências.

Lei nº 9.655, de 27 de setembro de 2005 – Dispõe sobre a concessão e inaptidão da inscrição no cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia para contribuintes que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 482, de 2 de setembro de 2005 – Altera para o exercício de 2005 o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.547, de 20 de setembro de 2005 – Procede à Alteração nº 66 ao Regulamento do ICMS; alte-



Amplie seus conhecimentos sobre a Economia Baiana e Regional

SEP 73

Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia

Adquira informações sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento regionais, especialmente sobre a realidade nordestina e baiana. Além dessas análises, a publicação apresenta exames de iniciativas governamentais para superação das desigualdades regionais.



98% Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC¹ - Salvador: Set/2005							
	Variações	do mês %	Variações ac	umuladas %	Índice acumulado		
Grandes grupos	set/04	set/05	No ano ² Últimos 12 meses ³		Abr/92 = 100	Jun/94=100	
Alimentos e bebidas	0,02	-0,32	1,28	2,24	339747,5	227,76	
Habitação e encargos	0,13	1,38	16,38	18,51	672794,0	538,01	
Artigos de residência	-0,08	-0,23	0,82	1,31	280625,4	234,54	
Vestuário	0,83	1,41	2,19	4,11	309343,2	181,55	
Transporte e comunicação	1,22	2,94	4,96	10,14	589934,7	638,44	
Saúde e cuidados pessoais	2,84	-0,27	4,85	5,72	592499,7	315,67	
Despesas pessoais	0,23	-0,06	4,79	4,91	641380,6	367,77	
Geral	0,58	0,67	4,02	5,75	448205,8	312,32	

Fonte: SEI

 $^{^{\}rm 3}$ Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses $\,$ em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica	
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Set/2	2005

	Valor da	Variação	Variações ac	umuladas %	Porcentagem
Capitais	cesta (R\$)	no mês¹(%)	No ano²	Últimos 12 meses³	do salário mínimo
Aracaju	133,11	-1,43	1,37	-3,19	48,05
Belém	145,52	0,12	-2,79	-5,90	52,52
Belo Horizonte	154,97	-3,04	1,77	-6,67	55,94
Brasília	158,74	-2,28	-5,92	-6,76	57,30
Curitiba	158,05	0,90	1,37	-4,81	57,05
Florianópolis	157,64	1,82	0,14	-7,35	56,90
Fortaleza	132,44	-1,47	6,18	-2,40	47,80
Goiânia	141,81	-3,98	-4,76	-4,63	51,19
João Pessoa	130,07	-3,47	3,12	-6,50	46,95
Natal	131,60	-4,46	-0,15	-5,13	47,50
Porto Alegre	173,60	0,43	-0,66	-4,81	62,66
Recife	130,22	-3,01	5,88	-1,00	47,00
Rio de Janeiro	161,79	-1,67	-2,17	-5,67	58,40
Salvador	128,20	-4,02	1,88	-3,30	46,27
São Paulo	172,34	-1,59	0,08	-3,38	62,21
Vitória	148,33	-1,62	-2,66	-4,12	53,54

Fonte: DIEESE

- 1 Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
- 2 Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
- 3 Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores



O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pequisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Agricultura

Duadutas de LCDA	Pro	odução física ((t)	Rendimento médio (kg/ha)		
Produtos do LSPA¹	2004²	2005 ³	Variação (%)	2004²	2005³	Variação (%
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	119.132	1,0	24.576	24.970	1,6
Algodão herbáceo	704.163	824.596	17,1	3.453	3.179	-7,9
Alho	6.867	7.348	7,0	6.571	6.861	4,4
Amendoim	12.331	7.915	-35,8	1.680	1.251	-25,5
Arroz total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz sequeiro	50.719	72.545	43,0	1.913	2.200	15,0
Arroz irrigado	12.650	17.881	41,4	4.161	4.168	0,2
Batata-inglesa	177.000	177.150	0,1	31.607	31.578	-0,1
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.620.978	11,8	57.965	58.785	1,4
Cebola	131.464	121.881	-7,3	21.248	20.436	-3,8
Feijão total	330.734	472.188	42,8	474	685	44,5
Feijão 1ª safra	129.778	131.260	1,1	389	519	33,4
Sequeiro	82.129	70.006	-14,8	379	529	39,6
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.734	27,6	378	471	24,6
Feijão 2ª safra	200.956	340.928	69,7	542	781	44,1
Sequeiro	173.428	305.078	75,9	489	748	53,0
Irrigado	23.802	24.847	4,4	2.261	2.201	-2,7
Caupi	3.726	11.003	195,3	631	628	-0,5
Fumo	9.730	11.258	15,7	893	931	4,3
Mamona	114.125	142.959	25,3	773	829	7,2
Mandioca	4.156.403	4.475.229	7,7	12.439	12.878	3,5
Milho total	1.610.560	1.528.397	-5,1	2.154	2.083	-3,3
Milho 1ª safra	1.417.674	1.110.244	-21,7	3.131	3.100	-1,0
Sequeiro	1.317.574	1.059.283	-19,6	3.018	3.042	0,8
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª safra	192.886	418.153	116,8	774	1.114	43,9
Sequeiro	191.690	416.821	117,4	770	1.112	44,4
Irrigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4
Sorgo granífero	109.649	100.251	-8,6	1.788	1.816	1,6
Tomate	192.216	181.079	-5,8	38.981	37.091	-4,8
Tomate de mesa	192.216	181.079	-5,8	38.981	37.091	-4,8
Tomate para indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	844.739	867.392	2,7	14.056	13.841	-1,5
Cacau	134.780	140.112	4,0	253	257	1,6
Café	129.598	140.661	8,5	876	957	9,2
Castanha-de-cajú	5.479	5.904	7,8	280	290	3,6
Coco-da-baía⁴	689.712	716.884	3,9	8.948	8.881	-0,7
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.875	-20,2	392	339	-13,5
Laranja ⁵	774.003	796.247	2,9	15.857	15.854	0,0
Mamão ⁵	723.239	678.797	-6,1	50.263	50.573	0,6
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.173	3,2	2.493	2.506	0,5
Sisal	187.247	201.605	7,7	861	888	3,1
Uva	85.910	86.314	0,5	25.216	25.223	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual



¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), setembro/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

	Áre	a plantada	(ha)	Áre	ea colhida	(ha)	Área pero	lida (h <u>a</u>
Produtos do LSPA ¹	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.771	-1,6	4.801	4.771	-0,6	50	0
Algodão herbáceo	203.939	259.353	27,2	203.939	259.353	27,2	0	0
Alho	1.045	1.071	2,5	1.045	1.071	2,5	0	0
Amendoim	7.339	6.328	-13,8	7.339	6.328	-13,8	0	0
Arroz total	29.551	37.270	26,1	29.551	37.270	26,1	0	0
Arroz sequeiro	26.511	32.980	24,4	24.977	32.980	32,0	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	5.610	0,2	5.600	5.610	0,2	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	95.620	9,9	86.742	95.620	10,2	225	0
Cebola	6.187	5.964	-3,6	6.187	5.964	-3,6	0	0
Feijão total	834.870	777.381	-6,9	704.331	689.123	-2,2	130.539	88.258
Feijão 1ª safra	429.856	340.619	-20,8	333.482	252.691	-24,2	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	219.842	-26,5	216.482	132.412	-38,8	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	02.572	07.430
Caupi	129.362	118.707	-8,2	115.560	118.209	2,3	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	436.762		370.849	436.432	17,7	34.165	330
Sequeiro		430.702	7,8					
Irrigado	387.483		5,3	354.413	407.623	15,0	33.070	250
Caupi	10.529	11.287	7,2	10.529	11.287	7,2	0	0 80
Fumo	7.082	17.602	148,5	5.907	17.522	196,6	1.175	0
Mamona	10.894	12.092	11,0	10.894	12.092	11,0	0	0
	149.623	172.505	15,3	147.698	172.505	16,8	1.925	
Mandioca	345.220	360.772	4,5	334.132	347.507	4,0	11.088	13.265
Milho total	759.648	761.172	0,2	702.029	733.415	4,5	57.619	27.757
Milho 1ª safra	470.542	385.755	-18,0	452.808	358.115	-20,9	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	375.910	-17,2	436.518	348.270	-20,2	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	375.417	29,9	249.221	375.300	50,6	39.885	117
Sequeiro	288.726	374.994	29,9	248.841	374.877	50,6	39.885	117
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	55.215	-10,2	61.313	55.215	-9,9	162	0
Tomate	4.931	4.882	-1,0	4.931	4.882	-1,0	0	0
Tomate de mesa	4.931	4.882	-1,0	4.931	4.882	-1,0	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	62.669	2,5	60.100	62.669	4,3	1.048	0
Cacau	544.068	554.944	2,0	533.529	544.944	2,1	10.539	10.000
Café	148.253	146.929	-0,9	147.874	146.929	-0,6	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.386	2,8	19.595	20.386	4,0	237	0
Coco-da-baía	79.303	80.725	1,8	77.080	80.725	4,7	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.224	2,4	48.810	50.224	2,9	213	0
Mamão	15.560	13.422	-13,7	14.389	13.422	-6,7	1.171	0
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.266	1,3	1.233	1.266	2,7	17	0
Sisal	223.364	227.033	1,6	217.464	227.033	4,4	5.900	0
Uva	3.407	3.422	0,4	3.407	3.422	0,4	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra



¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP),

segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), setembro/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Eqüivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Jul/2005							
Classes e gêneros	No mês¹	No mês¹ Mensal²		Acumulado 12 meses ⁴			
Indústria Geral	-0,5	8,3	3,2	6,4			
Extrativa Mineral	2,0	-4,7	-2,4	-1,0			
Indústria de Transformação	-0,8	9,2	3,5	6,9			
Alimentos e Bebidas	-2,7	3,7	9,5	10,8			
Celulose, papel e produtos de papel	5,0	13,7	6,8	-0,7			
Refino de petróleo e álcool	8,5	22,4	1,0	17,0			
Produtos químicos	0,2	-1,0	2,7	2,0			
Borracha e plástico	2,7	5,5	6,5	9,8			
Minerais não metálicos	-1,6	7,8	6,8	9,9			
Metalurgia básica	8,4	22,5	-5,8	-4,1			
Veículos automotores	nd	33,9	44,2	45,8			

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

 $^{\rm 2}$ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

 $^{\rm 4}$ Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses $\,$ em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Jul/2004 - Jul/2005 %						
Períodos	No mês¹	No mês¹ Mensal ² Acumulado no ano³		No mês¹ Mensal ²		Acumulado 12 meses ⁴
Julho 2004	-10,4	5,8	9,6	3,3		
Agosto	-0,3	7,4	9,3	4,7		
Setembro	3,1	4,0	8,7	4,1		
Outubro	-0,2	7,4	8,5	4,8		
Novembro	2,7	32,4	10,4	8,9		
Dezembro	-0,8	12,7	10,6	10,6		
Janeiro	-0,9	7,7	7,7	11,4		
Fevereiro	0,2	4,5	6,1	10,8		
Março	0,2	-0,4	3,8	9,6		
Abril	2,9	6,1	4,4	9,7		
Maio	-3,2	0,3	3,5	8,6		
Junho	6,0	-1,8	2,5	6,6		
Julho 2005	-0,8	9,2	3,5	6,9		

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI



 $^{^{\}rm 1}\,$ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

 $^{^{4}}$ Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses $\,$ em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Jul/2005 %									
Classes	No mês³	Mensal⁴	Acumulado no ano⁵	Acumulado 12 meses ⁶					
Rural/Irrigação	8,7	-15,3	-8,2	-4,4					
Residencial	-1,0	4,9	6,0	5,4					
Industrial ¹	3,6	13,0	13,9	12,5					
Comercial	-2,2	6,4	7,8	6,8					
Utilidades públicas ²	-9,8	3,9	4,7	4,0					
Setor público	-5,5	5,7	4,9	3,3					
Concessionária	-6,5	1,1	2,4	-1,2					
Total	1,2	8,3	9,7	8,8					

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: GEAC - SEI

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação no volume de vendas no varejo¹ - Bahia: Jul/2005 %										
Classes e gêneros	No mês²	Mensal³	Acumulado no ano⁴	Acumulado 12 meses⁵						
Comércio Varejista	0,40	7,97	7,37	8,26						
Combustíveis e Lubrificantes	0,62	-12,60	-14,04	-8,03						
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,91	8,40	9,93	9,62						
Hipermercados e Supermercados	0,91	4,87	7,49	8,56						
Tecidos, Vestuário e Calçados	0,16	23,44	17,51	11,54						
Móveis e Eletrodomésticos	2,25	45,02	42,60	44,03						
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	7,83	8,83	nd						
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-3,55	-3,40	nd						
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	27,31	49,42	nd						
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	10,76	8,77	nd						
Veículos, Motos e Peças	-5,86	1,04	9,41	14,35						
Material de construção	nd	-13,56	-5,06	nd						

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

 $^{^{\}rm 5}$ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses $\,$ em relação aos 12 meses anteriores



 $^{^{1}}$ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

 $^{^{\}rm 4}$ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

 $^{^{5}}$ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

 $^{^{6}}$ Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses $\,$ em relação aos 12 meses anteriores

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

 $^{^{\}rm 2}$ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Destados.		Consultas		Inadimplências¹			
Períodos	No mês²	Mensal ³	Acumulado no ano⁴	No mês²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4	
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8	
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8	
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9	
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0	
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7	
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6	
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6	
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5	
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1	
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1	
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5	
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0	

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

Total de chec	Total de cheques compensados - Bahia: Ago/2004 - Ago/2005 %								
Períodos		Quantidad	de		Valor				
Periodos	No mês¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³			
Agosto 2004	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9			
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9			
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3			
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7			
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3			
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4			
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8			
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7			
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8			
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3			
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7			
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9			
Agosto 2005	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5			

Fonte: Banco Central do Brasil



¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

 $^{^{4}}$ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

 $^{^{\}rm 1}\,$ Variação observada no mês em relação ao mês imedia
tamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

 $^{^{3}}$ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e D Taxas de desemprego e d Região Metropolitana de s	e participação		%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	24,6	23,4	29,5
Desemprego aberto	14,3	13,0	19,5
Desemprego oculto	10,3	10,4	10,0
Participação (PEA/PIA)	61,1	61,5	59,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

- ()	Taxa de des	emprego aberto	Taxa de p	articipação
Períodos	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005

%

	Рор	ulação E	conomica	mente <i>l</i>	Ativa (PE	A)	Inativos		kas		
Períodos	То	tal	Ocup	ados	Desemp	regados	de 10	Anos	102	kas	Popula- cão
Periodos	Números absolutos	Índice²	Números absolutos	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	total ¹
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Variação mens	al										
Ago-05/Jul-05		0,2		0,6		-0,9		0,2	0,0	-1,2	
Variação no an Ago-05/Dez-04		1,5		1,7		0,7		2,3	-0,3	-0,8	
Ag0-03/De2-04		1,3		1,7		0,7		2,3	-0,5	-0,6	
Variação anual											
Ago-05/Ago-04	1	1,1		1,9		-1,2		5,4	-1,6	-2,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005

%

	Setores de atividade econômica												
Períodos	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção¹	Serviços pessoais²	Serviços domésticos	Outros						
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1						
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3						
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2						
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4						
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3						
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1						
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1						
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3						
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9						
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9						
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6						
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3						
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5						
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6						
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5						
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3						
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4						
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5						
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5						
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6						

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Adminstração pública, Forças Armardas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005

%

	Posição na Ocupação												
Daviadas		Assala	riados			Autônom	os						
Períodos	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público		Empregador	Domésticos	Outros¹			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8			
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7			
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0			
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9			
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0			
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9			
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0			
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9			
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7			
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3			
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2			
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3			
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1			
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0			
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9			
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1			
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2			
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2			
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1			
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1			

Fonte: PED RMS SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

	Rendimento médio real									
Períodos		Ocupados ¹		Assalariados ²						
renouos		bsoluto ³	Índice⁴		ıbsoluto³	Índice				
	Média	Mediana	Indicc	Média	Mediana	Indice				
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9				
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9				
Março	702	361	84,3	803	446	84,1				
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5				
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5				
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9				
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2				
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8				
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9				
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8				
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0				
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9				
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0				
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9				
Março	743	392	85,6	843	480	84,7				
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0				
Maio	716	376	81,2	816	451	80,7				
Junho	699	384	79,3	804	454	79,5				
Julho	707	399	80,2	819	480	80,9				
Variação mensal										
Jul-05/Jun-05	1,1	4,0	1,1	1,8	5,6	1,8				
~										
Variação no ano Jul-05/Dez-04	5,3	8,9	5,3	5,2	5,2	5,2				

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Jul-05/Jul-04

-0,9

0,9

0,2

0,9

-0,9

3,4



¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho - 2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2005

R\$

	Rend	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução									
Períodos	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo						
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021						
Fevereiro	238	327	428	731	2.039						
Março	226	318	419	746	2.041						
Abril	209	313	397	726	2.008						
Maio	219	309	400	697	2.135						
Junho	239	321	399	672	2.152						
Julho	251	325	408	668	2.081						
Agosto	262	337	418	681	2.069						
Setembro	274	325	416	685	1.974						
Outubro	287	307	403	686	2.034						
Novembro	260	299	386	688	2.021						
Dezembro	239	317	406	701	2.032						
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124						
Fevereiro	253	346	434	752	2.110						
Março	269	346	439	762	2.182						
Abril	272	340	443	732	2.154						
Maio	270	351	443	729	2.210						
Junho	252	358	426	718	2.194						
Julho	261	363	429	740	2.173						

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Julho de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2005

R\$

	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado									
Períodos	Total	S	etor de ativida	de	Carteira de trabalho					
	Total	Indústria Comércio		Serviços	Assinada	Não-assinada				
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392				
Fevereiro	649	985	484	616	735	384				
Março	648	956	493	616	738	372				
Abril	633	926	481	611	718	378				
Maio	628	890	483	615	711	385				
Junho	632	865	483	622	707	381				
Julho	630	836	498	619	715	358				
Agosto	644	891	506	626	726	372				
Setembro	641	886	516	622	728	388				
Outubro	638	907	517	619	720	392				
Novembro	628	848	515	620	711	380				
Dezembro	634	821	498	639	715	373				
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389				
Fevereiro	683	910	508	689	764	396				
Março	715	1041	541	689	797	421				
Abril	693	992	525	662	775	421				
Maio	690	970	537	665	775	427				
Junho	662	857	535	655	742	409				
Julho	666	874	564	649	746	407				

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Julho de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2005

R\$

				Ren	dimento r	eal trimes	stral			
Doríodos			Ocupados ²				А	ssalariados	s ³	
Períodos	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	376	723	1.524	262	303	451	812	1.803
Junho	121	263	384	708	1.517	263	300	454	809	1.698
Julho	120	299	399	760	1.502	299	300	480	889	1.787

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

 $^{^{\}scriptscriptstyle 1}$ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Julho de 2005

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Ago/2005

Períodos		Saldo líquido	(Admissões - de	esligamentos)	
Periodos	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	56.549	8.308	9.589	8.938	21.442
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Set/04 - Ago/05	60.117	10.773	8.926	14.885	28.521

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

 $^{^{\}scriptscriptstyle 1}$ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005

Períodos		Saldo líquido	(Admissões - de	esligamentos)	
renodos	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	24.401	2.610	6.135	2.119	14.822
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Set/04 - Ago/05	33.804	3.885	6.024	4.906	20.454

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jul/2005

R\$ 1.000

			R	eceitas	realizadas			
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Jun-Jul 2005 (c)	% (c/b)	Jan a Jul 2005 (d)	% (d/b)	Saldo a realizar	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	86.319.953	16,8	292.801.684	56,9	221.404.762	
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	25.776.529	17,5	88.916.803	60,3	58.502.081	
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	50.844.227	16,0	171.590.422	53,8	147.163.146	
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	2.079.970	15,1	8.295.656	60,1	5.503.806	
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.055	15,8	11.169	57,7	8.180	
Receita Industrial	676.011	676.011	69.115	10,2	271.786	40,2	404.225	
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	4.431.640	21,4	14.278.036	68,8	6.474.763	
Transferências Correntes	475.127	475.127	17.419	3,7	68.263	14,4	406.864	
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	3.097.997	25,2	9.369.549	76,1	2.941.697	
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	27.428.762	17,5	71.265.606	45,6	85.095.897	
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	19.099.553	18,9	46.529.557	46,2	54.275.275	
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	121.919	2,6	449.275	9,7	4.202.321	
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	3.629.929	13,1	10.931.848	39,5	16.743.845	
Transferências de Capital	69.448	69.448	5.964	8,6	16.533	23,8	52.915	
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	4.571.398	19,7	13.338.393	57,6	9.821.541	
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	113.748.715	17,0	364.067.290	54,3	306.500.659	
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	79.905.277	8,5	314.826.920	33,6	621.008.302	
Operações de Crédito Externas	886.280.422	886.280.422	77.184.850	8,7	304.479.903	34,4	581.800.519	
Operações de Crédito Internas	49.554.800	49.554.800	2.720.427	5,5	10.347.017	20,9	39.207.783	
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	193.653.992	12,1	678.894.210	42,3	927.508.961	
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
Total (IIII+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	193.653.992	12,1	678.894.210	42,3	927.508.961	
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	6.857.385	-	-	

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jul/2005

R\$ 1.000

		a (III	~	Despesas e	mpenhadas	Despesas	liquidadas		
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b)	Jun-Jul 2005 (d)	Jan-Jul 2005 (e)	Jun-Jul 2005 (f)	Jan-Jul 2005 (g)	% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
Despesas Correntes	528.066.381	3.321.812	531.388.193	18.502.924	470.734.383	82.774.944	266.803.161	50,2	264.585.032
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	581.139	98.690.707	5.735.950	75.799.835	15.919.704	51.603.703	52,3	47.087.004
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	(670)	110.833.952	70.181	109.644.732	15.070.241	46.160.099	41,6	64.673.853
Outras Despesas Correntes	319.122.191	2.741.343	321.863.534	12.696.793	285.289.816	51.784.999	169.039.359	52,5	152.824.175
Transf.a Estados, DF e Munícipios	109.743.275	2.119.037	111.862.312	4.011.979	103.139.568	17.653.864	62.452.627	55,8	49.409.685
Benefícios Previdenciários	129.325.116	-	129.325.116	(6.254)	128.571.081	22.481.913	73.490.589	56,8	55.834.527
Demais Despesas Correntes	80.053.800	622.306	80.676.106	8.691.068	53.579.167	11.649.222	33.096.143	41,0	47.579.963
Despesas de Capital	121.350.695	3.536.600	124.887.295	6.855.900	88.425.666	18.067.148	41.051.579	32,9	83.835.716
Investimentos	21.356.743	693.180	22.049.923	1.994.351	4.972.901	693.997	1.164.598	5,3	20.885.325
Inversões Financeiras	33.764.265	347.263	34.111.528	1.108.590	18.404.281	2.732.767	9.758.294	28,6	24.353.234
Amortização da Dívida	66.229.687	2.496.157	68.725.844	3.752.959	65.048.484	14.640.384	30.128.687	43,8	38.597.157
Reserva de Contingência	21.618.689	(307.412)	21.311.277	-	-	-	-	-	21.311.277
Subtotal das Despesas (I)	671.035.765	6.551.000	677.586.765	25.358.824	559.160.049	100.842.092	307.854.740	45,4	369.732.025
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	935.367.406	0	935.367.406	1.345	929.041.354	78.609.254	290.051.037	31,0	645.316.369
Refinanciamento da Dív. Mobiliária	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	76.690.493	287.289.106	31,0	639.665.124
Refinanciamento de Outras Dív.	8.413.176	0	8.413.176	1.345	8.397.964	1.918.761	2.761.931	32,8	5.651.245
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	6.551.000	1.612.954.171	25.360.169	1.488.201.403	179.451.346	597.905.777	37,1	1.015.048.394
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	80.988.433	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	6.551.000	1.612.954.171	25.360.169	1.488.201.403	179.451.346	678.894.210	-	1.015.048.394

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanço Orçamentário - Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2005

R\$ 1.000

			Rece	eit <u>as re</u>	alizadas		
Receitas	Previsão	Previsão atualizada			Até o		Saldo a realizar
	inicial		Maio-Jun	%	bimestre	%	(a-c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	13.548.047	2.442.680	18,03		49,38	6.857.420
Receita Tributária	7.760.919	7.644.439	1.350.399	17,67	3.735.122	48,86	3.909.317
Impostos	7.556.067	7.439.587	1.317.585	17,71	3.634.418	48,85	3.805.169
Taxas Receita de Contribuições	204.852	204.852	32.815	16,02	100.704	49,16	104.148
3	1.133.301	1.133.301	311.380	27,48	689.637	60,85	443.664
Contribuições Sociais Contribuições Econômicas	1.133.301	1.133.301	311.380	27,48	689.637	60,85	443.664
, ,	207.260	207 500	26.114	17.40	04.024	40.50	122.474
Receita Patrimonial	207.269	207.508	36.114	17,40	84.034	40,50	123.474
Receitas Imobiliárias	24.962	25.201	1.183	4,69	2.609	10,35	22.592
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	34.360	19,74	79.924	45,93	94.101
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	570	17,45	1.499	45,89	1.767
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,03	2	0,04	5.013
Receita Agropecuária Receita da Produção Vegetal	1.213	1.213	-	_	4	0,33	1.209
Receita da Produção vegetal Receita da Prod. Animal e Deriv.	1 007	1 007	-			0.40	1 002
	1.007	1.007	-		- 4	0,40	1.003
Outras Receitas Agropecuárias	206	206 94	-		-	-	206
Receita Industrial	94		-	-	-	-	94
Receita da Ind. de Transf.	94	94	- 0.040	10.50	10.001	-	94
Receita de Serviços	72.751	87.251	9.240	10,59	18.891	21,65	68.359
Receita de Serviços	72.751	87.251	9.240	10,59	18.891	21,65	68.359
Transferências Correntes	4.937.920	4.954.741	813.750	16,42	2.373.399	47,90	2.581.342
Transferências Intragovernamentais	4 702 050	4 700 070	-	16.70	2 242 546	40.20	2 477 462
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.790.979	800.820	16,72	2.313.516	48,29	2.477.463
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-			-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	768	21,29	2.097	58,11	1.512
Transferências de Convênios	144.000	160.153	12.163	7,59	57.786	36,08	102.367
Outras Receitas Correntes	488.408	739.312	138.404	18,72	393.255	53,19	346.057
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	19.760	16,81	54.414	46,30	63.110
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	1.091	3,43	13.187	41,41	18.658
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	921	13,96	3.408	51,64	3.192
Receitas Correntes Diversas	332.438	583.342	116.632	19,99	322.246	55,24	261.096
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(216.607)	17,76	(603.717)	49,49	(616.094)
Receitas de Capital	1.126.855	1.127.779	37.642	3,34	105.458	9,35	1.022.321
Operações de Crédito	799.782	799.782	29.517	3,69	94.339	11,80	705.443
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	11.825	2,85	41.724	10,06	372.921
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	17.692	4,59	52.615	13,66	332.522
Alienação de Bens	145.615	146.524	1.020	0,70	2.677	1,83	143.847
Alienação de Bens Móveis	141.970	142.073	521	0,37	2.109	1,48	139.964
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	499	11,21	567	12,74	3.883
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	1.248	41,60	1.382	46,05	1.618
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.000	3.000	1.248	41,61	1.382	46,05	1.618
Transferências de Capital	175.008	175.023	5.856	3,35	7.061	4,03	167.962
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-		-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Inst. Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.791	5.856	3,35	7.061	4,04	167.730
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	14.675.826	2.480.322	16,90	6.796.084	46,31	7.879.742
Operações de Crédito							
Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
O perações de Crédito Internas	_	_	_	_	_	_	_
Para Refinanciamento							
da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento							
de Outras Dívidas			-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	_		_	_	_	_	_
Para Refinanciamento							
da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento							
de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	14.508.919	14.675.826	2.480.322	16,90	6.796.084	46,31	7.879.742
(
Déficit (IV)	_	_					
Déficit (IV)	14 508 919	14 675 826	2 480 322		6 796 084	46 31	7 879 742
Déficit (IV) Total (V)= (III+IV) Saldos de Exercícios Anteriores	14.508.919	14.675.826	2.480.322	16,90	6.796.084	46,31	7.879.742

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.



Balanço Orçamentário - Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Jun/2005 R\$ 1.000

Despesas	Dotação	Créditos	Dotação		esas nhadas	Despe liquida		Saldo
	inicial	adicionais	atualizada	Bim. Maio-Jun	No exercício	Bim. Maio-Jun	No exercício	Salao
Despesas Correntes	11.851.823	156.590	12.008.413	2.026.873	5.462.613	1.969.119	5.271.808	6.736.605
Pessoal e Encargos	5.736.607	2.772	5.739.379	1.033.997	2.789.043	987.197	2.735.825	3.003.555
Juros e Encargos da Dívida	778.269	-	778.269	82.108	261.432	82.108	261.332	516.937
Outras despesas correntes	5.336.947	153.818	5.490.765	910.768	2.412.138	899.814	2.274.652	3.216.112
Despesas de Capital	2.625.596	30.702	2.656.298	245.810	823.172	252.598	764.975	1.891.323
Investimentos	1.544.975	98.860	1.643.835	108.942	327.957	115.730	269.759	1.374.076
Inversões Financeiras	216.460	(68.158)	148.302	15.748	51.716	15.748	51.716	96.586
Amortização da Dívida	864.161	-	864.161	121.119	443.500	121.119	443.500	420.661
Reserva de Contingência	31.500	(20.385)	11.115	-	-	-	-	11.115
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	166.906	14.675.826	2.272.683	6.285.786	2.221.717	6.036.783	8.639.043
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	14.508.919	166.906	14.675.826	2.272.683	6.285.786	2.221.717	6.036.783	8.639.043
Superávit (XI)	-	-	-			-	759.302	-
Total (XII)=X+XI	14.508.919	166.906	14.675.826	2.272.683	6.285.786	2.221.717	6.796.085	8.639.043

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Arrecadação mensal	da Receita T	ributária¹ - B	ahia: Jan/20	003 - Jul/200)5	R\$ 1.000	
Períodos	IC	MS	Out	tras	Total		
reliouos	2004	2005	2004	2005	2004	2005	
Janeiro	544.967	641.026	41.704	30.393	586.671	671.419	
Fevereiro	487.662	527.497	51.031	63.255	538.693	590.752	
Março	516.165	484.015	51.256	48.496	567.421	532.511	
Abril	762.115	520.536	53.022	67.159	815.137	587.695	
Maio	571.905	596.760	58.743	65.685	630.647	662.445	
Junho	563.575	613.951	67.136	65.562	630.711	679.514	
Julho	581.301	514.707	69.127	85.607	650.428	600.314	
Agosto	598.309		62.764		661.074		
Setembro	584.371		59.726		644.097		
Outubro	665.181		45.764		710.945		
Novembro	521.588		37.796		559.384		
Dezembro	616.972		72.458		689.430		
Total	7.014.110		670.528		7.684.639		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

 $^{^{\}scriptscriptstyle 1}$ Valores atualizados a preços de julho 2005 pelo IGP-DI/FGV



Receita tributária me	nsal - Bahia:	janeiro de 2	004 a julho	de 2005		R\$ 1.000	
Períodos	IC	MS	Out	tras	Total		
renouos	2004	2005	2004	2005	2004	2005	
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200	
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530	
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743	
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250	
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132	
Junho	531.331	616.439	63.295	65.828	594.626	682.267	
Julho	554.265	514.707	65.912	85.607	620.176	600.314	
Agosto	577.960		60.630		638.590		
Setembro	567.226		57.974		625.200		
Outubro	649.095		44.657		693.752		
Novembro	513.166		37.186		550.352		
Dezembro	610.156		71.658		681.814		
Total	6.625.528		634.052		7.259.580		

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais Elaboração: SEI.

Transferê	ncias co	cias constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Jul/2005 R\$									\$ 1.000	
						R	eceitas					
Períodos	FP	FPE ¹ IPI-E		EXP	CI	DE	FUNDER	UNIÃO	Out	tras	Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227

Fonte: MINFAZ/STN Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.



Município

Balanço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2005

R\$ 1.000

			R	eceitas	ceitas realizadas		
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Maio-Jun 2005 (b)	% b/a	Jan-Jun 2005 (c)	% c/a	Saldo a realizar (b-c)
Receitas Correntes	1.590.281	1.590.281	222.860	14,0	707.132	44,5	883.149
Receita Tributária	559.548	559.548	79.053	14,1	272.881	48,8	286.667
Impostos	470.000	470.000	66.920	14,2	226.822	48,3	243.178
Taxas	89.548	89.548	11.960	13,4	45.525	50,8	44.023
Outras Receitas Tributárias	-	-	173	-	534	-	(534)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	3.568	3,0	32.177	27,2	86.123
Contribuições Sociais	83.500	83.500	(3.068)	(3,7)	11.913	14,3	71.587
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	6.636	19,1	20.264	58,2	14.536
Receita Patrimonial	50.602	50.602	6.113	12,1	16.330	32,3	34.272
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	210	9,1	520	22,4	1.800
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	4.250	28,8	10.903	74,0	3.834
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	1.653	5,1	4.905	15,1	27.590
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	15.912	197	1,2	692	4,3	15.220
Receita de Serviços	15.912	15.912	197	1,2	692	4,3	15.220
Transferências Correntes	807.949	807.949	135.829	16,8	380.778	47,1	427.171
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	135.389	17,8	373.478	49,0	389.029
Transf. de Instituições Privadas	432	432	19	4,4	175	40,5	257
Transferências de Convênios	45.010	45.010	421	0,9	7.125	15,8	37.885
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	10.546	9,5	39.326	35,6	71.124
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	5.866	15,2	15.456	40,1	23.084
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	743	17,2	1.962	45,5	2.348
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	3.388	5,4	17.618	28,1	45.082
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	549	11,2	4.290	87,6	610
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(12.446)	17,2	(35.052)	48,4	(37.428)
Receitas de Capital	74.918	74.918	30	0,0	7.308	9,8	67.610
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	30	0,0	4.895	8,0	56.203
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	30	0,1	4.895	8,6	51.910
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-		100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.665.199	222.890	13,4	714.440	42,9	950.759
Déficit (II)			17.091				
Total (III)= (I+II)	1.665.199	1.665.199	239.981	14,4	714.440	42,9	950.759
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: ¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).



Balanço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Jun/2005 R\$ 1.000 **Despesas** Dotação Créditos Dotação **Empenhadas** Liquidadas Saldo inicial atualizada **Despesas** adicionais (c-g) (a) (b) Maio-Jun Jan-Jun Maio-Jun Jan-Jun % (d) (e) (f) (g) (g-c) **Despesas Correntes** 1.436.417 1.188 1.437.605 155.648 873.032 218.963 560.188 39,0 877.417 Pessoal e Encargos 572.365 (2.304)570.061 32.017 377.242 73.598 227.049 39,8 343.012 Sociais Juros e Encargos da 42.086 41.525 77.248 77.248 10.529 12.095 35.723 46,2 Dívida Interna Outras Despesas 3.492 790.296 453.704 133.270 297.416 492.880 786.804 113.102 37,6 Correntes **Despesas de Capital** (1.188)222.094 34.257 85.484 54.931 223.282 21.018 24,7 167.163 145.112 10.977 32.808 11.269 25.718 119.394 Investimentos 146.887 (1.775)17,7 3.530 587 4.117 540 3.740 1.055 2.952 71,7 1.165 Inversões Financeiras Amortização da Dívida 72.865 72.865 22.740 48.936 8.694 26.261 36,0 46.604 Reserva de 5.500 5.500 5.500 Contingência Subtotal das 1.050.080 1.665.199 1.665.199 189.905 958.516 239.981 615.119 36,9 Despesas (I) Superávit (II) 99.321

1.665.199

189.905

958.516

239.981

714.440

42,9

1.050.080

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Total (I+II)

1.665.199

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Amplie seus conhecimentos sobre a Economia Baiana e Regional

SEP 73

Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia

Adquira informações sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento regionais, especialmente sobre a realidade nordestina e baiana. Além dessas análises, a publicação apresenta exames de iniciativas governamentais para superação das desigualdades regionais.



Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".





